

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**IMIGRAÇÃO HAITIANA AO BRASIL:
uma análise discursiva dos portais BBC News Brasil e G1**

Fabiane Almeida Santos

Novembro/2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

IMIGRAÇÃO HAITIANA AO BRASIL:
uma análise discursiva dos portais BBC News Brasil e G1

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao
Curso de Jornalismo da Faculdade de
Comunicação da Universidade Federal de Juiz de
Fora.

Orientanda: Fabiane Almeida Santos¹

Orientador: Dr. Wedencley Alves Santana²

Novembro/2020

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas fizeram parte da minha trajetória acadêmica, me viram sonhar em ser jornalista, contar histórias e conhecer o mundo. Chegar até aqui é uma grande realização e um passo importante em direção a sonhos ainda maiores.

Não tenho palavras para agradecer o apoio da minha família e todos aqueles que amo. Sou grata aos meus amigos de vida, de faculdade e de trabalho. Agradeço imensamente aos professores que me guiaram nessa jornada, dedicados a passar seu conhecimento para que possamos trilhar um futuro promissor e contribuir para um mundo melhor.

Também sou grata àqueles que me deram a oportunidade de aprender e mostrar minhas habilidades. Foi muito importante para mim o tanto que aprendi sobre jornalismo na teoria e na prática, na Tribuna de Minas, na Produtora de Multimeios e outros projetos que integrei durante a faculdade.

Agradeço ainda por ter tido condições de aproveitar ao máximo essa fase da vida. Agora os desafios são outros e a aventura continua.

RESUMO

A presente monografia faz uma análise discursiva sobre a cobertura da imigração haitiana ao Brasil durante a década de 2010. A pesquisa avalia as reportagens publicadas pelos portais G1 e BBC News Brasil, no período de 2010, ano em que um forte terremoto atingiu a ilha caribenha, até 2019. Buscamos entender como os haitianos, a população brasileira e o Estado significam e são significados através dos discursos. Para isso, recorreremos à Análise de Discurso (percurso Pêcheux-Orlandi), e trazemos conceitos como *Communitas* e *Immunitas* (de Roberto Esposito), de Pânico Moral e Jornalismo para a Paz.

Palavras-chave: imigração haitiana, Brasil, análise discursiva, portal G1, BBC News Brasil

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. A migração em debate	10
2.1 Fluxos migratórios	10
2.2 Imigração no Brasil.....	15
2.3 Imigração Haitiana	20
3. O jornalismo e os conflitos sociais	25
3.1 O eu e o outro	26
3.1.1 Immunitas	26
3.1.2 Communitas	29
3.2 Reflexões sobre a produção jornalística	31
3.2.1 Pânico Moral	31
3.2.2 Jornalismo para Paz	34
4. Metodologia de pesquisa	37
4.1 Análise do Discurso Pêcheux-Orlandi	37
4.1.2 Memória e esquecimento	38
4.1.2 O sujeito, a história e a ideologia	39
4.1.3 A Cidade dos Sentidos	40
4.1.4 Como a linguagem acontece	41
4.2 Sobre os portais de notícia analisados	43
4.2.1 História da BBC News Brasil	43
4.2.2 História do portal G1	45
4.3 Coleta e pré-análise	47

5. A migração haitiana retratada no jornalismo brasileiro	49
5.1 Análise do portal BBC News Brasil	49
5.1.1 Trabalho	49
5.1.2 Entrada ilegal de imigrantes	52
5.1.3 Controle de fluxo migratório	54
5.1.4 Questão Humanitária	57
5.1.5 Crise	59
5.1.6 Imagem do Brasil no exterior	63
5.1.7 Preconceito	64
5.2 Análise do portal G1	68
5.2.1 Perfil dos haitianos	68
5.2.2 Abrigo	71
5.2.3 Entrada ilegal de imigrantes	73
5.2.4 Crise	76
5.2.5 Trabalho	79
5.2.6 Imagem do Brasil no exterior	84
5.2.7 Preconceito	87
6. Considerações finais	90
7. Notas	96
8. Bibliografia	98
9. Anexo	99

1. Introdução

Nos últimos anos, a migração como fenômeno da globalização tem estado regularmente em pauta tanto nas discussões entre governos como nos noticiários. Nas agendas políticas, os Estados buscam compreender e controlar os fluxos migratórios, sobretudo em regiões já populosas, onde percebem sinais de desemprego e miséria.

Contrariando o título de “país de imigração” e “país hospitaleiro”, o Brasil têm tido cada vez mais resistência em receber novos habitantes, vindos de outros países. Mas na verdade, essa contradição não surpreende. É perceptível na história do Brasil uma seleção entre quem é bem-vindo para contribuir com a cultura e a economia local e quem não é, inclusive através de políticas públicas.

O Brasil enquanto país, enquanto nação, foi criado sobre uma série de preconceitos, que buscavam anular a diversidade. O genocídio de indígenas por portugueses colonizadores, a imigração forçada de africanos escravizados, as políticas de incentivo à migração branca europeia a fim de branquear uma população de maioria negra, entre outros momentos. Hoje, essa memória da imigração é diluída no que chamamos de nação brasileira.

Foi a partir desta visão que me perguntei: como será que nosso país se comporta ao receber imigrantes que não correspondem ao “ideal de bem-vindos”?

Na última década, o maior fenômeno migratório que o Brasil vivenciou - sem considerar o recente fluxo migratório de venezuelanos - foi a migração haitiana. Uma população negra em situação vulnerável, que já vivia crises políticas e econômicas em seu país e já havia recebido uma Missão de Paz da ONU, chefiada pelo Brasil. Desde o terremoto que deixou milhares de mortos e destruiu a infra-estrutura do Haiti em 12 de janeiro de 2010, a população esteve migrando a outros países em busca de uma segunda chance.

Porém, por não poder se enquadrar na categoria de refugiados e sem condições de aderir ao sistema burocrático dos vistos, milhares de haitianos migraram de maneira ilegal. Na última década, os haitianos acreditaram na imagem do Brasil hospitaleiro e vieram para cá na esperança de melhorar sua qualidade de vida. Mas como essas pessoas foram recebidas, durante a década de 2010, em um país xenofóbico e com um grave histórico de racismo institucionalizado?

Nesse contexto, me interessei analisar os discursos produzidos sobre essa população migrante através dos jornais, de forma a entender os valores agregados a ela e que refletem no relacionamento entre os que chegam e os que recebem. Os jornais brasileiros acompanharam o desenrolar dos acontecimentos e fizeram circular pelo país diversos sentidos, produzidos ou reproduzidos em seu discurso.

Entender o que se fala sobre essa população é importante para entender como ela é vista pelos brasileiros e como isso interfere na receptividade. Afinal, por mais que o jornalismo não seja o único nem o maior fator de influência na formação da opinião pública, o jornalismo tem a missão de informar, educar e conscientizar e é responsável pelos discursos que publica.

Para realizar, então, essa pesquisa, tive a intenção de fazer mais que uma análise discursiva, mas também comparativa. Analisei os discursos de dois web-jornais bastante distintos, a fim de observar como a cobertura jornalística de um mesmo tema pode gerar diferentes formações discursivas quando submetidos a condições diferentes de produção.

O primeiro é o G1, um portal que reúne conteúdos do grupo Globo, além de apurar reportagens próprias através de redações espalhadas por todo o Brasil. Com milhares de colaboradores, o portal tem a capacidade de realizar coberturas factuais e alcança todas as regiões do país com jornalismo diário e gratuito. Ele recebe cerca de 50 milhões de acessos únicos por ano.

O segundo escolhido foi a BBC News Brasil, o portal brasileiro da BBC de Londres, que se destaca pelas reportagens de contextualização, um jornalismo público aprofundado e de análise. Ele conta com poucos colaboradores, que trabalham na sede em São Paulo e se deslocam a outras cidades para apurar. O portal também conta com correspondentes em outros países. Anualmente, seu site recebe cerca de 25 milhões de acessos únicos, fora o alcance da reprodução de suas reportagens por outros portais de notícia.

Antes de desenvolver a análise, no primeiro capítulo iremos discutir os conceitos por trás dos fluxos migratórios no mundo. Quais aspectos devemos considerar sobre a movimentação de pessoas com diferentes origens, culturas e objetivos. Nos aprofundaremos no histórico de imigrações ao território brasileiro e como o país costuma receber esses povos. E, claro, destacamos a imigração haitiana como foco de nossa pesquisa. Para isso, daremos uma breve contextualização histórica e social dessa ilha caribenha; como se deu a participação

do Brasil na Missão de Paz da ONU em território haitiano; bem como o terremoto de 2010, o furacão de 2015 e as consequências que incentivaram a imigração em massa ao Brasil.

No segundo capítulo, iniciamos a fundamentação teórica com a discussão da relação entre o Estado e o corpo, através dos conceitos de *Immunitas* e *Communitas* do italiano Roberto Esposito. Em seguida, refletiremos sobre a produção jornalística através dos conceitos de Pânico Moral, com base sobretudo no artigo Arnold Hunt que traz um panorama sobre o tema. Também trabalhamos o conceito de Jornalismo para Paz, de Johan Galtung, que visa ser uma alternativa para a cobertura de conflitos.

Já no terceiro capítulo, explicamos a metodologia da Análise de Discurso Pêcheux-Orlandi, que será utilizada no momento prático desta pesquisa. Iremos ainda contextualizar os portais BBC News Brasil e G1, escolhidos como objeto de análise. Explicaremos também como se deu a coleta do material que é analisado logo em seguida.

A análise discursiva de ambos os jornais acontece no quarto capítulo e nos permite observar: como os haitianos, a população brasileira e o Estado significam e são significados através dos discursos. Veremos que pelas política internacional, a atuação do Brasil foi encarada como “ajuda humanitária”, mas a realidade não foi apenas de acolhimento. A intolerância foi o que prevaleceu nos discursos e se destacou nas coberturas jornalísticas. Mas a própria forma de reproduzir os sentidos gerando novas formações discursivas foi diferente em cada jornal, como mostrado nas considerações finais.

Responsável por criar um jornalismo de profundidade, a BBC News Brasil se preocupou mais em discutir sobre as questões sociais que diziam respeito à imigração haitiana e denunciar a intolerância. Embora tenha se aproximado daquilo que é defendido pelo Jornalismo para a Paz, o jornal ainda precisaria refletir mais sobre sua forma de produzir as notícias a fim de produzir um jornalismo mais criativo e pacifista.

Já o G1 por muitas vezes pecou na pluralidade de fontes e produziu discursos alarmistas, podendo ter contribuído para a formação do medo no imaginário de parte da população brasileira, que se sentiu ameaçada com a chegada dos imigrantes. Tendo se inclinado mais em direção ao Pânico Moral, os discursos desse portal tendem a fomentar o conflito ao invés de promover a paz.

2. A migração em debate

2.1 Fluxos migratórios

As migrações globais não são um fenômeno novo, a humanidade já viveu fluxos de migração de povos inclusive no período da Idade Média. Com a modernidade, a criação da ordem e o crescimento econômico dos países que se desenvolviam foi um grande atrativo a pessoas que não viam oportunidades de qualidade de vida em seus países de origem. Nas últimas décadas, o que tem chamado a atenção para esses movimentos e levado a questão da imigração a uma nova dimensão são os processos de integração simbólica, econômica, financeira e de mercados de trabalho, associados a desastres ambientais e humanitários (FERIN e SANTOS, 2008). As migrações se tornaram uma questão tanto para governos dos países de evasão, quanto para aqueles que recebiam esses imigrantes, que sentem a necessidade de criar políticas de migração para tentar manter esse controle.

O conceito de imigrante-emigrante se origina com a criação dos Estados-nação e do nacionalismo na América e na Europa no século XX. É considerado aquele que abandona um país para se estabelecer em outro e, por isso, passa a ser vigiado e controlado pelos Estados e governos (COGO e BADET, 2013). O imigrante também é aquele que se movimenta e vive em múltiplos territórios e possui:

“[...] experiências em torno das quais o ser cidadão não tem a ver unicamente com os direitos reconhecidos pelo Estado ou com modos de pertença territoriais, mas: “com práticas sociais e culturais que dão sentido ao pertencimento e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e satisfação de suas necessidades” (García Canclini, 1999, p. 6).” (COGO e BADET, 2013)

Segundo Bauman (2011), a história da migração moderna tem sua primeira fase na época das grandes navegações, quando a colonização provocou um deslocamento de cerca de 60 milhões de pessoas da Europa para as “terras vagas”, habitadas por populações indígenas posteriormente dizimadas, seja por genocídio ou epidemias. Lá, os europeus passariam a “cultivar” a civilização nativa, uma forma de dominação sob o status de “missão do homem branco”.

Com o declínio dos impérios coloniais veio a segunda leva de imigração, que levava os colonizadores de volta à terra natal, junto de migrantes nascidos nas colônias. É nesse momento que Bauman aponta o surgimento de “minorias”, já que as diferenças étnicas, linguísticas e culturais desses imigrantes que chegavam à Europa, os tornavam diferentes dos

européus e os obrigavam a ingressar em um processo de assimilação à visão de mundo vigente, sem, no entanto, grandes ambições ou possibilidade de sucesso.

No século XX, novas levas de imigrantes saíram da Europa destruída com as duas Grandes Guerras Mundiais para tentar uma nova vida nas Américas e a Oceânia, o que para Ferin e Santos (2008) colaborou para a construção de “nações de imigrantes”, como Estados Unidos, Canadá e Brasil. Nesses países, os imigrantes seriam acolhidos e se tornariam cidadãos. Nos anos 1950, como consequência da independência de antigas colônias europeias da África e da Ásia, as antigas metrópoles, como Inglaterra e França, necessitadas de mão de obra, cria dispositivos jurídicos e políticos para facilitar a migração de cidadãos das ex-colônias. Na mesma época, por conta da industrialização, países que não tinham tido colônias e precisavam de mão-de-obra pouco qualificada, como a Alemanha e a Suíça, “adotaram o “modelo de trabalhador convidado”, designação que aponta para uma estadia temporária dos migrantes e impede o acesso à cidadania nos países de acolhimento, mesmo após longos anos de permanência.” (FERIN e SANTOS, 2008)

A fase atual é considerada por Bauman (2011) a era das diásporas, quando se coloca em dúvida o vínculo entre “identidade e nacionalidade, o indivíduo e seu lugar de habitação, sua vizinhança física e sua identidade cultural”.

“Trata-se de um arquipélago infinito de colônias étnicas, religiosas e linguísticas, sem preocupações com os caminhos assinalados e pavimentados pelo episódio imperial/colonial, mas, em vez disso, conduzido pela lógica da redistribuição global dos recursos vivos e das chances de sobrevivência peculiar ao atual estágio da globalização. As diásporas dispersam-se e espalham-se por inúmeros territórios formalmente soberanos; elas ignoram as pretensões dos nativos quanto à primazia de necessidades, demandas e direitos locais, e se movimentam entre as armadilhas de uma cidadania dual (ou múltipla) – e, mais que isso, de uma lealdade também dual (ou múltipla). A migração atual difere das fases anteriores na equidade dos muitos caminhos possíveis – e no fato de que quase nenhum país é hoje exclusivamente um lugar de imigração ou de emigração. Não mais determinados de forma inequívoca pela herança do passado imperial/colonial, os caminhos da migração são abertos e reabertos ad hoc.” (BAUMAN, 2011)

Complementando o pensamento de Bauman, Bógus e Fabiano (2015) trazem a ideia de que o horizonte do migrante é cada vez menos restrito à cidade mais próxima ou à capital do país de origem. A escolha de destino pelos migrantes é muitas vezes influenciada pelo que é visto através dos meios de comunicação, seja cinema, televisão, redes sociais e até conversas com parentes e conhecidos. “O migrante vive num mundo onde a globalização dilui fronteiras, muda parâmetros, acena com possibilidades de mudança, amplia informações,

estimula o consumo, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor.” (BÓGUS e FABIANO, 2015)

Hoje, essas migrações internacionais são motivadas por crises econômicas, pressões demográficas, opressões e perseguições políticas e religiosas, questões sociais como a pobreza, situações de conflito e desastres ambientais, entre outros. Migrantes que saem de seus países de origem na esperança de uma vida melhor, em um lugar onde serão valorizados. O grande atrativo para os países que recebem imigrantes, no entanto, é a mão de obra qualificada. Os profissionais que usam da força são necessários, mas são os profissionais intelectuais que são desejados pelas nações, considerados somadores. Segundo Cogo e Badet (2013), essa “imigração qualificada” na visão do Brasil, por exemplo, é constituída por “imigrantes portadores de níveis diferenciados de escolaridade e especialização profissional, assim como de padrões de desenvolvimento econômico e social das nações das quais procedem - especialmente as europeias - , os quais estariam preparados para ocupar postos de trabalhos carentes de mão de obra no Brasil.”

Segundo Ferin e Santos (2008), a situação econômica dos migrantes varia, podendo ser pobres, inclusive em condição de refugiado, como pessoas que podem ou não ter contatos externos - como parentes e conhecidos - e que se deslocam com dinheiro suficiente para se manter temporariamente. Nesse público também está inclusa a migração de jovens, que viajam como intercambistas, além de homens e mulheres. A clandestinidade também é uma forma de ingressar nesses países e o tráfico de pessoas se torna mais uma preocupação para os Estados.

Ao contrário do que os países receptores esperavam, esses imigrantes econômicos e temporais buscam reagrupar suas famílias para se tornarem residentes estáveis. Com isso, a imigração econômica, em que se espera atrair trabalhadores, estrangeiros e provisórios, se converte em imigração de assentamento, indo além do que era previsto inicialmente (COGO, 2002). Quando é possível se estabelecer, ocupando algum posto de trabalho e legalizando as documentações, é então realizado o “imaginário de imigração” (FERIN e SANTOS, 2008). Assim, sem possibilidade ou desejo de retornar aos seus países de origem, “essa imigração de residentes estáveis se torna potencial reivindicadora de cidadania nos países receptores” (COGO, 2002).

Em 2017 o número de migrantes no mundo chegava a 258 milhões, segundo dados do Relatório de Migração Internacional 2017³, publicação bianual do Departamento de Assuntos

Econômicos e Sociais da ONU. Isso significa que 3,4% da população mundial seriam migrantes internacionais, enquanto em 2000 essa porcentagem era de 2,8%, cerca de 85 milhões de migrantes a menos. O relatório conclui que a migração internacional contribui para inverter o declínio da população em alguns países e regiões, como na América do Norte e a Oceânia, e afirma que a população total da Europa teria diminuído entre 2000 e 2015 na ausência de migração.

Desses 258 milhões de migrantes, ainda segundo a ONU, 74% estavam em idade ativa, entre 20 e 64 anos, aptos a contribuir para a economia local. E 48,4% do total de migrantes internacionais eram mulheres, que superavam em número os homens em todas as regiões, exceto na África e na Ásia. O maior fluxo de deslocamento visava os países desenvolvidos, que receberam quase 165 milhões de imigrantes, enquanto os países em desenvolvimento receberam a maioria (84%) de todos os refugiados e requerentes de asilo, cerca de 22 milhões.

Com populações vindas de países tão diversos ocupando o mesmo espaço, o país de destino, uma das questões que mais causa conflito é a identidade cultural.

“Enquanto alguns identificam-se mais com uma sociedade do que com a outra, a maioria dos migrantes parece desenvolver várias identidades, relacionando-se simultaneamente com mais de uma nação. Ao manter muitas e diferentes identidades raciais, nacionais e étnicas, "os transmigrantes tornam-se aptos para expressar as suas resistências às situações econômicas e políticas globais que os envolvem, bem como para se ajustarem às condições de vida marcadas pela vulnerabilidade e a insegurança".” (COGO, 2002)

A coexistência de várias culturas em um mesmo espaço social e geográfico coloca em xeque as estruturas monoculturais das nações, sobretudo europeias e norte-americanas (COGO, 2002), criando duas opções: a assimilação por parte dos imigrantes, que tentam aderir à cultura, costumes e expectativas sociais do país onde vivem; ou tanto imigrantes como nativos precisam aprender a conviver com as diferenças para evitar conflitos (como sugere Bauman, 2011). Os imigrantes, no entanto, conscientes da valorização da própria cultura, têm resistido à assimilação e exigido seu espaço de expressão, inclusive através dos meios de comunicação, como na sociedade norte-americana, por exemplo (COGO, 2002).

“Por um lado, os imigrantes mais recentes não estão dispostos a romper com os laços culturais que os ligam a seu país de origem, através, por exemplo, da utilização do espanhol nos lugares públicos e anúncios publicitários, da afirmação de uma linguagem híbrida - o spanglish ou, enfim, da construção de estratégias para negociação com a indústria cultural, especialmente com as redes de televisão, na perspectiva de uma oferta de produtos culturais orientado a uma audiência não redutível a uma identidade comum de hispano ou latinos, mas que atenda às especificidades das distintas culturas latinas.” (COGO, 2002)

Segundo Bauman (2011), existe hoje uma necessidade pela “arte de conviver com a diferença”, que afeta o cotidiano. Para ele, a noção de “direitos humanos” deixa de representar uma ideia de direitos territorialmente determinados e limitados, para significar, na verdade, o direito às diferenças. Assim, a ideia de assimilação como um processo ideal e de evolução cultural - que hierarquizava as culturas nativas em detrimento das migrantes - é deixado de lado. A partir desse momento, as relações sociais se tornam horizontais, de equivalente importância: “nenhuma cultura pode exigir ou ter direito à subserviência, à humilhação ou à submissão a qualquer outra simplesmente em decorrência de uma presumida superioridade ou de um “caráter progressivo”” (BAUMAN, 2011). Para o autor, isso significa que essas culturas podem tanto entrar em conflito como iniciar um intercâmbio de experiências. A questão, porém, leva os governos a desenvolver políticas de migração para controlar essas relações.

“Os governos exploram ao máximo sua criatividade para agradar o eleitorado, limitando o acesso dos imigrantes, seus direitos de asilo ou, de modo mais geral, os direitos de abrigo e de ajuda em situações difíceis. Porém, apesar de seus esforços, as chances de a atual versão da “grande migração de povos” estar chegando a um fim prematuro permanecem reduzidas.” (BAUMAN, 2011)

As atitudes desses governos poderiam, desta forma, refletir a opinião pública. Um estudo de Geoff Dench citado por Bauman relata opiniões observadas na população britânica, mas que são repetidas em muitas partes do mundo. Os imigrantes, considerados minorias étnicas, são vistos “como forasteiros cujos destinos e lealdades são inerentemente distintos daqueles dos britânicos, e cuja posição dependente e inferior é óbvia. Sempre que ocorre um conflito de interesses, a opinião pública obrigatoriamente será contra eles” (BAUMAN, 2011). Sem recepção por parte dos nativos e a negação de uma cidadania aos imigrantes, a aglomeração dos que vêm de fora leva a uma “guetização” e um aumento de impulsos defensivos. Essa separação e isolamento, segundo Bauman, acontece também com os nativos, como uma forma de reação, podendo causar debates e “descontroles apaixonados”.

Bógus e Fabiano (2015) observam ainda que muitas vezes os imigrantes são significados “como uma ameaça no mercado de trabalho, no uso dos serviços públicos e como responsáveis pelo aumento da violência”. Essa visão distorcida levaria governos e sociedades a resistir cada vez mais à entrada de estrangeiros, adotando restrições e impedimentos legais para controlar esses fluxos, que são tratados como problemas. A ascensão do terrorismo, após o atentado de 11 de setembro de 2001 e o início da guerra ao terror, contribuiu para provocar nos nativos um medo generalizado de ameaças à segurança, sobretudo nos Estados Unidos e

na Europa, que investiram no controle de fronteiras e nas barreiras às migrações (BÓGUS e FABIANO, 2015).

Mas enquanto os migrantes internacionais vivem fora de seus países de origem por motivos econômicos ou de ordem individual, existem também os refugiados, uma população marginalizada, que abandona a casa e a família em busca de sobrevivência e liberdade de direitos, longe de conflitos armados, perseguições políticas e religiosas, e condições de vida precárias, por exemplo. No entanto, os Estados também não são muito receptivos com essas pessoas, controlando as fronteiras sob o discurso da segurança nacional. Assim, tanto imigrantes quanto refugiados são frequentemente alvo de preconceito e intolerância.

Segundo dados de 2018 do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁴, 68,5 milhões de pessoas foram deslocadas a força, sendo 25,4 milhões de refugiados e 3,1 milhões solicitações de asilo. Desse total, 10 milhões de pessoas são apátridas.

2.2 Imigração no Brasil

As migrações ao Brasil começaram no período de colonização, com a vinda dos portugueses que ocuparam militar e economicamente as terras “descobertas”. Como mão de obra, o tráfico de escravos trouxe da África imigrantes forçados durante os três primeiros séculos da história do país, até a proibição do tráfico em 1850. Segundo Patarra e Fernandes (2011), essa população era de cerca de 4 milhões de cativos e deixou traços na cultura brasileira, além de graves problemas sociais decorrentes da discriminação e marginalização dos ex-escravos a partir da Abolição, em 1888.

Segundo Biondi⁵, entre 1889 e 1930, período correspondente à Primeira República, mais de 3,5 milhões de estrangeiros entraram no Brasil, sendo o terceiro maior receptor das Américas, depois dos Estados Unidos e Argentina que também viviam uma imigração em massa. Na época, a economia atraía migrantes para a região rural, com foco em agroexportação. O estado de São Paulo foi a principal região de atração de imigrantes no Brasil, mas além do Sudeste também houve deslocamento para as regiões Sul e Nordeste e Distrito Federal (na época, no Rio de Janeiro). Na década de 1920, após os anos de estagnação da Primeira Guerra Mundial, muitos migrantes haviam retornado ao país de origem.

Do ponto de vista étnico, todos os grupos nacionais europeus foram representados; entre os asiáticos, quase somente japoneses e sírio-libaneses. Destaca-se um núcleo mediterrâneo europeu preponderante formado por italianos (o maior grupo de

imigrantes no Brasil nesse período, quase 1,3 milhão, 35% do total), portugueses (28%) e espanhóis (14%) – isto é, quase 8 de cada 10 imigrantes era originário desses três países. Os alemães, quarto maior grupo, constituíram 4% do total, e os japoneses 3,5%. No restante, houve uma grande variedade, na qual prevaleceram os sírio-libaneses, seguidos por poloneses, ucranianos, húngaros, lituanos, austríacos de língua alemã e judeus da Europa oriental. (BIONDI, sem data)

Segundo Cogo e Badet (2013), muitas migrações eram motivadas pela substituição da mão de obra escrava por trabalho livre, no contexto pós-abolicionista que continuava a segregar a população negra e implantava uma cultura de branqueamento. Os negros eram vistos como inferiores racial e culturalmente, “considerados incompatíveis com a civilização e incapazes de produzir desenvolvimento econômico”.

A incorporação de imigrantes brancos esteve diretamente vinculada ao processo de consolidação da nação brasileira desde a independência e já evidenciava a presença de uma noção de seletividade e qualificação da mão de obra imigrante norteando as políticas migratórias da época (...) (COGO E BADET, 2013)

Durante a Primeira República, a produção cafeeira foi um grande atrativo a mão de obra estrangeira, mas a crise econômica mundial de 1929 refletiu em medidas restritivas à imigração internacional e a demanda por mão de obra movimentou migrantes internos (PATARRA e FERNANDES, 2011). A crise também possibilitou um crescimento urbano-industrial que empregava imigrantes internacionais em setores de comércio e indústrias, além de atividades agrícolas ligadas à produção de alimentos para o mercado interno (COGO e BADET, 2013). A partir de 1937, tentando criar um imaginário da nação brasileira durante a Era Vargas, esperava-se que acontecesse uma assimilação por parte dos estrangeiros que deveriam abraçar suas culturas (COGO e BADET, 2013).

Segundo, Patarra e Fernandes (2011) durante a Segunda Guerra Mundial até os anos 1980 os fluxos de migrações internacionais ao Brasil diminuíram. Na década de 1980, o que chamava a atenção era a saída de brasileiros com destinos sobretudo aos Estados Unidos, Japão, países da Europa e Paraguai. Os motivos seriam as dificuldades econômicas da época e os altos índices de inflação pós-ditadura militar, além de incentivo de redes migratórias, inclusive familiares (COGO e BADET, 2013). O retorno aconteceu sobretudo no período da crise econômica mundial de 2008.

Nos últimos anos, o Brasil recebeu números expressivos de pessoas vindas de países como o Haiti, Bolívia e Congo além de pedidos de refúgio de indivíduos que fogem de conflitos armados em países do Oriente Médio, África e Ásia. A escolha do território

brasileiro como destino se devia a uma fortalecimento na influência econômica e política do país (BÓGUS e FABIANO, 2015).

Segundo o último Censo Demográfico do IBGE⁶, em 2010 havia mais de 590 mil estrangeiros no Brasil, sendo mais de 160 mil naturalizados brasileiros. Nessa época a população brasileira era de cerca de 190,7 milhões, enquanto em 2018 já atingia 208,4 milhões⁷. Os dados da Polícia Federal⁸ desmembram as estatísticas dessa população que entrou no país entre 2000 e 2016, a maioria desses imigrantes têm entre 19 e 30 anos, em plena idade produtiva. Além disso, 66% são homens e 34%, mulheres. A Bolívia liderava o ranking com 106 mil imigrantes, seguido do Haiti (81,5 mil), Estados Unidos (72,2 mil), Argentina (54,1 mil), China (49,4 mil), Colômbia (42,8 mil), Portugal (42,8 mil) e Peru (35 mil).

“A região Sudeste é de longe o destino mais procurado. A categoria “estudante” aparece com frequência entre as ocupações. Tal combinação sugere que estamos falando de indivíduos que terão a oportunidade de “fazer sua vida” no país. Ao mesmo tempo, é claro que estamos diante de um novo ciclo de negociações culturais em que as possibilidades de troca terão, como em outros momentos, grandes implicações na identidade brasileira.” (NEXO, 2018)

Os dados não englobavam a chegada de venezuelanos, que saem do seu país de origem em busca de refúgio em países vizinhos, inclusive o Brasil, em função da crise econômica, política e social que atinge a Venezuela, envolvendo o governo de Nicolás Maduro. Em agosto de 2018 o IBGE⁹ estimava a entrada no 30,8 mil venezuelanos entre 2015 e 1º de julho de 2018, sendo 99% vivendo no estado de Roraima. O órgão considerava que esse número poderia mais que dobrar nos quatro anos seguintes, chegando a 79 mil imigrantes em 2022.

Todo esse movimento, porém, não é tão bem recebido pela população brasileira, que desde seu nascimento é constituído sobretudo por imigrantes e descendentes. Segundo pesquisa do IBOPE¹⁰ divulgada em 2016, 50% dos brasileiros considerava negativa a vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil e apenas 39% consideravam positiva essa vinda. De acordo com os dados, essa opinião seria mais negativa que a percepção mundial, onde 57% dos 59 países onde a pesquisa foi realizada acreditavam que a imigração era boa. Os países sub-desenvolvidos seriam aqueles que mais apoiavam a imigração, enquanto os países emergentes, como o Brasil, seriam os mais contrários e os países desenvolvidos estavam divididos.

No início de 2019, segundo pesquisa do Datafolha¹¹, 67% das pessoas que responderam à pesquisa, concordaram que O Brasil deveria controlar mais a entrada de imigrantes, ao

passo que 30% discordaram. Já em pesquisa divulgada em abril do mesmo ano¹², enquanto 65% diziam tomar conhecimento da situação política na Venezuela, 68% desse número se disseram favoráveis ao Brasil receber refugiados vindos do país latino.

Assim como os venezuelanos, existem outros imigrantes internacionais se enquadram ou buscam se enquadrar como refugiados. Segundo dados da CONARE¹³ (Comitê Nacional para os Refugiados) divulgados em 2017, o Brasil havia reconhecido 10.145 refugiados, enquanto mais de 86 mil tinham sua solicitação em processo de tramitação. Na época, a maioria dos refugiados (39%) eram sírios. Só em 2017, das 33 mil solicitações, mais de 17 mil correspondia a venezuelanos, seguidos por cubanos (2.373), os haitianos (2.362) e os angolanos (2.036).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) já chegou a fazer um apelo global para que os países participantes reafirmassem que todas as pessoas têm direito a uma nacionalidade e que a apatridia constitui uma violação dos direitos humanos. Desde 1960, o Brasil está comprometido a proteger refugiados. O país também ratificou a Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, e chegou a promulgar em 1997 uma Lei Nacional de Refúgio, a Lei 9.474/97 (BÓGUS e FABIANO, 2015).

Enquanto grande parte dos imigrantes e refugiados são vindos de países vizinhos ao Brasil, a recepção a imigrantes europeus é maior, atribuindo qualificações pela sua origem. Os imigrantes do hemisfério sul, com pouca qualificação profissional ou sem poder comprová-la sofrem discriminação e desconfiança, sem a mediação de políticas para atenuar essas situações e facilitar a inclusão social, como afirmam Bógus e Fabiano (2015). Ao chegar ao Brasil, as principais dificuldades que essas pessoas enfrentam são o idioma, a documentação ou falta dela, o acesso à informação e ao mercado de trabalho formal, além do acesso à educação pública e serviços públicos de saúde e moradia como muitos brasileiros. A discriminação acontece inclusive por atendentes em órgãos públicos.

(...) o cotidiano dos imigrantes no Brasil enfrenta uma série de dificuldades decorrentes da ineficiência dos serviços burocráticos, do preconceito, do despreparo dos serviços e dos servidores públicos responsáveis pela garantia de seus direitos, além do desconhecimento da sociedade em geral sobre os seus direitos de cidadania. (...) Existe no Brasil uma proliferação de manifestações ofensivas, racistas e xenófobas dirigidas aos imigrantes e refugiados, seja com ataques à sua integridade física ou por mensagens pelas redes sociais, principalmente destinadas aos negros, africanos e sul americanos. Infelizmente, os imigrantes que sofrem discriminação e preconceito vivem em situação de alta vulnerabilidade e, em muitos casos, sofrem violações de direitos. Devido sua condição irregular no país, muitos evitam procurar a Polícia, o Ministério Público ou os Consulados por temerem sofrer represálias ainda mais graves. (BÓGUS e FABIANO, 2015)

Pesquisa divulgada na edição 2014/2015 do projeto *The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy (As Américas e o Mundo: Opinião Pública e Política Externa)*¹⁴, mostram que os brasileiros são pouco receptivos com seus vizinhos da América Latina e se colocam no topo da hierarquia em relação a eles. A crença de que o Brasil não se identifica como país latino foi reforçada quando 79% dos entrevistados no país se consideravam brasileiros e apenas 4% se viam como latino-americanos. Em outros países onde a pesquisa foi realizada (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru), 43% se definiam latinos.

Apesar de não se considerar parte da América Latina, 66% dos brasileiros entrevistados acreditavam que o Brasil deveria ser o líder regional, tendo uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU caso o órgão abrisse uma vaga para a América Latina. No entanto, os vizinhos não são vistos como prioridade da política externa e deveriam se manter longes do território nacional: “a maioria dos brasileiros (54%) discorda do livre movimento de pessoas na região sem controles fronteiriços. A maior fatia dos entrevistados também se opõe ao trabalho de sul-americanos no país sem visto (66%)” (BBC Brasil, 2015).

Especialistas entrevistados pela BBC Brasil para a reportagem, acreditam que essa não-identificação se deve às diferenças históricas e culturais, já que o Brasil foi colonizado por portugueses, enquanto os vizinhos têm descendência espanhola. Também pesa a diferença da língua e da forma como se tornaram independentes de suas metrópoles: o Brasil, através da declaração do próprio regente, enquanto as colônias espanholas entraram em conflito com a Coroa e desenvolveram uma “identidade cultural única”. Além de questões geográficas e diplomáticas.

Em 2017, foi sancionada pelo então presidente Michel Temer uma nova Lei de Migrações no Brasil¹⁵ e trata também de brasileiros que vivem no exterior, ao contrário do Estatuto do Estrangeiro, que vigorava desde 1980, tendo sido formulado durante a ditadura militar, visando a “segurança pública”, já que o estrangeiro era considerado uma “ameaça em potencial”¹⁶. Entre as principais mudanças estavam a facilitação da obtenção de documentação que legalize a permanência no Brasil, além de facilitar acesso ao mercado de trabalho formal e serviços públicos. Os imigrantes também não poderiam ser presos por estarem de ilegalmente no país, além de garantir o direito de se manifestar politicamente, podendo se associar a reuniões políticas e sindicatos. A lei repudia expressamente a discriminação e a xenofobia e institucionaliza a política de vistos humanitários (POLITIZE!, 2017).

Atualmente, a Constituição Federal¹⁷ não permite que os imigrantes tenham direito a se registrar no cartório eleitoral, sendo impedido o voto em eleições brasileiras, além de não poderem se alistar militarmente. Isso não vale para estrangeiros que se tornem brasileiros através da naturalização, depois de mais de quinze anos ininterruptos vivendo no país e sem condenação penal, ou um ano caso o imigrante seja originário de um país de língua portuguesa.

2.3 Imigração Haitiana

No últimos anos, a nacionalidade que se destacou no ranking de migrações ao Brasil foi a haitiana, segunda maior comunidade de imigrantes no país, logo atrás da Bolívia. Isso se deve a um histórico de instabilidade política, dificuldades sociais e catástrofes ambientais vividas pelos habitantes do Haiti.

O Haiti é um pequeno país no Mar do Caribe, com extensão territorial de 27.750km², cuja capital é a cidade Porto Príncipe. Com uma população de 11,1 milhões de habitantes, segundo dados de 2018¹⁸, o país tem as línguas francês e crioulo como idiomas oficiais. Localizado na América Central, o país divide uma ilha com a República Dominicana e vem de um histórico de luta e sobrevivência.

No período colonial, o Haiti era uma das colônias mais prósperas do mundo, gerando riquezas à metrópole francesa com base em mão de obra escrava. A escravidão teria tornado possível a produção em massa, acumulando o necessário para financiar a Revolução Industrial. “as duas potências existentes à época, Inglaterra e França, eram financiadas pela extração das riquezas haitianas, seja pelo tráfico negreiro, comércio colonial ou contrabando” (GUERRA, 2018).

Em 1804, o Haiti se tornou a primeira nação negra a ser declarada independente, depois de uma revolta de cerca de meio milhão de escravos, liderada por Toussaint L’Ouverture, contra o domínio francês¹⁸. Com a independência, o país passou a ser alvo de embargo econômico pela França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos, até que quitasse indenizações com a primeira, por ter ganhado a guerra por sua liberdade, como explica Sidney Guerra (2018), citando Rosana Baeninger.

“Tanto o Haiti como outras ilhas do Caribe foram invadidas várias vezes com base na “Doutrina Monroe” e na política do “Big Stick” pelas forças de ocupação norte-americanas. A ocupação do Haiti, de 1915 a 1934, provocou uma prolongada resistência popular... e transformações culturais importantes.” (GUERRA, 2018)

Segundo o autor, o bloqueio teria ocasionado ainda a marginalização do país. Tendo passado por tanta instabilidade política desde sua independência, o Haiti também não conseguiu consolidar sua democracia, ou uma estrutura produtiva que gerasse emprego e renda para a população.

A relação entre brasileiros e haitianos começou bem antes da chegada em massa de migrantes do Haiti para o Brasil. Em 2004 a ONU criou a quinta missão de paz no Haiti desde 1993. A Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti (MINUSTAH) veio depois da renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide, “deixando no poder uma disputa entre ex-militares e gangues”¹⁹. Aristide foi o primeiro presidente eleito democraticamente em 1991, tendo sido derrubado sete meses depois. Voltou a assumir a presidência de 1994 a 1996 e foi novamente eleito em 2001-2004, quando saiu em meio a uma revolta armada e se exilou na África do Sul até 2011, quando retornou ao Haiti²⁰.

Na MINUSTAH, o exército brasileiro ocupou papel importante: tinha seu general como o chefe da missão, e atuou na pacificação de áreas de violência no país, em um cenário de instabilidade política. Nesse mesmo ano, até o futebol recebeu status de contribuidor para a paz, quando a Seleção Brasileira, comandada pelo técnico Parreira, levou jogadores como Ronaldo Fenômeno e Ronaldinho Gaúcho para o chamado Jogo da Paz, um amistoso contra a Seleção Haitiana, em Porto Príncipe¹⁹. Em 2007, o Brasil atuou em conflito armado contra gangues da região da Cidade-Sol, comunidade situada na capital haitiana, na intenção de conquistá-la, uma das atuações mais marcantes do Exército Brasileiro.

Em 12 de janeiro de 2010¹⁸, o Haiti foi atingido por um terremoto de magnitude 7.0, com seu epicentro a cerca de 25 km da capital Porto Príncipe. O terremoto foi avaliado como o pior nesta região nos últimos duzentos anos, com estimativa de ter deixado mais de 300 mil mortos e cerca de 1,5 milhão de desabrigadas. Nessa época o Brasil atuou em ajuda humanitária, com salvamentos e distribuição de água, alimentos e medicamentos¹⁹.

Uma nova catástrofe atingiu o país em outubro de 2016, com o Furacão Matthew de categoria 4, que chegou com aviso prévio, mas matou mais de mil pessoas, deixando 2 milhões de desabrigados²¹. A época coincidiu com a desmobilização das tropas das Nações

Unidas e a volta dos soldados brasileiros para o Brasil, depois de 13 anos trabalhando no processo de pacificação do Haiti.

Reportagem feita pela Folha de São Paulo²², no entanto, mostra aspectos negativos da missão, segundo depoimentos de haitianos. A reportagem divulgou denúncias de violência e abuso sexual por parte de forças militares do Uruguai, Sri Lanka e Nepal que atuaram na região. Não foram apontadas denúncias contra o exército brasileiro. Ainda durante a missão, o país foi atingido por uma epidemia de cólera que teria matado mais de 9 mil pessoas. Estudos suspeitam que a doença teria vindo com militares do Nepal, onde é endêmica.

Hoje, as condições de vida continuam precárias no Haiti. Em 2016, o país estava em 163ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano²³, com 0,493 pontos. Outros dados sobre a população estão disponíveis no site do IBGE¹⁸:

- 2015: a incidência de subnutrição era de 45,8%; apenas 64,17% tinha acesso a água potável e só 30,5% com acesso a esgoto.
- 2016: seu PIB era equivalente a 2016 era de US\$7,6 bilhões, com PIB per capita era de US\$705.
- 2017: a estimativa de vida ao nascer de 63 ano; apenas 57% da população tem acesso a telefonia celular e 12,3% tinha acesso a internet.
- 2018: apenas 55,3% de sua população vive em área urbana.

A baixa qualidade de vida somada aos desastres do terremoto em 2010 e o furacão em 2016, motivou o deslocamento de haitianos para países vizinhos em fluxos de grandes proporções, buscando melhores condições de vida, além da sobrevivência.

O Brasil foi um dos principais destinos dos haitianos a partir de 2010. Para o país, esse foi considerado o maior fenômeno migratório da década. Segundo Wagner Oliveira (2017), a escolha pelo território brasileiro tem influência na atuação do Brasil na MINUSTAH. Em seu artigo, Patarra e Fernandes (2011) observaram as formas de entrada desses imigrantes no território nacional.

O processo de entrada desses imigrantes em território brasileiro é semelhante na quase totalidade dos casos. A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana e por via aérea chegam a Lima, no Peru, ou em Quito, no Equador, países que não exigiam visto da entrada de haitianos. Destas duas cidades partem

por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês; ao longo do percurso, vão se alterando os trechos percorridos em ônibus ou barcos. Os principais pontos de entrada no Brasil são as fronteiras do Peru com os Estados do Acre e Amazonas. (PATARRA e FERNANDES, 2011)

Segundo o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)²⁴ 2017, de 2010 a 2017, o Brasil recebeu 95.497 haitianos, sendo 64,4 mil homens e 30,8 mil mulheres. Desse total, cerca de 80 mil migrantes estão em idade produtiva, entre 15 e 40 anos. Dentre as populações imigrantes, o Haiti é a principal nacionalidade inserida no mercado de trabalho brasileiro, com mais de 75 mil carteiras de trabalho emitidas. A maior parte dos trabalhadores haitianos se concentram em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Do total, 42,5% tinham o Ensino Médio Completo e 14,9% com Ensino Fundamental Completo. As ocupações variam entre linha de produção, abate de animais, construção civil, restaurantes e lanchonetes, cultivo, comércio e limpeza.

Observando a presença de haitianos sobretudo na região Sul e estado de São Paulo, Oliveira (2017) acredita que os imigrantes teriam escolhido locais que oferecessem mais oportunidades no mercado de trabalho na época. O argumento é baseado na análise de cálculos da FGV/DAPP: “a renda per capita média das localidades onde existem registros de haitianos é 41,5% superior à renda per capita nacional em 2010, o que sugere que localidades com melhor padrão de vida médio teriam sido escolhidas pelos imigrantes.” Os dados também levam em consideração o saldo positivo de admissões em relação a demissões nessas localidades, representando mais possibilidades de inserção no mercado de trabalho também para os haitianos. O autor também não deixa de considerar a constituição de redes.

“Várias hipóteses podem ser levantadas para explicar essa concentração, dentre as quais, daremos destaque para o chamado efeito de constituição de redes, ou seja, o fato de que os imigrantes tendem a migrar para áreas onde já existem comunidades de nacionais deste país. Há uma literatura considerável sobre esse tema, mostrando evidências de que esse tipo de fenômeno, de fato, ocorre geralmente em locais onde existem grandes comunidades prévias de imigrantes, como mostra o trabalho do economista George Borjas (1995), especialista em imigração e mercado de trabalho.” (OLIVEIRA, 2017)

Para permanecer no Brasil, os haitianos solicitam refúgio, no entanto, apesar das migrações por catástrofes ambientais serem um fenômeno comum, a categoria de refugiado ambiental ainda não é considerada pela ONU.

“A Convenção relativa ao estatuto dos refugiados de 1951 define refugiado como qualquer pessoa que: (...) em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no

qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele; no caso de uma pessoa que tem mais de uma nacionalidade, a expressão “do país de sua nacionalidade” refere-se a cada um dos países dos quais ela é nacional. Uma pessoa que, sem razão válida fundada sobre um temor justificado, não se houver valido da proteção de um dos países de que é nacional, não será considerada privada da proteção do país de sua nacionalidade.” (GUERRA, 2018)

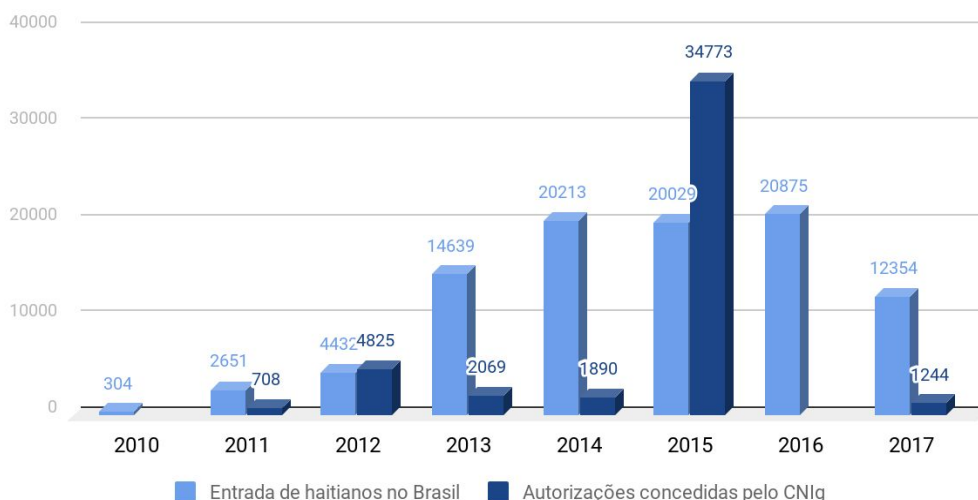
Segundo Guerra (2018), há autores que explicam a falta da categoria argumentando que “a degradação ambiental por si só não é um fator determinante para as migrações, estando atrelada a outros fatores, como por exemplo, econômicos e sociais” e que a degradação ambiental seria apenas a causa imediata da migração. O autor, no entanto, concorda que mesmo havendo outras motivações para a migração, a degradação significativa das condições ambientais onde as pessoas vivem, torna válida a migração ambiental. E esses migrantes, estando em condição de vulnerabilidade, necessitam ter seus direitos garantidos.

Porém, por não ser reconhecida a categoria de refugiado ambiental, essas pessoas não recebem a proteção da ONU, sendo possível sua deportação pelo Estado que o recebeu, já que são vistos como migrantes comuns. Enquanto com a criação dessa categoria, os países, sobretudo os desenvolvidos, que têm colocado medidas restritivas às migrações, se tornariam internacionalmente responsáveis por essas pessoas, através de políticas públicas; e também responsáveis pelos danos ambientais causados por interferência humana no meio ambiente: como testes nucleares, poluição, desmatamentos, etc. A categoria também poderia contribuir para a contabilização de pessoas que vivem tal situação. (GUERRA, 2018)

Assim, com os vistos de refúgio negados pela CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados - vinculado ao Ministério da Justiça), os haitianos permanecem no Brasil com vistos humanitários concedidos pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Segundo o OBMigra²⁴, entre 2011 e 2017, o Haiti foi a principal nacionalidade a receber autorizações no Brasil, com um total de 45.509 vistos da CNIg. O pico foi em 2015, quando o número passa de 34 mil vistos humanitários. O gráfico a seguir compara o total de haitianos que entraram no Brasil de 2010-2017 (cerca de 95 mil) com o número de vistos humanitários emitidos.

Imigração Haitiana no Brasil

Fonte: Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)



A partir desta contextualização, gostaríamos de compreender a relação entre os imigrantes haitianos, o Estado e a população brasileira. Apresentaremos a seguir quatro conceitos que refletem sobre as relações sociais e a representação de conflitos pela imprensa. Estes conceitos serão utilizados para embasar a pesquisa.

3. O jornalismo e os conflitos sociais

Para refletir sobre os discursos produzidos e reproduzidos pelos portais BBC News Brasil e G1, bem como compará-los, tomaremos quatro conceitos como referência.

Os dois primeiros são do italiano Roberto Esposito, que refletem sobre a reação de indivíduos, grupos e até mesmo o Estado em relação àquilo que é novo, diferente, algo ou alguém que vem de fora. Ele observa como as pessoas podem repelir o outro, considerando-o como uma ameaça, ou acolhê-lo como parte da comunidade, abrindo mão de sua imunidade e reconhecendo no outro os mesmos direitos.

E para comparar os dois jornais, consideramos dois conceitos que se complementam e observam o impacto da produção jornalística sobre conflitos e sobre o outro.

O conceito de Pânico Moral reflete sobre a contribuição da cobertura jornalística na formação do medo na sociedade. Como a estereotipia e outros elementos colaboram para a criação de um sentimento de ameaça aos valores, à segurança, à moral do “eu” que lida com “o outro”.

O último conceito se chama Jornalismo para a Paz e pode ser considerado uma alternativa para a abordagem de conflitos sociais. O conceito propõe refletir sobre a forma de produzir as notícias, visando a proatividade, a reflexão sobre os impactos do conflito, promovendo um jornalismo educativo e de conscientização.

3.1 O eu e o outro

Roberto Esposito, filósofo italiano especialista em moral e política, contribui para essa pesquisa com os conceitos de *Immunitas* e *Communitas*, trabalhados em dois de seus livros: *Immunitas: Protección y negación de la vida* (2009) e *Communitas: The Origin and Destiny of Community* (2010).

3.1.1 Immunitas

Esposito identifica um discurso, inclusive midiático, bastante heterogêneo quando se trata de um perigo que irrompe, considerado um intruso que rompe com o equilíbrio anterior e provoca a necessidade de uma “imunização” e a restituição daquilo que foi modificado. Esse discurso aconteceria independente de se tratar de epidemias, extradição de criminosos internacionais, fluxos migratórios - sobretudo clandestinos - ou o avanço das tecnologias informáticas, além de ataques terroristas.

O sentido de “contágio” - seja no campo da biologia, direito, política ou informática -, comumente aparecia quando alguém ou algo penetra em um corpo, individual ou coletivo, e o altera, o transforma, o corrompe. A necessidade de imunização, no entanto, se deve ao caráter de aceleração e generalização desse contágio ao longo do tempo, de forma descontrolada.

Lo que antes era sano, seguro, idéntico a sí mismo, ahora está expuesto a una contaminación que lo pone en riesgo de ser devastado. Es natural que una amenaza de este tipo sea constitutivamente inherente a toda forma de vida individual, así como a todo tipo de asociación humana. Pero lo que confiere una especial importancia a la exigencia de inmunización - e inclusive hace de ella el eje de rotación simbólico y material de nuestros sistemas sociales - es el carácter, a la vez de aceleración y de generalización, que asumió desde hace un tiempo esa deriva contagiosa. (ESPOSITO, 2009)

Em se tratando dos fluxos migratórios, por exemplo, o sentido de contágio é percebido pelo contínuo “deslizamento léxico” - nas formações discursivas -, inclusive nas mídias. Segundo o autor, é conhecida a dimensão ao mesmo tempo social, política e jurídica do fenômeno imigratório. No entanto, o tema é frequentemente apresentado não só como uma ameaça para a ordem pública, como também um potencial risco biológico para os países que recebem esses estrangeiros, algo que tem raízes profundas no imaginário das sociedades receptoras, sobretudo as europeias. As doenças seriam, inclusive, consideradas ameaças terroristas na contemporaneidade, e tem implicações econômicas, políticas, jurídicas e até militares.

Analisando a origem da palavra latina "immunitas", que quer dizer imunidade em português, o autor entende que está imune aquele que não deve nada a ninguém, vive isento de qualquer obrigação pessoal, fiscal ou civil. No entanto, a imunidade não seria apenas uma dispensa, como também um privilégio. Assim, a imunidade seria percebida como tal se se configura como uma exceção a uma regra - aos deveres da sociedade, por exemplo - que, ao contrário, é seguida por todos os demais. Desta forma, o antônimo de "immunitas", ou imunidade, seria "communitas", ou comunidade. No entanto, nos últimos tempos, a comunidade estaria sendo engolida pela imunidade.

Na biomedicina, entre os séculos XVIII e XIX, além da imunidade natural, passou a existir também a imunidade induzida, que consiste basicamente em inocular quantidades de vírus não letais, para que seja estimulada a formação de anticorpos que possam neutralizar futuras doenças. Assim, um mal menor é introduzido de forma controlada para que seja possível ao corpo reagir e evitar que forças maiores se manifestem. Isso significa que o fato de haver imunidade, pressupõe a existência de um mal que deve ser enfrentado, e essa imunidade só funciona se for utilizada. Tem-se aí, o que o autor chama de proteção e negação da vida: mediante a proteção imunitária, a vida combate o que a nega, mas não pela contraposição frontal e sim pela neutralização desse mal. Enfrenta-se o mal, mantendo-os dentro dos próprios limites, em uma inclusão excludente ou uma exclusão mediante inclusão. O "veneno" é vencido pelo organismo não quando é expulso para fora, mas quando chega a fazer parte dele. A lógica imunitária se refere a uma negação da negação e isso deixa marcas naquilo que foi modificado.

Ainda trabalhando este conceito, Esposito recupera as produções de Foucault sobre "biopolítica". Quando a política toma a vida como objeto de intervenção direta, termina por reduzi-la a um estado de absoluto imediatismo, tirando a possibilidade de ter uma "vida justa" ou "comum". A vida é excluída, esmagada pelo seu próprio conteúdo biológico. A política priva a vida de sua dimensão qualitativa, transformando-a em apenas vida. O autor coloca em questão a relevância atribuída à semântica do corpo, que é visto como o centro da relação entre a política e a vida, porque só no corpo a vida parece estar protegida do que ameaça corrompê-la ou mesmo de sua própria tendência de se superar e se alterar.

Es como si la vida - para mantenerse como tal - tuviera que ser comprimida y custodiada en los confines del cuerpo. Y esto - préstele atención - no porque el cuerpo, individual y colectivo, no esté expuesto a procesos de involución y hasta de disolución: incluso nada experimenta tanto como el cuerpo la mordedura del mal. Más bien porque justamente tal riesgo pone en movimiento los mecanismos de alarma, y por consiguiente de defensa, destinados a su protección. En este sentido es

cierto, como afirmó el mismo Foucault, que lo viviente empieza a entrar en el horizonte de visibilidad del saber moderno en el momento en que emerge su relación constitutiva con aquello que constantemente amenaza con extinguirlo. Es la enfermedad - y la muerte - el cono de sombra dentro del que se recorta la ciencia de la vida. (ESPOSITO, 2009)

Na biopolítica, o “corpo político” tem em seu centro a própria vida, o que leva à necessidade de providenciar imunizações para mantê-la, como medicamentos e aparatos de segurança. Esta síndrome de autoproteção no entanto, acaba por produzir seu efeito contrário. Ao invés de adequar a proteção ao nível de risco, tende-se a adequar a percepção de risco à crescente necessidade de proteção, fazendo assim da proteção um dos maiores riscos.

A vida, seja do indivíduo ou da espécie humana é o objeto de atividade da política, aquilo que irá imunizar contra os riscos que a ameaçam de extinção. Para isso, instaura-se o regime do corpo, que é onde a vida pode se manter e se reproduzir, ao mesmo tempo que também está sujeito à morte induzida (não natural) e, por isso, podendo ser evitada. O corpo se torna o campo e a ferramenta de combate, de resistência à morte. Essa autoproteção considera como invasões ou ameaças não só revoltas e revoluções, como também culturas e etnias desconhecidas, como índios americanos e imigrantes judeus na Europa. Assim, quanto maior parecer a vulnerabilidade do “corpo político”, mais urgente é a necessidade de fechar as brechas em suas fronteiras.

Las imágenes de ciudades sitiadas, castillos fortificados, territorios rodeados por potenciales invasores que colman las páginas de los tratadistas políticos ingleses, franceses e italianos entre los siglos XVI y XVII representan testimonio tangible de ello. (ESPOSITO, 2009)

Essa enfermidade, como é chamada, além do sentido negativo teria também o sentido positivo de incentivar o organismo a melhorar sua autodefesa. O poder político poderia, por exemplo, utilizar de revoluções e revoltas para legitimar e reforçar seu aparato repressivo ou até mesmo infiltrar agentes do governo nos grupos de oposição (reação interpretada como a cura). Esposito alerta, porém, que o remédio contra a enfermidade, no entanto, se não tomados nas doses corretas, pode envenenar.

Como soberano, o Estado tem direito sobre a vida, podendo determinar a morte de alguns indivíduos em prol da segurança do Estado, do rei, da nação ou da sociedade, determinando sentenças ou mandando soldados à guerra, por exemplo. A morte pode ser uma alternativa para a conservação da vida. Desde forma, nunca é possível escolher pelas alternativas de vida ou morte, visto que uma não exclui completamente a outra. Citando

Foucault, o autor justifica a preocupação em conservar os corpos, não como indivíduos, mas como parte do todo.

Así cuando Foucault identifica como objeto del biopoder a la población, no se refiere ni a los sujetos individuales titulares de determinados derechos, ni a su confluencia en un pueblo concebido como el sujeto colectivo de una nación, sino al ser vivo en su constitución específica. Es decir, se refiere al único elemento que une a todos los individuos en una misma especie: la posesión de un cuerpo. Y a este cuerpo - a un tiempo individual por ser propio de cada cual y general por estar relacionado con toda una especie - se dirige la biopolítica en su intento de protegerlo, potenciarlo, reproducirlo con una finalidad que va más allá del viejo aparato disciplinario porque concierne a la existencia misma del Estado en su "interés", a la vez económico, jurídico y político. Por eso, Foucault puede anotar a propósito del sistema sanitario prusiano que "no era el cuerpo de los trabajadores lo que le interesaba a esta administración pública de la salud, sino el cuerpo de los individuos mismos que, con su reunión, conforman el Estado". (ESPOSITO, 2009)

Isso acontece, explica Esposito, porque assim como os indivíduos são parte integrante do Estado, o Estado não existe fora do corpo dos indivíduos que o integram. Desta forma, o “corpo” social deixa de ser uma metáfora jurídica-política para se tornar uma realidade biopolítica e um âmbito de intervenção médica. Os indivíduos se sacrificam pela soberania do Estado. Enquanto este, por sua vez, fica mais forte, maiores são as chances de sobrevivência dos indivíduos. É isso que explica, segundo Esposito, porque a medicina passa a ocupar um lugar central na política desde a metade do século XVIII. O bem-estar da nação, ou seja, sua saúde pública, passa a ser o foco das atividades econômicas, administrativas e políticas do Estado. A medicina passa a definir a punibilidade de condutas ilegais, a partir da distinção do que é criminoso e o que é anormalidade, como questões de fecundação artificial, eugenia e eutanásia, por exemplo.

A biopolítica e sua preocupação com a preservação da vida, inclui medidas de higiene pública, práticas sanitárias e controle social, e não impede a violência contra uns para a preservação de outros. Em alguns momentos da história da humanidade, para controlar doenças, aplicam o isolamento ou expulsão de enfermos, ou separam-se populações por classes sociais e econômicas, por exemplo.

Assim, para criar um “corpo político”, aquele que governa, é necessário um contrato social. Cada corpo, ou seja, cada indivíduo deve dispor de sua pessoa e de todo seu poder, de sua individualidade, em benefício da vontade geral (bem-comum).

3.1.2 Communitas

Para Esposito, nada era mais necessário do que pensar comunidade em um momento em que todos os comunismos fracassaram ao mesmo tempo em que há a miséria de novos

individualismos. Segundo ele, a comunidade é o resultado de uma união entre sujeitos e o fato de pertencer a ela que os torna sujeitos - “sujeitos de uma entidade maior, mais experiente ou até melhor que a simples identidade individual, mas a partir da qual ela se origina e no final reflete” (ESPOSITO, 2010) (tradução livre).

O autor recorre a Max Weber para explicar que a comunalização das relações sociais ocorre se e na medida em que a orientação do comportamento social é baseada em um senso de solidariedade, que se refere ao resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes. Esposito completa ainda afirmando que há um paradoxo na definição de "comum", que parte do indivíduo, seu antônimo mais óbvio. Ele diz que o comum "é o que une a propriedade étnica, territorial e espiritual de cada um de seus membros. Eles têm em comum o que é mais propriamente deles; eles são os donos do que é comum a todos eles." No entanto, o autor deseja buscar uma nova noção de comunidade, diferente daquela que foi pensada até então.

Recorrendo a estudos etimológicos em torno da palavra “*communitas*”, o autor conclui que “*communitas*” é a totalidade de pessoas unidas não por uma "propriedade", mas por uma obrigação ou dívida, ao contrário daquele que é isento. Está aí a diferença entre o público e privado, ou seja, entre *communitas* e *immunitas*. Segundo Esposito, enquanto *communis* é aquele que é obrigado a desempenhar um ofício - ou a doação de uma graça - é chamado imune aquele que não deve desempenhar nenhum ofício, e por essa razão ele permanece ingrato.

As the complex though equally unambiguous etymology that we have till now undertaken demonstrates, the *munus* that the *communitas* shares isn't a property or a possession [*appartenenza*]. It isn't having, but on the contrary, is a debt, a pledge, a gift that is to be given, and that therefore will establish a lack. The subjects of community are united by an "obligation," in the sense that we say " I owe you something," but not "you owe me something." This is what makes them not less than the masters of themselves, and that more precisely expropriates them of their initial property (in part or completely), of the most proper property, namely, their very subjectivity. (ESPOSITO, 2010)

Para o autor, a comunidade não pode ser pensada como um corpo, como uma corporação, nem deve ser interpretada como um "reconhecimento" mútuo e intersubjetivo no qual os indivíduos são refletidos um no outro para confirmar sua identidade inicial. Esposito nega que a comunidade seja propriedade coletiva de uma totalidade de indivíduos ou que eles tenham uma identidade comum. Na verdade, o que os membros de uma comunidade compartilham é antes uma expropriação de sua própria essência e isso envolve e afeta seus

próprios “sujeitos”, por haver, na verdade, uma perda de identidade. Isso significa que a comunidade se refere a uma ausência de subjetividade, identidade e propriedade.

A comunidade seria, então, uma “não-coisa”. Isso significa que, segundo o autor, a comunidade não é uma entidade, nem é um sujeito coletivo, nem uma totalidade de sujeitos, mas é a relação entre esses sujeitos eximidos de suas identidades. Eles possuem um “não-pertencimento comum” ao perderem as propriedades que não resulta no “bem” comum.

A comunidade é um ponto de partida em direção àquilo que não nos pertence e nunca pode pertencer a nós. “Por essa razão, a *communitas* é totalmente incapaz de produzir efeitos de comunalidade, de associação e de comunhão. Não nos aquece e não nos protege; pelo contrário, expõe-nos aos riscos mais extremos: perder, junto com a nossa individualidade, as fronteiras que garantem sua inviolabilidade em relação ao outro; de repente cair no nada da coisa” (ESPOSITO, 2010) (tradução livre).

Ao suceder a sociedade moderna, em um momento marcado pelas crises do paradigma do estado e pela disseminação de conflitos multiculturais, a comunidade deixa de ser entendida como um “fenômeno residual com relação às formas socioculturais que a modernidade assume, mas como uma resposta à insuficiência do modelo individualista-universalista da modernidade. É essa sociedade de indivíduos, que já era uma força destrutiva da comunidade orgânica antiga, que agora gera novas formas comunitárias como uma reação póstuma à sua própria entropia. A comunidade avança ou recua; expande ou contrai de acordo com o espaço que o outro ainda não “colonizou”.” (ESPOSITO, 2010)

Tanto o conceito de Imunidade quanto o de Comunidade podem ser percebidos como sentidos nos discursos materializados em jornais. E é justamente sobre o impacto da produção jornalística nas relações sociais que refletiremos a seguir.

3.2 Reflexões sobre a produção jornalística

Alguns conceitos que tratam do fazer jornalístico são propostos visando situações específicas, mas podem ser tomados como base para se pensar o jornalismo que cobre questões diversas, inclusive a imigração. Aqui proponho refletir sobre a produção jornalística e seu impacto através de dois conceitos: “Pânico Moral”, que é muito utilizado em referência à criminalidade, e “Jornalismo para a Paz”, que remete à abordagem da violência que, como veremos, vai além do contexto de guerra, mas também pode ser aplicado em conflitos que se dão de diferentes formas.

Esses conceitos foram escolhidos porque ainda que a imigração haitiana não esteja relacionada ao crime - pelo menos não nos discursos analisados -, ela está relacionada à questão do ilegal e é objeto de discursos que reproduzem os sentidos de medo e de preconceito com base em estereótipos. A questão também está relacionada ao conflito social, à ocupação do “nosso” espaço pelo “outro” e à violência cultural. Nossa proposta é trazer estes conceitos para realidades menos extremas, onde também podem ser aplicados.

3.2.1 Pânico Moral

Segundo Arnold Hunt (1997), há três teorias distintas sobre pânico moral chamadas: interesse de grupo (interest-group), engenharia de elite (elite-engineered) e modelo de base (grassroots). A primeira teria sido criada por Stanley Cohen, autor do livro *Folk Devils and Moral Panics* (1972).

O chamado “pânico moral” acontece quando um indivíduo ou grupo de indivíduos é definido como uma ameaça aos valores e interesses de uma sociedade, através do discurso produzidos ou reproduzidos pelos meios de comunicação. Geralmente, esses sentidos são construídos através de estereótipos, exageros e desinformação. A consequência é a criação de um sentimento de ansiedade popular e política, que busca por soluções para esse “problema moral”, podendo levar à tomada de medidas punitivas.

Às vezes, o objeto do pânico é bastante novo e outras vezes é algo que existe há bastante tempo, mas de repente aparece no centro das atenções. Às vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva; em outras vezes tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças como aquelas na política legal e social ou mesmo na forma como a sociedade se concebe. (HUNT, 1997) (tradução livre)

Segundo Cohen, o pânico é gerado pela mídia ou por grupos de interesse específicos, que usam a mídia para divulgar suas preocupações. A mídia seria um “portador e produtor especialmente importante de pânico moral”. Cohen acreditava que o pânico moral poderia acontecer em qualquer momento da história desde que houvesse algum meio de comunicação para intermediar.

Outro autor, J.C. Davis, argumenta que o pânico moral é comum “em períodos da história quando as fronteiras morais estão passando por uma reavaliação ou revisão em massa, como, por exemplo, no rastro de uma revolução... a incerteza moral pode levar a grande ansiedade ou "pânico moral" e à demanda por uma reafirmação ou redefinição dos limites morais” (HUNT, 1997) (tradução livre).

A segunda teoria, “engenharia das elites” é de Stuart Hall e al. no livro *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order* (1978). Segundo esse autores, a mídia estava “entre as forças mais poderosas na formação da consciência pública sobre questões atuais e controversas”. Para Stuart Hall e al., o pânico moral parte da ideologia dominante que busca consolidar a hegemonia através do “aparato discursivo da regulamentação da lei e da ordem”, ou seja, das autoridades. Figuras como policiais, políticos e estudiosos expõem seus diagnósticos e soluções e seus discursos são reproduzidos pela imprensa, ou até amplificados.

Isso significaria que os meios de comunicação “não criam as notícias, tanto quanto reproduzem e sustentam as interpretações dominantes delas, e isso, portanto, pode dizer-se que funciona, conscientemente ou não, como um instrumento de controle do Estado” (GOMES, 2015).

Para Hall e al., o pânico moral acontece em momentos excepcionais da história, quando ocorre uma “crise de hegemonia” e a classe dominante se vê forçada a recorrer a técnicas de controle e repressão. Outros autores como Goode e Ben-Yehuda completam dizendo que problemas não tão sérios seriam intensificados para desviar a atenção do que realmente importa. Ou seja, os pânicos morais seriam fenômenos políticos gerados deliberada e conscientemente ou não.

Já a terceira teoria, chamada “modelo de base” tem como autores Goode e Ben-Yehuda, e afirma que as autoridades e a mídia não fabricam preocupações que já não existiam. Ou seja, a preocupação pública já existiria e a imprensa apenas a refletiria. Seria uma teoria de “baixo para cima” e não “de cima para baixo”, como a anterior. Segundo Hunt, essa teoria se assemelha àquilo que defendem os “criminologistas realistas”:

[...] que sugerem que as percepções das pessoas sobre o crime 'não são baseadas no pânico moral e / ou uma regurgitação de estereótipos midiáticos, mas guardam uma estreita relação com os fatos reais sobre as áreas em que vivem'. [...] o medo real do crime está intimamente relacionado à histeria moral sobre o crime, e os meios de comunicação servem a e exageram esses temores públicos. (HUNT, 1997) (tradução livre)

A discussão do que seria o “pânico moral”, qual sua origem e como ocorre, saiu do campo acadêmico e o termo passou a ser usado pela própria mídia na década de 1990. Segundo Hunt, os teóricos perderam o controle exclusivo sobre a maneira como o termo é utilizado, porém, o conceito se mostrou válido. Inclusive, ele observa que, com isso, a própria mídia teria se tornado mais autoconsciente sobre a participação em pânicos morais.

Hunt também observa que "o problema do "pânico moral" é que ele não consegue distinguir entre a mídia e a realidade social, entre o que os jornais dizem e o que o público pensa." Há estudiosos inclusive que questionam qual o real impacto sobre a opinião pública do que é publicado na mídia e do que é falado pelas autoridades. Alguns afirmam que parte do público percebe os exageros midiáticos, enquanto outros estudiosos apostam que há sim um impacto do pânico moral sobre o imaginário público.

Em artigo recente, Silvia Gomes (2015) retoma as teorias e aponta ainda que o pânico moral é construído a partir dos critérios de noticiabilidade, que tendem a destacar o negativo por conta do desvio. Além disso, a utilização de rótulos para facilitar a narração dos fatos, leva à redução do outro a estereótipos, convertendo grupos de indivíduos em ameaças no imaginário do público. A autora cita em seu artigo ainda, os cinco indicadores de Goode e Bem-Yehuda que possibilita saber se o pânico moral existe numa determinada sociedade.

"(i) preocupação (concern) acerca do comportamento dos outros e as possíveis consequências que acreditam que as suas condutas possam ter na sociedade; (ii) consenso (consensus) da existência de uma crença generalizada que o problema é real, que é uma ameaça para a sociedade e que algo deve ser feito; (iii) hostilidade (hostility) relativamente a um grupo ou categoria de pessoas, que são difamadas como párias sociais; (iv) desproporcionalidade (disproportionality), pois o perigo propagado é maior do que o dano potencial; e (v) volatilidade (volatility), uma vez que o pânico moral irrompe de repente e depois desvanece." (GOMES, 2013)

Considerando que o pânico moral pode acontecer para além das questões de criminologia, mas também para questões que envolvem o conflito social e de interesses, onde são criados sentimentos de ameaça e medo do outro, talvez o pânico moral pudesse ser combatido e evitado com a adoção de um Jornalismo para a Paz.

3.2.2 Jornalismo para Paz

Segundo o principal pensador do Jornalismo para Paz, o norueguês Johan Galtung, a violência não é apenas física (direta), mas também pode ser psicológica e cultural (indireta). Enquanto a violência física é um evento - por exemplo, uma agressão física contra alguém -, a violência indireta é um processo, como a miséria, o preconceito, a marginalização social, entre outros.

Na violência cultural é possível reconhecer vítimas, mas não os agressores, pois a agressão pode ocorrer até mesmo de forma inconsciente. No entanto, é possível identificar a cultura da violência através do discurso, que legitima, institucionaliza, "justifica" e naturaliza os dois outros tipos de violência. Quando observada, essa violência de formato estrutural

evidencia as desigualdades, a dominação de classes, os conflitos sociais, políticos, econômicos e culturais (CABRAL e SALHANI, 2017).

Em seu estudo publicado com Mari Holmboe Ruge, "Structure of Foreign News" (1965), Galtung percebeu a facilidade com que uma notícia negativa ganha notoriedade, ao contrário da notícia positiva.

"Em um momento de reflexão sobre a comunidade interpretativa dos jornalistas, os pesquisadores trouxeram elementos que seriam norteados de critérios de noticiabilidade e perceberam que quanto mais impactante, significativo, inesperado e negativo o evento, maior seria sua amplitude e a probabilidade de ser fixado pelo público. Na época, o estudo reafirmou a ideia de que as notícias negativas são mais atrativas, fazendo as pessoas terem um julgamento conjunto, massificado. Também se entendeu que coberturas distanciadas da paz eram mais inesperadas e causavam reações do público - ódio, raiva, sentimento de injustiça, entre outros." (CARDOSO, 2013)

Seguindo os critérios de noticiabilidade e pressionados pelo tempo, o espaço delimitado, os valores editoriais da empresa e a concorrência com outros jornais, o jornalismo muitas vezes comete falhas na cobertura dos fatos. A produção de notícias minuto a minuto, sem profundidade, com foco nas estatísticas, ouvindo apenas fontes oficiais e desumanizando o outro para justificar o conflito pode levar à desinformação. Desta forma, a imprensa acaba se tornando um meio de propagar a guerra nos moldes sensacionalistas, que despertam interesse no público por ressaltar a violência banalizada (CABRAL e SALHANI, 2017).

"No jornalismo orientado para a guerra, apenas os conflitos em si e suas consequências visíveis, como o número de feridos ou mortos, as armas utilizadas ou os danos materiais causados, são considerados. Neste caso, pode-se notar uma desumanização da parte adversária ("inimiga"), alcançada através da exposição de inverdades sobre eles e acobertamento dos erros "nossos". Este modelo jornalístico tem como foco a elite e considera a vitória e o cessar-fogo como sinônimo de paz." (CABRAL e SALHANI, 2017)

O jornalismo pode tanto alimentar a violência cultural de acordo com o enquadramento com que conta os fatos, quanto pode promover a paz, educando o público e ajudando na formação de cidadãos. Aqui, a paz a que nos referimos é a "paz positiva", que busca de igualdade entre os cidadãos, a ampliação do diálogo pacífico entre as diversas culturas e soluções não violenta para os conflitos. Já a paz negativa é conhecida como a ausência de violência que, não raro, é obtida por meios não pacíficos, como o equilíbrio das condições bélicas - por exemplo, a Guerra Fria. (CARDOSO, 2013);

O chamado Jornalismo para Paz busca apontar soluções para conflitos e mostrar os impactos sociais e culturais da guerra sobre as partes envolvidas, para além da política e da economia. É um jornalismo plural, contextualizado e humanizado, que gera empatia e

tolerância do público com as minorias, valorizando a diversidade e construindo a consciência cidadã. É um jornalismo que mostra os diferentes lados que envolvem o debate, não se atendo a ouvir apenas as autoridades, fontes oficiais.

Em sua tese, Cardoso (2013) propõe uma produção jornalística em que o jornalismo reflete sobre o próprio trabalho. Além de ser um espaço de informação e formação, a imprensa passa a ser, portanto, um instrumento de fortalecimento das cidadanias, construindo visões mais democráticas sobre a realidade. Essa postura não deixaria de lado a objetividade jornalística. Na verdade, esse pensamento defende que a objetividade vem com a apuração que, quanto mais paciente e inclusiva for, mais próxima do Jornalismo para a Paz.

Para isso, o jornalista precisa "conhecer bem a história do conflito, ganhar a empatia e confiança das partes, facilitar a agenda, esclarecer questões, propor compromissos com vista à negociação e ajudar as partes a compreenderem e a aproximarem suas posições" (CARDOSO, 2013).

“A área do jornalismo para a paz recebe, constantemente, críticas a respeito da objetividade jornalística. O jornalismo, não importa sua especialidade ou por quem seja feito, baseia-se em escolhas (de enquadramentos, de fontes, de linguagem, de fotografias etc.). Não se nega que o Peace Journalism tome partidos, mas quem o exerce o faz buscando a humanização e a compreensão. Na prática jornalística, há sempre um posicionamento por trás: pode ser a empresa, os lucros ou o combate ao sofrimento humano; o importante é informar o público” (CABRAL e SALHANI, 2017)

Acreditando que a paz pode ser ensinada e aprendida, até que seja incorporada na cultura, o Jornalismo para a Paz é socialmente responsável e proativo: não espera a guerra eclodir para buscar soluções, mas sim busca formas de evitá-la. Ele promove diálogos e debates públicos de maneira pacífica. Ele não torna notícia apenas assuntos relacionados à paz, mas repensa a forma como trata a violência em seus discursos (CABRAL e SALHANI, 2017).

O Jornalismo para a Paz é um processo lento, busca aliviar a tensão e explorar a complexidade dos conflitos, sem dramatizar ressaltando vítimas e inimigos, mas abordando todos os atores e expondo as inverdades. Ao contrário das notícias rápidas que favorecem o esquecimento, a longa apuração pode permitir o não esquecimento, a memória testemunhal e a denúncia.

“A transição da cultura de violência para uma cultura de paz “requer um esforço educativo prolongado para modificar as reações à adversidade e construir um modelo de desenvolvimento que possa suprimir as causas de conflito”. Para Boulding (2002), cultura de paz pode ser definida como um mosaico de identidades,

atitudes, valores, crenças e padrões que levam as pessoas a se relacionarem umas com as outras sem uma estrutura de poder, lidando criativamente com as diferenças e compartilhando seus recursos.” (CABRAL e SALHANI, 2017)

Qualquer que seja a postura que o jornalismo assuma, ele está contribuindo para a construção da realidade, ou melhor, da imagem que se faz do real. Cabe aos jornalistas terem consciência do seu papel na sociedade e refletirem sobre a responsabilidade que carregam: alimentar a violência ou atuar pela construção da paz.

Uma das formas de perceber a ocorrência de Jornalismo para a Paz e de Pânico Moral é através da análise discursiva. A seguir explicaremos os conceitos por trás desta metodologia de pesquisa.

4. Metodologia de pesquisa

Para analisar os discursos acerca dos haitianos que migraram para o Brasil, iremos utilizar alguns conceitos da metodologia Análise de Discurso. Tomamos como base as obras Análise de Discurso (1999) e Cidade dos Sentidos (2004), da brasileira Eni Orlandi. Seu trabalho tem como influência o estudioso francês Michel Pêcheux.

Após a explicação acerca da Análise do Discurso, contextualizaremos historicamente os dois portais de notícia analisados. Também mostraremos como se deu a coleta de reportagens na fase pré-análise.

4.1 Análise do Discurso Pêcheux-Orlandi

A Análise de Discurso busca problematizar aquilo que é lido, ouvido e falado. É uma reflexão consciente sobre aquilo que é dito de forma inconsciente, com base em sua ideologia. Sendo a ideologia algo que é intrínseco do sujeito, o discurso nunca é neutro, mesmo quando aparenta ser. Ao utilizar a linguagem para se relacionar com o mundo, os sujeitos estão comprometidos com os sentidos (o simbólico) e o político (ORLANDI, 1999).

Produzido por um sujeito, o discurso é a materialidade da ideologia, e a língua é a materialidade do discurso. Desde a Revolução Cognitiva, o ser humano utiliza da linguagem para expressar e registrar sua interpretação do mundo e, como consequência, sua existência (a história). É desta forma que a humanidade tem continuidade, com o homem transformando a si mesmo e a sua realidade por meio do discurso.

“A Análise de Discurso concebe a linguagem como a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. [...] O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.” (ORLANDI, 1999)

Em sua obra, Orlandi explica que “o discurso é a palavra em movimento”. É analisando-o que entendemos como a língua constrói sentidos. Ao contrário da Análise de Conteúdo, o analista discursivo não quer saber o que se diz sobre algo, mas como aquele algo é significado através da materialidade do discurso.

A linguagem só é linguagem porque faz sentido, e ela faz sentido por se inscrever na história. Para Orlandi, “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só nas intenções dos sujeitos”. Isso significa que ao analisarmos, também devemos considerar o contexto em que aquele discurso foi produzido: o cenário imediato e o contexto sócio-histórico e ideológico. Devemos considerar ainda as suas margens: o que foi dito, o que não foi dito e também o que poderia ter sido dito, mas não foi.

“Saber como o discurso funciona é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo de memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.” (ORLANDI, 1999)

4.1.1 Memória e esquecimento

Ao lermos, ouvirmos ou falarmos já estamos interpretando aquilo que foi dito. Os sentidos, porém, já estavam lá e quase nunca sabemos como eles foram construídos ou por quem. Na grande maioria das vezes, apenas absorvemos e reproduzimos esses sentidos em nossos próprios discursos, como algo inconsciente, como algo que “sempre foi assim”. É aí que entra o conceito de memória discursiva ou interdiscurso: o saber discursivo é o que nos permite retomar algo que já foi dito por alguém, em algum lugar ou momento, e por continuar fazendo sentido, os retomamos inconscientemente. Isso se deve ao esquecimento.

Quando falamos de esquecimento nos referimos a sentidos dos quais não nos lembramos a origem, ou seja, eles caem no anonimato. Desta forma, quando o dizemos, nos achamos os autores daquele sentido. Mas na verdade, estamos retomando algo que já foi dito, às vezes criando a partir disso, outras vezes apenas repetindo. Esse é o primeiro tipo de esquecimento, o ideológico.

Usamos inconscientemente palavras e frases, sentidos que não são nossos, mas que significam pela língua e pela história. Segundo Orlandi, fazemos isso porque para que nossas

palavras façam sentido é preciso que elas já tenham sentido. Ou seja, é preciso que haja uma memória que faça referência àquilo que foi dito para que você seja compreendido.

Mas, o efeito desse discurso é determinado pela relação do sujeito “com a língua e a história, por sua experiência simbólica e de mundo, através da ideologia”. Ou seja, dificilmente fará sentido para você um discurso em que você não acredita, pois ele não será compatível com suas experiências. Isso explica porque somos afetados por uns sentidos e não outros.

Já o segundo tipo de esquecimento é quando o sujeito acredita que algo que é dito só pode ser dito daquela maneira e não de outra. Orlandi nomeia essa impressão como ilusão referencial, que “nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, [...] estabelecendo uma relação natural entre palavra e coisa” (ORLANDI, 1999).

Mas todas essas ilusões, segundo a autora, não são um defeito, mas sim uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Sendo assim, o esquecimento é, na verdade, estruturante e faz parte da construção dos sujeitos e sentidos.

Porém, nem todos os sujeitos têm “licença” para interpretar o mundo, alguns têm mais autoridade do que outros, sendo mais respeitados e ouvidos. Geralmente essas autoridades são vistas como especialistas no assunto do qual discorre, como o juiz, o padre, o professor, o médico, o engenheiro, o influenciador, o jornalista, etc. Essa imagem que gera autoridade é uma construção sócio-histórica que é fixada na memória. Por isso que os sentidos são administrados sobretudo pelas autoridades, mas não apenas por eles.

4.1.2 O sujeito, a história e a ideologia

Um sujeito só produz sentidos se for afetado pela língua e pela história. Além disso, para ser um sujeito discursivo é preciso ocupar uma “posição” para que seja sujeito do que diz. Em um jornal, por exemplo, os textos jornalísticos são a materialidade dos discursos, enquanto o repórter é a materialidade do sujeito que produz esses discursos.

Segundo Orlandi, o sujeito é a parte real do indivíduo, aquela que não é possível controlar, mas que se torna visível na análise discursiva. Ele é regido pelo interdiscurso, que se relaciona com seu inconsciente e sua ideologia – esta que não se refere à visão de mundo

ou ao ocultamento da realidade, mas sim está ligada à interpretação que faz a relação da história com a língua (ORLANDI, 1999).

Desta forma, ao interpretar os fatos e produzir discursos, o sujeito o faz a partir de suas experiências de mundo, suas interpretações simbólicas e seu repertório de sentidos constituídos e disseminados por outros sujeitos, sentidos esses que arquiva e adere inconscientemente.

Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito” (ORLANDI 1999).

Os sujeitos, porém, não são completos, estando sempre em transformação de acordo com as novas experiências que sofrem. Desta forma, e considerando a infinidade de sujeitos produtores de discursos no mundo, os sentidos também estão em transformação, nunca chegando a uma definição-final. Isso quer dizer que não há qualquer palavra que possa significar algo literalmente, pois essa “literalidade” também é uma construção histórica, ou seja, também se baseia na ideologia, na relação entre a língua e a história.

A condição da linguagem é essa incompletude, a falta, o equívoco, permitindo também a possibilidade de se fazer novos sentidos e que cada interlocutor reaja a eles de formas distintas (ORLANDI, 1999). E é por conta desse equívoco que não é possível os sentidos se referirem fielmente à realidade, mas a uma imagem que se tem dela. É o que acontece com as cidades.

4.1.3 A Cidade dos Sentidos

O discurso do urbano, para nós, é o discurso constituído a partir da sobreposição do conhecimento urbano sobre a própria realidade da cidade. Nessa indistinção, aquilo que seria a realidade urbana é substituída pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista), seja no modo do senso comum em que esse discurso é incorporado pela política, pelo administrador, pela “comunidade”, convertendo sentidos no imaginário urbano (ORLANDI, 2004).

Quando se trata das cidades, os sentidos produzidos se referem na verdade ao espaço urbano, ou seja, o imaginário se sobrepõe ao real silenciando-o. Desta forma, os sentidos da cidade são generalizados e se tornam homogêneos, não abrangendo toda a complexidade, sobretudo social, que constitui aquele espaço discursivo.

Tem-se aí um equívoco proposto especialmente pelas autoridades, como são também os jornalistas e suas fontes de relevância pública, visto que o discurso é além de tudo a base da

política. Ao invés de ressaltar o que tornam as pessoas indivíduos e o que tornam as cidades diferentes das outras, muitos discursos tratam do comum, criando estereótipos, suprimindo a individualidade dentro do aglomerado urbano.

Através da análise discursiva, porém, conseguimos compreender “tanto a constituição do sujeito urbano com seus modos de manifestação e maneira com que vive, resiste, transforma, irrompe com novas formas de sociabilidade e ‘comunicação’”, que Orlandi prefere substituir a favor do discurso.

A análise discursiva permite, por exemplo, observar as relações de classe nas cidades, a forma como os sentidos refletem pensamentos políticos dominantes. É possível observar no discurso a verticalização das relações horizontais, a criação de hierarquias, a dominação das classes, que impede a convivência, ressaltando as divergências entre aqueles que habitam as cidades.

Por exemplo, quando a classe média bloqueia ruas para as festinhas de seus filhos, é ecologismo, está protegendo o espaço de circulação; quando é o pobre, é vandalismo, é coisa de marginal, é desordem, impede o trânsito. Quem decide esses sentidos? O político. (ORLANDI, 2004)

Como descreve Orlandi: relações sociais são relações de sentidos, que já estão preenchidas no imaginário urbano e impedem a todo custo a emergência de novos sentidos. E é justamente a imprensa uma das responsáveis por combater os preconceitos e os estereótipos mostrando as individualidades, ressignificando o que é o espaço urbano, na tentativa de horizontalizar as relações sociais, como deve ser em uma sociedade democrática.

4.1.4 Como a linguagem acontece

Segundo Orlandi, a linguagem acontece em tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos, entre o mesmo e o diferente. Esses dois processos também determinam os sentidos e os sujeitos que, assim como a linguagem e o discurso, nunca estão completos.

“Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa.” (ORLANDI, 1999).

Ao construir um discurso, há sempre algo que se mantém, a memória de outros com os quais se relacionam. A paráfrase corresponde a essa retomada de sentidos já existentes, a volta ao mesmo espaço do dizer, produzindo variedades do mesmo (produtividade) e consolidando esses sentidos.

Já a polissemia é o processo de deslocamento, a ruptura de processos de significação, que joga com o equívoco e usa da criatividade. É através da polissemia que podemos criar novos e múltiplos sentidos para os mesmos objetos, usando do equívoco para chegar mais próximo ao real. Mas para haver criatividade é preciso que o discurso “ponha em conflito o já produzido”.

“Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos - e os sujeitos - não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 1999).

Não há, porém, sentido sem metáfora, pois as palavras não têm sentidos próprios, literais, mas dependem de outras e do contexto histórico e ideológico em que se inserem para se significar. E aqui não nos referimos à metáfora como figura de linguagem, mas ao deslocamento, tomada de uma palavra por outra, que permite às palavras incorporarem significados, sentidos. Ou seja, as palavras significam exclusivamente em função de outras, suas substituições, paráfrases e sinônimos dentro de formações discursivas. Uma mesma palavra pode ter um significado completamente diferente se empregada em outro contexto (ORLANDI, 1999).

As formações discursivas são representações das posições ideológicas do sujeito, isso quer dizer que os sentidos não são intrínsecos das palavras, mas acontecem de acordo com a escolha e a união delas no discurso. Um discurso, no entanto, é heterogêneo, podendo possuir várias formações discursivas, mas terá a aparência de uma unidade, pois será observada ali uma dominante (ORLANDI, 1999).

Ao dizer, o falante ainda tenta antecipar a imagem daquilo que é dito, imaginando qual a reação do interlocutor ao ler ou ouvir aquele discurso, como em um jogo de xadrez. Ele tentará moldar seu discurso na tentativa de controlar seu efeito, e isso também deve ser considerado em uma análise discursiva.

Mas não se engane. O próprio analista do discurso também está sujeito aos equívocos da interpretação, pois sua função é descrever e interpretar. Ele também está sujeito ao interdiscurso e, portanto, não é neutro. Porém, o analista também não tem a intenção de chegar à verdade do sentido, mas sim se atentar às suas diferenças e seus movimentos. É um trabalho de contribuição à sociedade, buscando trazer à tona sentidos que não transparecem no discurso.

É desta forma que pretendemos contribuir na reflexão sobre a imigração haitiana ao Brasil, através da análise discursiva da cobertura jornalística feita pelos dois portais que apresentaremos a seguir.

4.2 Sobre os portais de notícia analisados

Antes de analisar os portais de notícias BBC News Brasil e G1 é necessário conhecer sua história, seus valores editoriais e suas condições de produção. Observe a seguir as principais características de ambos os jornais.

Em seguida, contaremos como foi feita a coleta das reportagens resultantes de quase uma década de cobertura a respeito da imigração haitiana ao Brasil.

4.2.1 História da BBC Brasil

Em 2020, a BBC Brasil completou 82 anos, alcançando ouvintes e espectadores brasileiros, além de internautas desde 1999¹. O serviço em português começou com uma transmissão de rádio, em 14 de março de 1938, sobre a chegada de Adolf Hitler a Viena, capital da Áustria. A iniciativa é fruto de uma necessidade observada pela empresa de comunicação britânica de expandir seu público diante da Segunda Guerra Mundial.²⁵

“Inicialmente, essa expansão deu-se, a partir de 1932, para os países que faziam ou haviam feito parte do Império Britânico. Foi o ano da criação do Serviço do Império, mais tarde chamado de Serviço Mundial, do qual a BBC Brasil faz parte. Anos depois a expansão alcançou outras regiões do planeta. A partir de janeiro de 1938 foram criados vários serviços em línguas estrangeiras, começando pelo árabe.”
(BBC Brasil, 2011)

Essa preocupação tem um forte cunho político, visto que, na mesma época, Alemanha, Itália e União Soviética também se preocupavam em expandir seus meios de comunicação como forma de propagar suas ideologias nazista, fascista e comunista, respectivamente, o que era considerada uma ameaça aos ideais britânicos. Começava na época uma “guerra de ideias” no meio radiofônico de ondas curtas, também nos Estados Unidos e Holanda, aliados da Grã-Bretanha.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a BBC realizava um papel estratégico na transmissão de discursos de Charles de Gaulle e Winston Churchill na língua local de países como França, a Itália e a Alemanha.

“A campanha da FEB (Força Expedicionária Brasileira) foi motivo de atenção especial, com o envio do correspondente Francis Hallawell, o Chico da BBC, para acompanhar os pracinhas na Itália. [...] Foi durante a Segunda Guerra que o serviço

latino-americano foi dividido em dois, um se preocupando apenas com as transmissões para o Brasil e outro com os países de língua espanhola do subcontinente. [...] Nesse período também chegou a Londres um dos grandes nomes da história do jornalismo brasileiro, o romancista Antonio Callado, contratado pela BBC em 1941.” (LEAL FILHO, 2008)

Após o fim da guerra, o Serviço Mundial continuou a se expandir e hoje contempla mais de 40 línguas². Segundo a empresa, a BBC teve papel importante inclusive em períodos ditatoriais, como foi o caso do Brasil, onde recebia “protestos do governo brasileiro por enviar notícias que contrariavam os interesses da ditadura em vigor”.

No início da BBC Brasil, apenas seis jornalistas produziam notícias e enviavam para a América Latina alguns conteúdos em português e outros em espanhol. Em 2011, a BBC Brasil já atuava com uma equipe de 30 funcionários, sendo 25 jornalistas na sede de Londres, no escritório em São Paulo e correspondentes em Brasília e Washington (EUA), além de colaboradores em outras cidades do mundo.

Atualmente o conteúdo tem acesso público através do site, além das plataformas de streaming de áudio como Spotify e vídeos no Youtube, além das redes sociais. Há também boletins de notícias transmitidos pelas rádios CBN e Globo e vídeos veiculados na TV pela Band, além da republicação de seus conteúdos em grandes portais e sites de notícia do país, como o G1.

No seu aniversário de 80 anos no Brasil, foi adotada a marca BBC News Brasil, para reforçar o posicionamento global do serviço. Em abril de 2018, a BBC Brasil alcançou audiência de 25,9 milhões de usuários únicos, segundo a Comscore. “A maior parte dessa audiência é contabilizada em sites parceiros que reproduzem o conteúdo em português. Cerca de 8 milhões desse total representaram audiência direta em nosso site em abril.”

Hoje a filial brasileira atua tanto na reprodução de conteúdos estrangeiros na língua portuguesa como também fazendo o caminho inverso, de traduzir conteúdos brasileiros para o público do exterior. Seus valores editoriais, um documento bastante intenso, foi reproduzido com algumas adaptações pelo autor Laurindo Lalo Leal Filho, na livro “Vozes de Londres: Memórias Brasileiras da BBC”.

Como um veículo de imprensa público, a BBC afirma no documento sua independência tanto do Estado quanto dos interesses partidários, e que sua opinião não é influenciada por pressões políticas, comerciais ou interesses pessoais. Outros trechos que vale destacar dizem respeito à imparcialidade e diversidade de opinião e interesse público.

“Buscamos ser justos e imparciais e apresentar todas as correntes de opinião significativas, explorando sua variedade e conflitos. Devemos ser objetivos equilibrados em nossa abordagem a respeito de qualquer assunto. Apresentar opiniões profissionais quando elas forem apropriadas, mas jamais promover um ponto de vista específico quanto a questões polêmicas de política, de políticas públicas ou industriais.

[...] Procuramos produzir reportagens de relevância. devemos ser vigorosos em checar ao cerne da questão e bem-informados ao explicá-lo. Nosso conhecimento especializado deve contribuir com autoridade e análise para o complexo mundo em que vivemos. Devemos fazer perguntas incisivas àqueles que ocupam cargos públicos e propiciar um amplo fórum para o debate na sociedade.” (LEAL FILHO, 2008)

Já nas eleições presidenciais de 2018 a BBC assumiu ainda a linha editorial de um ‘Jornalismo de solução’.²⁶

"A imprensa cumpre tradicionalmente um papel muito importante no diagnóstico dos problemas. Mas a ideia é aperfeiçoar um papel menos explorado, de busca por soluções. Não deixaremos de falar dos problemas, claro, mas o faremos tentando apontar saídas, por meio de exemplos concretos, estudos, debates. É a busca por um papel mais construtivo na sociedade" (BBC, 2018)

4.2.2 História do portal G1

O portal G1 está inserido na História do Grupo Globo²⁷, que teve início em 1925 com o lançamento do jornal impresso O Globo, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. O início da expansão da dinastia da família Roberto Marinho aconteceu em 1944, com a inauguração da Rádio Globo, que tinha como tripé as notícias, o futebol e o entretenimento. Narrados com uma linguagem simples e popular, os programas alcançavam milhões de ouvintes pelo país.

No governo de Juscelino Kubitschek, o grupo conseguiu sua primeira concessão de uma estação de televisão, em 1957. A TV Globo só chegou a ser inaugurada em 1965, em meio à ditadura militar brasileira e sob a censura do AI-5. Nesse período, a TV e emissoras afiliadas assumiram uma importante função de unificação nacional e promoção da cultura do país, conectando as cinco regiões do Brasil através do jornalismo e do entretenimento, em especial as novelas. A partir de 1969, o Jornal Nacional invade a casa dos brasileiros com o modelo americano de jornalismo, inovando em formato e linguagem e adotando participações de repórteres “ao vivo” dos locais dos fatos.

Ao longo dos anos, o grupo sempre buscou aderir às inovações tecnológicas, investindo no crescimento de seu império. A TV Globo enquanto rede de televisão só foi consolidada em

1975. Em 1991 é inaugurada a primeira emissora de rádio com jornalismo 24 horas, a Rede CBN. Cinco anos depois, o Grupo Globo ingressa no mundo virtual, com o site do jornal O Globo. No mesmo ano, foi lançada a Globo News, também no modelo de notícias 24 horas. Até essa data, o grupo já tinha nas bancas diversas revistas como Extra, Época, Valor e outros.

O portal globo.com veio a ser lançado no ano 2000, cinco anos depois nasce o globoesporte.com, reunindo conteúdos esportivos produzidos pela Globo e o canal SportTV. E então, em 2006, é lançado o portal de notícias G1, com a função de reunir em um só lugar a contribuição de diversos setores do grupo. Atualmente o portal atua em formato multimídia e, segundo dados da ComScore, só em 2018, o G1 recebeu 3,1 bilhões de visitas e 56 milhões de visitantes únicos.²⁸

"Hospedado na Globo.com, o G1 segue a orientação da direção de Jornalismo e Esportes da Globo. O portal dá acesso, em um só endereço, ao conteúdo de jornalismo da Rede Globo, da GloboNews, das rádios Globo e CBN, dos jornais O Globo, Extra e Valor, das revistas Época e Globo Rural, entre outras. Além de cinco redações nas emissoras Globo situadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Recife, o G1 tem equipes completas em todas as emissoras afiliadas. Conta também com as informações produzidas pelos jornais, rádios e revistas do Grupo Globo, além de serviços e agências de notícias nacionais e internacionais. O conteúdo do G1 também está disponível nos dispositivos móveis, como celulares e tablets. A interatividade com o usuário se dá através do portal e nas suas contas no Facebook, no Twitter e no Instagram. Em 20 de abril de 2015, é criado o G1 em Um Minuto, boletins diários veiculados na programação da Globo com as principais notícias do portal." (História do Grupo Globo, sem data)

Assinado pelo presidente do grupo Roberto Irineu Marinho e pelos vice-presidentes João e José Roberto Marinho, é publicado em 2011 os Princípios Editoriais das Organizações Globo. Segundo o grupo, o documento reflete a crença de sua contribuição jornalística para a construção “de uma sociedade democrática, para a garantia das liberdades individuais, da livre iniciativa, dos direitos humanos, da república, do avanço da ciência e da preservação da natureza.”

Alguns trechos que valem ser destacados afirmam a impossibilidade de isenção no fazer jornalístico, a necessidade de abordar nas reportagens os diferentes ângulos dos acontecimentos, e a independência do grupo.²⁹

“Isenção é a palavra-chave em jornalismo. E tão problemática quanto “verdade”. Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Diante, porém, da pergunta eterna – é possível ter 100% de isenção? – a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço

consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça. E que certos princípios sejam seguidos.

[...] b) Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerar convenientes;” (Seção I - Os atributos da informação de qualidade)

“O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade [...] defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza.” (Seção III - os valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo. História do Grupo Globo, sem data)

Em sua história, há dois momentos que são reconhecidos pelo grupo como erros jornalísticos: as omissões na cobertura das Diretas Já e a edição do debate entre os candidatos Collor e Lula nas eleições presidenciais de 1989.

4.3 Coleta e pré-análise

Para selecionar o objeto de análise, foi feita primeiro uma coleta do material disponível em cada veículo. Utilizamos a ferramenta de pesquisa do Google, com recorte dos sites G1 e BBC News Brasil através das tags "haitianos" "Brasil" "imigrantes" OR "imigração". Foi feito também um filtro de período de tempo entre 12 de janeiro de 2010, data do terremoto, e 31 de dezembro de 2019, data limite da pesquisa.

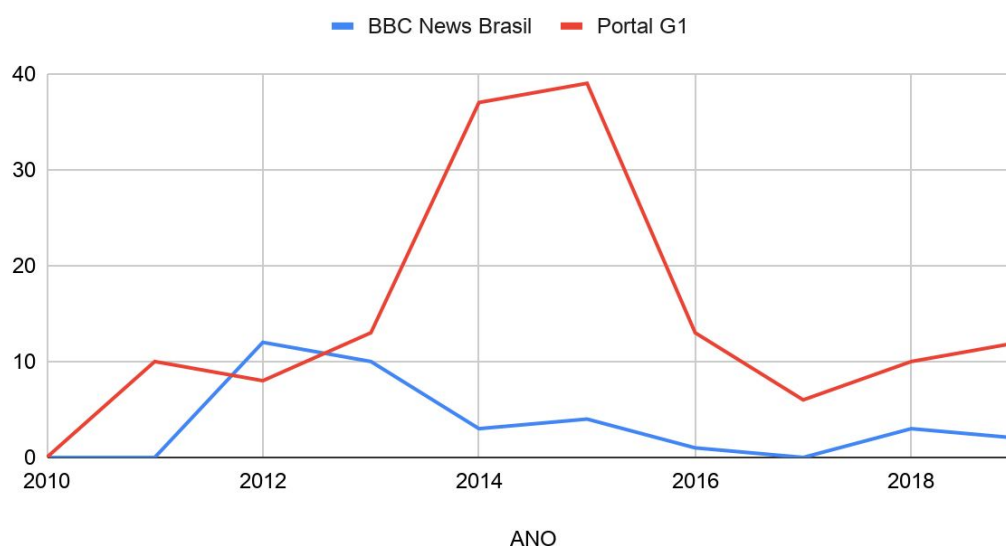
No primeiro momento, foram encontrados 77 resultados referentes à BBC News Brasil, que passaram por um novo filtro, desta vez sem auxílio tecnológico, mas sim com leitura de escaneamento. Foram excluídas as matérias repetidas (1), sem haitianos como foco ou citados (29), sem imigração como foco ou citada (10), sem Brasil como foco ou citado (8), tópicos (3), galeria de fotos (1). Durante a leitura das matérias, foram observadas ainda a existência de outras relacionadas, que não haviam sido contabilizadas pela ferramenta do Google. Destas, 10 foram acrescentadas à coleta e 3 notas foram descartadas. No total, foram contabilizadas 35 publicações da BBC News Brasil válidas sobre o tema, entre o período de 2012 e 2019, sendo que nenhuma publicação foi encontrada nos primeiros dois anos do recorte.

Já referentes ao Portal G1, foram encontrados 318 resultados, que passaram por outros filtros, além daqueles necessários na separação do material da BBC News Brasil. Primeiro, foi preciso descartar os conteúdo republicados de outros veículos: BBC News Brasil (7), France

Presse (2), Reuters (2). Depois foi preciso descartar publicações que acusavam ser um aproveitamento do material da emissora, não sendo uma apuração do portal. Foram descartadas as publicações de vídeos de programas da Rede Globo, bem como matérias que sinalizavam serem uma transcrição de vídeo-reportagens ou que citavam a emissora como fonte da informação. Só esse filtro já excluiu 96 resultados. Desconsideramos ainda as matérias sem haitianos como foco ou citados (48), sem imigração como foco ou citada (1), sem Brasil como foco ou citado (8), tópicos (1), opinião (3), lista de notícias (2) e agenda do dia (2). Restaram assim, 146 resultados válidos para a pesquisa, entre o período de 2011 e 2019, visto que em 2010 não houve publicações sobre o tema.

Através de um gráfico, pudemos mapear quais foram os anos em que houve maior número de publicações em ambos os veículos. Observa-se na imagem a seguir que dificilmente os picos entre os dois portais de notícia analisados coincidem. Na BBC News Brasil, o maior pico acontece em 2012, no primeiro ano de dedicação do veículo ao tema, com 12 matérias. No ano seguinte, o número de publicações continua elevado com 10 publicações e depois de queda, só volta a crescer em 2015, com 4 reportagens. Já o Portal G1 tem seu maior número de publicações em dois anos seguidos, sendo 2014 (37) e 2015 (39). Após queda, o número de matérias volta a subir em 2018 (10) e 2019 (12).

Publicações sobre a imigração haitiana no Brasil



Para realizar a coleta do material, inicialmente, todas as publicações correspondentes aos anos de 2011 e 2012 foram lidas, a fim de identificar os primeiros padrões discursivos. Logo após, a leitura se estendeu aos anos restantes. Foram lidas todas 35 as matérias da BBC

News Brasil, visto que era um número menor de publicações. Já do Portal G1, das 146 matérias, foi feita a leitura de apenas 74. Para fazer a filtragem, foram selecionados os dois meses de pico de cada ano entre 2013 e 2019, além das 18 matérias já lidas entre 2011 e 2012. Em caso de haver o mesmo número de matérias em meses diferentes de um determinado ano, priorizou-se as publicações com maior número de parágrafos.

Durante a leitura do material selecionado, foram observadas diversas abordagens sobre o tema, que optamos por dividir em tópicos para facilitar a observação e a análise. Confira a seguir os tópicos encontrados em cada portal de notícias e a análise discursiva que realizamos a respeito dos sete temas que prevaleceram nos dois portais respectivamente.

5. A migração haitiana retratada no jornalismo brasileiro

5.1 Análise do portal BBC News Brasil

Nas 35 matérias da BBC News Brasil, 17 tópicos foram encontrados, sendo que apenas sete deles se destacaram por aparecerem em um maior número de matérias e, por isso, serão analisados: controle de fluxo migratório (11); crise (11); entrada ilegal de imigrantes (11); imagem do Brasil no exterior (8); trabalho (7); preconceito (7); e questão humanitária (10).

Os demais tópicos encontrados em um menor número de publicações foram: abuso de autoridades (4); abrigo (3); adaptação ao Brasil (5); cultura (2); crime (2); imprensa (2); nova rota de imigração (1); perfil dos imigrantes (4); saída de imigrantes (1); e saúde (2).

5.1.1 Trabalho

O Trabalho aparece nas reportagens como uma das maiores expectativas dos imigrantes haitianos que chegam ao Brasil em busca da qualidade de vida que não encontram em sua terra natal. Esse tópico aparece logo na primeira reportagem, quando fala-se da necessidade de regulamentação dos haitianos no país para que possam trabalhar com carteira assinada. São Paulo é colocado como o destino da maioria dos imigrantes e também são destacados os locais de trabalho: “Segundo agentes humanitários, em geral os haitianos tentam trabalhos temporários e bicos na construção civil, à espera de um visto que lhes permita trabalhar formalmente” (matéria 1 da BBC News Brasil).

Em diversas entrevistas, há uma reivindicação clara pelo direito ao trabalho como forma de sustento. Conseguir um emprego também significa poder realizar o desejo de comprar uma casa, enviar dinheiro à família e trazer parentes para o Brasil. "Quero muito ter meu emprego,

ter meu dinheiro para buscar os meus filhos. Eles precisam de mim, sinto muita falta deles [...] não vim para cá para não fazer nada. Lá não há emprego, não está fácil viver (no Haiti), tudo é mais difícil", diz uma haitiana (matéria 13 da BBC News Brasil).

Como medida de solução, além de providenciar CPF e Carteira de Trabalho, o governo estadual do Acre aparece como intermediador de contratações, através da visita de empresas de outros estados que recrutam imigrantes como funcionários. Os setores de procura são construção civil, indústria e hotelaria (matéria 11 da BBC News Brasil).

Na 19ª matéria, muda-se a visão de trabalho e passa a falar da exploração de imigrantes ilegais de diferentes nacionalidades, entre elas a denúncia de haver haitianos explorados em oficinas de costura.

"Era só uma questão de tempo", diz Bignami. "Esses trabalhadores de países pobres com problemas recentes, como o terremoto no Haiti, acham que o eldorado é no Brasil. Já sabíamos que essa mão de obra estava sendo muito aproveitada pela construção civil, mas para confecção ainda não", afirma o auditor fiscal. (matéria 19 da BBC News Brasil)

A reportagem divulga o combate ao trabalho escravo em uma operação policial. "A crescente demanda por mão de obra no país, resultante da expansão econômica na última década, tem exposto imigrantes de várias nacionalidades a condições de trabalho análogas às da escravidão - servidão por dívida, jornadas exaustivas, trabalho forçado e condições de trabalho degradantes", afirma a reportagem e descreve a situação "subumana" de trabalho. Segundo a matéria, os funcionários são atraídos por "falsas promessas de emprego" e mantidos pelo medo de sua situação ilegal no país.

Na matéria 27, observamos o trabalho ser relacionado ao preconceito de gênero. "Com a carteira vazia, Nadine estava angustiada porque os empresários que visitavam o centro todos os dias para contratar imigrantes só recrutavam homens, em geral para serviços braçais no Sul e Sudeste". Mais tarde essa mesma personagem aparece com a conquista de um diploma de advocacia.

Também ressaltando dificuldades de acesso a emprego, uma pesquisa mostra que é mais comum que haitianos sejam empregados em serviços que não exigem diploma, mesmo aqueles que têm ensino superior completo (matéria 29). Em comparação com outras nacionalidades, os imigrantes haitianos são os que têm maior desvantagem. Um dos fatores ressaltados por personagem também é o preconceito, dessa vez por racismo. Outros fatores,

destacados pelo pesquisador, são a dificuldade com a língua, o fato do fluxo migratório ser mais recente que de outras nacionalidades e a burocracia da revalidação do diploma que atrasa o uso de mão de obra qualificada.

Por último, a matéria 35 conta a história de um grupo de haitianos que são responsáveis por tapar os buracos no asfalto da grande São Paulo “enquanto a cidade descansa”. Através de personagens, conta-se da dificuldade de conseguir emprego no Haiti, e dos desafios também no Brasil. "No Haiti, só quem consegue chegar na faculdade são filhos de políticos, de ministros, das pessoas ricas. Você não consegue emprego estável. Os jovens vivem de bicos”, diz um personagem. Quando um dos haitianos calcula quanto tira de seu salário para ajudar a família, observa-se a importância do trabalho para essas pessoas.

Mais uma vez, aparece também o preconceito, dessa vez a xenofobia relatada na fala de um haitiano sobre um antigo emprego no Brasil. "O patrão ficava falando que no Haiti não tem nem escola, que todo mundo é burro e morre de fome. Ele falava muito palavrão para mim. Não aguentei e pedi para sair."

Esses trechos e informações não são apenas fatos, mas sentidos criados e reproduzidos sobre a população haitiana. Primeiro, é dito que o Haiti é um país pobre que não proporciona qualidade de vida aos seus habitantes, que saem do país de origem em busca de trabalho para sobreviver. É uma população batalhadora, que sofre com as desigualdades sociais e almeja uma vida melhor, ainda que tenha que atravessar o continente.

É dito ainda que esses imigrantes são vulneráveis por sua condição social e precisam da proteção do Estado por estarem sendo explorados, ao serem submetidos ao trabalho análogo ao escravo por aproveitadores no Brasil. Mas também há uma clara associação dessa mão de obra com trabalhos braçais, empregos que, em geral, não exigem experiência e podem ser pouco remunerados no Brasil, por conta do não reconhecimento do seu valor.

Os sentidos vão para além da economia e nacionalidade, abordando também a questão racial, de gênero e xenofobia. É dito que essa população sofre com preconceito de cor, o que tira as oportunidades de conseguirem um emprego melhor, o que os leva a se sujeitarem a condições piores de trabalho para terem o que comer e onde morar. Além disso, há uma clara preferência do mercado por homens em detrimento das mulheres, o que só reforça o preconceito de gênero.

Há ainda o sentido de que, no imaginário de alguns brasileiros, o Haiti seria um país inferior, o que desvalorizaria também sua população, que acaba sendo mal tratada por aqueles que se sentem superiores. Cria-se ainda o sentido de que a burocracia é um problema que agrava a situação, que não facilita a inserção dessas pessoas na sociedade, além da barreira linguística que dificulta a comunicação, fechando portas no mercado de trabalho.

5.1.2 Entrada ilegal de imigrantes

Junto com o trabalho, aparece a questão da entrada ilegal de imigrantes. É constante a explicação do trajeto que os haitianos usam para adentrar a fronteira do Brasil sem visto, seja pelo Acre ou pelo Amazonas, nos primeiros anos de imigração. Diante do alarde com a entrada de haitianos, um pesquisador entrevistado avalia que “criou-se uma exagerada sensação de "invasão" haitiana, levando-se em conta que o número estimado pelo MJ (Ministério da Justiça), de 4 mil haitianos no Brasil ao longo de dois anos, é muito menor do que o de grupos migratórios vindos para cá do restante do continente, por exemplo”. A reportagem compara a entrada de haitianos com um número superior de norte-americanos que tiraram visto em 2010 (7.550). "Não faz sentido usar a expressão ‘invasão’ para pessoas que querem vir trabalhar aqui", completa o pesquisador. "São imigrantes irregulares, e não um exército", completa.

A questão da imigração ilegal, porém, é relacionada a fatores de exploração e violência sofridos por haitianos durante o trajeto, que passam por redes de tráfico, com ação de coiotes e falsários e relatam extorsão por policiais de países vizinhos. “O Ministério da Justiça afirma que a preocupação não é com a quantidade de haitianos, mas sim com o meio como têm vindo – por meio de atravessadores ilegais, pela floresta, e sob risco de violência”, reproduz a matéria 1, enquanto a 24, publicada dois anos depois, complementa: “No trajeto, muitos imigrantes dizem sofrer azaques policiais e pagar preços escorchantes a atravessadores (coiotes)”. Constantemente, dados de órgãos públicos atualizam o número de haitianos que entram no Brasil pela fronteira.

Na matéria 3, se torna claro que a preocupação do governo federal brasileiro é evitar que as quadrilhas de tráfico - denunciadas por imigrantes, inclusive haitianos - atuem em território nacional. Na sequência, a questão dos coiotes chegou ao mais alto cargo do governo, levando os presidentes do Brasil e do Haiti em 2012 a se encontrarem para discutir o problema (matéria 4). A pauta também é discutida pelo ex-embaixador do Brasil no Haiti,

Igor Kipman, em 2012, antes de deixar o cargo. Na sétima matéria, ele reforça a necessidade de medidas de combate ao tráfico.

Nas reportagens seguintes, diversas informações sobre o tema são repetidas ou enfatizadas, enquanto os órgãos públicos se mobilizam para investigar as quadrilhas de tráfico de pessoas, com foco em coiotes estrangeiros. Medidas diplomáticas junto aos países que fazem parte da rota de migração também são exigidas e discutidas por autoridades. “Acredita-se que tenha sido a atuação dessas quadrilhas de traficantes de seres humanos que incentivou a chegada de imigrantes”, supõe trecho da 15ª matéria. Governador do Acre na época, Tião Viana, levanta questionamentos, inclusive sobre a possibilidade da imigração ser por motivos ilícitos.

“O que nos chama a atenção é que não há instituições humanitárias internacionais mediando a chegada desses imigrantes. Mas identificamos pelos serviços de inteligência a presença de "coiotes" que ganham muito dinheiro (ajudando esses estrangeiros a entrar no Brasil) - e isso nos preocupa. Será que no meio disso não há um tráfico ilegal de pessoas? Podemos ter pessoas que chegam com outros propósitos - e não apenas fugir da realidade social intolerável de seus países? Estas são questões graves que nós temos de tratar”. (matéria 16 da BBC News Brasil)

Já em agosto de 2018, é reportada uma nova rota de imigração, como consequência da mudança das leis de imigração chilenas que levaram à saída de haitianos de seu território. Através de coiotes, eles vêm em direção ao Brasil. Enquanto a Polícia Federal contabiliza a chegada, acredita-se que o número seja subnotificado por medo de deportação.

O ônibus estaciona na rodoviária de Corumbá (MS) e traz, entre seus passageiros, uma nova leva de haitianos vindos do Chile. Em busca de abrigo, eles descem. Sem autorização para permanecer e com pouco ou nenhum dinheiro, saem em busca de ajuda na cidade sul-mato-grossense, que faz fronteira com a Bolívia. A cena, que se repete diariamente, tornou-se ainda mais frequente nos últimos meses. (matéria 32 da BBC News Brasil)

Em julho de 2019, a penúltima matéria da coleta trata da investigação de uma rede de falsários que produz documentos falsos para que haitianos entrem no Brasil. Estes, por sua vez, são detidos pela polícia, que recomenda a entrega voluntária dos documentos falsificados para que sejam providenciados novos, sem processo criminal.

Nesses trechos, são predominantes os sentidos de que a maioria dos imigrantes que chegam ao Brasil são ilegais, vindos através das fronteiras com outros países e com medo de serem descobertos e deportados. Essa entrada sem documentação e em grande quantidade causa preocupação para os governos estadual e nacional, que investigam a entrada de imigrantes e correlacionam com atos ilícitos.

Chama aí a atenção a comparação do pesquisador, enfatizando que, àquela época, a entrada de haitianos, embora menor, causava mais preocupação do que a entrada de norte-americanos, como se determinadas nacionalidades tivessem mais peso que outras positiva ou negativamente. Essa observação nos leva a retomar na memória o histórico de racismo contra imigrantes e até mesmo pessoas negras nascidas no Brasil, como a cultura de branqueamento.

Para além disso, mais uma vez os haitianos são colocados como pessoas vulneráveis, dessa vez enquanto imigrantes ilegais que estão sujeitos à extorsão, à violência e ao tráfico de pessoas. Novamente o Estado aparece como o intermediador, que busca uma solução para esse grande fluxo de imigrantes ilegais, visando minimizar os riscos a que essas pessoas estão sujeitas, bem como controlar a entrada de pessoas no território brasileiro. Além da necessidade de investigar e buscar uma solução para combater falsários, coiotes e possíveis traficantes que estariam colaborando para o rompimento da ordem.

5.1.3 Controle de fluxo migratório

Intimamente atrelado à questão anterior está o controle desse fluxo migratório em virtude da entrada ilegal. Para evitar a ação dos coiotes, o governo federal brasileiro junto ao haitiano passam a incentivar e facilitar o visto legal, ao longo do tempo. A medida começou com um limite de cem vistos expedidos pela embaixada brasileira ainda no Haiti, isso significava que “quem chegar sem documentos após a resolução corre o risco de ser deportado” (matéria 2). No entanto, matérias posteriores mostram que essa oferta não atendia ao alto número de demanda, e que a imigração ilegal era a alternativa mais rápida (matéria 13). Quanto àqueles que já haviam entrado no país ilegalmente, a medida do Ministério da Justiça, seria de providenciar “sua situação legalizada, recebendo autorização de residência que lhes dará direito a morar e trabalhar aqui.”

Em notícia seguinte, a presidente da época, Dilma Rousseff, justificou a medida dos vistos como forma de "garantir acesso ao nosso país em condições de segurança e dignidade dos haitianos e, ao mesmo tempo, combater tráfico de pessoas, o que temos feito em coordenação com países vizinhos" (matéria 4). Embaixador na época, Igor Kipman, acrescenta posteriormente que “abre-se porta para que essa cota que entrava ilegalmente entre de cabeça erguida em Guarulhos, Brasília, Manaus, pelos aeroportos" (matéria 5).

Mais tarde, a BBC News Brasil esteve no Haiti e denunciou a concessão pela embaixada de apenas 30% do total de vistos autorizados, o que era justificado pela falta de informação sobre a medida e a burocracia do processo, que exige diversos documentos (matéria 5). A reportagem chegou a questionar se os critérios para a emissão não limitavam o acesso ao visto pela camada mais pobre da população. “Sem dúvida, mas aí não há muito o que fazer. Se ele vai ao Brasil, depende de comprar bilhete aéreo também. Em vez de pagar bilhete até Quito e o coioite, vai economizar o coioite”, respondeu o embaixador na matéria 6. Durante a mesma entrevista, ele havia dito antes que “qualquer haitiano que venha aqui (à embaixada) para se candidatar a um visto permanente ou de trabalho, temporário, continua com todos os direitos de qualquer cidadão no mundo”.

Também em tom de denúncia, a BBC News Brasil contou a história de 273 haitianos que haviam sido barrados há mais de dois meses na fronteira com o Peru e aguardavam decisão do governo brasileiro para completar o trajeto. O problema é um reflexo da medida de controle que não havia considerado os imigrantes que já haviam saído do país de origem, antes da resolução ser publicada. "Não sabia que a fronteira estava fechada, achei que a cruzaria no mesmo dia. [...] Gastei todo o meu dinheiro na viagem e, mesmo que quisesse, não teria condições de voltar ao Haiti [...] Peço que os brasileiros nos ajudem a entrar, porque não podemos aguentar mais", diz personagem. Com a liberação posterior da entrada deste grupo, outro se formou na região. Em reportagem, observou-se que as medidas de controle não eram suficientes para impedir a entrada de imigrantes sem visto.

Desde que passou a exigir vistos dos haitianos, o governo brasileiro pediu ao Peru – principal porta de entrada do grupo para o Brasil – que adotasse a mesma postura.

No entanto, segundo haitianos que não quiseram ser identificados, a exigência do visto (incorporada pelo Peru no fim de janeiro) tem sido burlada por meio do pagamento da "taxa extra" aos atravessadores. (matéria 12)

A 12ª publicação também dá espaço a auto reflexão das autoridades políticas: "Nossa política não tem sido suficiente para atender à demanda desses imigrantes haitianos. [...] Vamos intermediar o contato deles com o governo para que se chegue a uma solução satisfatória, afinal eles vieram ao Brasil atrás de trabalho e de uma vida digna", disse a vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF).

Em entrevista, o governador do Acre Tião Viana reforça a necessidade de ações de controle do fluxo migratório:

“Não podemos ter (um fluxo de pessoas) desregrado, desorganizado e sem previsibilidade. Há pouco estávamos com mais de 1.200 imigrantes ilegais em um lugar onde cabem 200, com o governo do Estado assumindo responsabilidades que não são suas. E sem saber quantos mais chegariam no outro dia: 200, 300 ou 400.” (matéria 16)

O resultado das críticas foi retirar o limite de vistos emitidos pela embaixada, que passou a ser feita de acordo com a capacidade dos funcionários. Isso porque mesmo com o controle ainda havia entrada ilegal de haitianos, opção mais vantajosa do que enfrentar a burocracia.

Por que o programa de vistos não pôs fim às chegadas pela Amazônia?

Muitos haitianos se dizem incapazes de cumprir os requisitos burocráticos para tirar o visto na embaixada. Para se candidatar ao visto, o postulante deve ter passaporte em dia, portar atestado de residência que comprove que vive no Haiti e apresentar atestado de bons antecedentes. Com todos os documentos em mãos, deve ainda pagar US\$ 200 para a emissão do visto.

Além disso, nem todos os haitianos que têm chegado ao Brasil estava vivendo no Haiti. Parte do grupo já vivia como imigrante em outros países, como a República Dominicana ou as Bahamas. (matéria 25)

Como se não bastassem os coiotes, os falsários também são reportados na penúltima matéria coletada. Apesar de mais caro que o original, a justificativa para a procura por documentos falsos é a rapidez. “Enquanto o original leva até seis meses para ficar pronto, o falso pode ser obtido em uma semana.” (matéria 33) Para inibir esse crime, seria necessária a exclusão da necessidade desses documentos.

Nesses trechos fica evidente o sentido de que é papel do Estado equilibrar o controle do fluxo de imigrantes ao mesmo tempo que realiza ações para garantir os mínimos direitos aos haitianos. Porém, a burocracia é colocada como a maior justificativa para a necessidade dos imigrantes chegarem ao Brasil de forma ilegal. A questão, porém, não é apenas a demora, mas, ao contrário do que foi dito pelo embaixador no Haiti, nem todos os haitianos que se candidatarem ao visto têm condições de consegui-lo.

Considerando a tamanha pobreza e as perdas também financeiras que o Haiti sofreu após o terremoto, os documentos e a taxa exigidos custam caro, o que torna a legalidade seletiva. Isso não significa apenas que as pessoas sem visto poderiam não conseguir entrar no país, mas elas não entrariam com "dignidade e segurança", como aqueles que são legalizados. Logo, são as pessoas com menos condições financeiras, aquelas que mais precisam de melhorar sua qualidade de vida, que se sujeitam aos riscos da entrada ilegal na tentativa de sobreviver em um outro país.

O que tentam fazer com que seja uma solução se torna um problema. E isso não vale apenas para a burocracia, mas também a ineficácia do sistema em gerar vistos segundo a demanda, o que leva à demora, e à falha no controle de fluxo de entrada, que ignora os imigrantes a caminho. Há um plano para os que chegaram e para aqueles que ainda não saíram, mas não para aqueles que estão em trânsito e são forçados a se manter "inseguros e indignos" sem lugar para morar ou condições de comer, presos na fronteira, pois o país de destino não os aceita.

5.1.4 Questão Humanitária

Desde a primeira reportagem da BBC News Brasil sobre a imigração haitiana, em 2012, o tema é tratado como uma questão humanitária decorrente do terremoto de 2010, que levou os haitianos a saírem do seu país de origem em busca de qualidade de vida. No entanto, a condição dessas pessoas não poderia, segundo determinação da ONU, ser considerada refúgio, mas migração econômica. Pela vulnerabilidade social da questão, no entanto, o governo federal brasileiro criou o visto humanitário.

Segundo a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre, para ajudar os haitianos, já que não se encaixam nos grupos contemplados com os vistos "tradicionais", como refugiados políticos, pessoas fugindo de guerras ou perseguição racial ou religiosa, foi criado o status de ajuda humanitária. (matéria 13)

A questão do direito à segurança, saúde e dignidade são usadas por autoridades nas justificativas para o combate aos coiotes, como apresentadas anteriormente. Em contrapartida, também há fontes que problematizam as medidas de controle de fluxo. Relatando o medo dos imigrantes, que já estavam no país, de serem deportados, uma fonte que acolhe os haitianos que chegam, defende: “Não acho bom limitar (a concessão de vistos). Temos que pensar além dos números (de imigrantes), porque são seres humanos. E migrar não é delito.” (matéria 2).

Outra fala reproduzida é de um especialista que vê a postura do governo refletindo na imagem do Brasil no exterior. “É uma questão politicamente difícil. Vamos deportar pessoas para um país onde fazemos uma intervenção humanitária?”, questiona, em referência à liderança brasileira da missão militar da ONU no Haiti” (matéria 2).

Outra fonte, desta vez da ONG Conectas, defende na mesma matéria que:

"[...] a ameaça de deportação feita pelo Ministério da Justiça brasileiro e a restrição no número de vistos concedidos aos haitianos represente ainda mais sofrimento para as milhares de famílias que tentam reconstruir suas vidas no Brasil, fugindo de décadas de conflitos internos, criminalidade, pobreza, instabilidade política e desastres naturais em seu país de origem" (matéria 2).

Na quinta reportagem, em que trata da concessão limitada de vistos, a questão humanitária é contrastada pelo fechamento das fronteiras aos imigrantes ilegais:

Ao publicar a resolução, o governo disse se nortear por razões humanitárias, em virtude “do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto” de 2010.

Paralelamente, o governo reforçou o controle das fronteiras amazônicas e passou a impedir a entrada de haitianos sem visto. Desde então, centenas de haitianos foram barrados na divisa do Brasil com o Peru ao tentar entrar no país. (matéria 5)

A contradição é enfatizada em outra reportagem, quando o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) comenta a barragem de 273 haitianos na fronteira com o Peru, e faz uma comparação de valor entre nacionalidades. "Existem 3,5 milhões de brasileiros no exterior, e o país fica impedindo a entrada de 273 haitianos? Esta é a política humanitária do governo. [...] Quando uma turista brasileira é barrada na Espanha, parece que o mundo vai acabar. Enquanto isso, deixamos quase 300 haitianos dormindo numa praça." (matéria 9).

Na penúltima reportagem, a burocracia é colocada como um fator que dificulta não apenas a concessão de documentos, mas de direitos, que é a consequência de ter a papelada legalizada. No entanto, personagens questionam essa limitação como justamente uma infração dos direitos humanos.

Você sofre até chegar aqui, e quando chega num país novo, quer os mínimos direitos. Abrir uma conta em banco, arrumar emprego. Não é um privilégio, queremos apenas um olhar específico para esse caso. Quando largamos tudo e deixamos tudo para trás, é por causa de uma situação grave e generalizada", diz ele. (matéria 35)

Enquanto isso, autoridades colocam a política de imigração como uma não-obrigação, mas uma consequência da questão humanitária que não os permite ficarem omissos, segundo o secretário de Justiça do Acre, Nilson Mourão. (matéria 13). O governador do estado completa em outra entrevista:

Assumimos como virtuosa a atitude humanitária de acolher e dar as condições mínimas para que essas pessoas não se imaginem rejeitadas e hostilizadas por nós. Mas ao mesmo tempo precisamos da estrutura do Estado nacional para encontrar uma saída. (matéria 16)

Para além da política de imigração, os direitos humanos também são reivindicados pela mesma ONG Conectas, que leva casos de insalubridade de abrigos a Organização dos Estados Americanos (OEA). "É insalubre, desumano até. Os haitianos passam a noite empilhados uns sobre os outros, sob um calor escaldante, acomodados em pedaços de espuma que algum dia foram pequenos colchonetes", relata. A ONG também denuncia casos de diarreia que podem ser associados à distribuição de água no abrigo (matéria 22).

Nesses recortes o termo "ajuda humanitária" cria um sentido de reconhecimento de que os haitianos são seres humanos e têm direitos à saúde, à segurança, à ter um lugar para morar, trabalhar, se alimentar, ter água de qualidade, ter dignidade e cidadania. São direitos, não são luxos, ressaltam os sujeitos.

Já os haitianos impedidos de cruzar a fronteira ou aqueles que são acolhidos em abrigos sem estrutura, são rebaixados à condições sub-humanas. O sofrimento é prolongado quando se dificulta o acesso aos direitos humanos. Então, quem realmente tem direito aos direitos humanos? Apenas aqueles que têm condições financeiras de agir através da lei?

Quando um defensor afirma "migrar não é delito", esse sujeito recupera a memória de que aquilo que é ilegal é considerado um crime. Com isso, cria-se o sentido de que a imigração ilegal também tornaria esses haitianos criminosos. Esse sentido é reforçado pelo medo da deportação, o castigo, a pena. Porém ao dizer "migrar não é delito", o sujeito busca romper com esse imaginário através da empatia, enfatizando que lutar por uma vida melhor não é um crime.

Os sentidos aqui são repletos de contradições, uma delas é ressaltada na imagem que se tem do Brasil, como um país amigo que contribuiu na “intervenção humanitária” no Haiti. Na ilha caribenha, os brasileiros tinham com o objetivo “levar a humanidade”, os direitos humanos, enquanto no território brasileiros ou em suas fronteiras eles tentavam tirá-lo.

5.1.5 Crise

No último parágrafo do tópico anterior, o governador do Acre coloca a necessidade de “encontrar uma saída”. Isso porque desde a segunda reportagem da BBC News Brasil, a questão da imigração haitiana já era tratada como crise. Com a chegada dos estrangeiros através de pequenas cidades fronteiriças, como Brasileia no Acre (21 mil habitantes), autoridades já reclamavam do “caos” provocado pela alta população de imigrantes, não apenas haitianos (matéria 2).

Diversas matérias relatam a superlotação de abrigos, sua insalubridade e consequências: “Não há mais espaço para colocar colchões no galpão que abriga imigrantes haitianos e africanos sob um calor de 40°C em Brasileia, no Acre.”, é o que relata o abre da 14ª reportagem. A descrição detalhada continua ao longo da matéria:

Barracas estão sendo instaladas do lado de fora, onde os 'moradores temporários' costumam fazer suas necessidades - devido à falta de banheiros. A água, os dejetos e

o lixo se misturam formando um esgoto a céu aberto. [...] Colchões e as bagagens se espalham pelo galpão que já foi sede de um clube de futebol local e hoje funciona como abrigo. [...] A água potável é colocada numa caixa d'água transformada em bebedouro. Cerca de 500 litros são consumidos diariamente. No amplo terreno, são estendidos varais para colocar as roupas. Um pouco mais longe, quase na calçada, os sacos de lixo se acumulam. (matéria 14)

Além da questão do abrigo, a questão da saúde é ressaltada, informando casos de Aids e gravidez. Mas o que mais salta aos olhos são os relatos da própria população, que conta com traços claros de preconceito:

A população de Brasileia começa a se impacientar com a presença dos estrangeiros e a pedir providências. Eles reclamam que a falta de banheiros leva os imigrantes a fazerem suas necessidades em qualquer lugar e que a cidade não tem condições de enfrentar, com pouca ajuda, um problema de cunho nacional.

Em um quiosque de um parque usado para caminhadas e atividades esportivas, o mau odor é insuportável. Com medo, a comunidade deixou de usar o parque. Sem opções do que fazer, os estrangeiros passam o dia a perambular pelas ruas e praças das duas cidades.

Os moradores agora evitam deixar mulheres e filhas andar sozinhas pela cidade, apesar de não haver registro de violência por parte dos imigrantes.

O bancário aposentado Eli Freitas mora atrás do abrigo e se queixou da situação que descreveu como caótica. "Minha família pode estar aqui fora, minha mulher, minhas crianças, que eles usam isso aqui (apontando para um terreno baldio), como se estivessem num banheiro público. Amanhã, quem mora nas imediações desses adoecer, com certeza", afirmou, acrescentando que os imigrantes chegam diariamente em táxis. (matéria 14)

Após declarar estado de "emergência social", o governador do Acre classificou a situação como uma "tragédia humana": "O grave é que com a estrutura do nosso estado (Acre) não temos condições de tomar decisões para acolher e dar o encaminhamento para esses casos." A essa altura, o Ministério da Justiça já realizava uma força-tarefa "para acelerar a regularização desses imigrantes, dar a eles atendimento básico de saúde e garantir a segurança do local" (matéria 16). O governo federal também chegou a assumir os gastos com a assistência aos imigrantes (matéria 18).

Em uma das reportagens, a BBC News Brasil mostrou também a insuficiência de estrutura e funcionários públicos para lidar com o problema. Essa situação fica clara ao contar a história e a rotina do coordenador da secretaria de Direitos Humanos do Acre que atuava no abrigo de Brasília e não tirava folgas há dois anos.

Sozinho, ele agia em várias frentes: recebia e cadastrava os estrangeiros, orientava-os sobre os trâmites do visto, recolhia seus documentos, comprava remédios, organizava a distribuição de comida e gerenciava o abrigo onde dormiam. "Virei cem em um."

Para se comunicar com o grupo, passou a contar com alguns imigrantes que, além de creole, também falavam espanhol. O trabalho que ele pensava ser temporário, porém, jamais foi interrompido: desde então, o fluxo de imigrantes em Brasileia só cresceu, assim como suas responsabilidades. (matéria 18)

Na 22ª matéria, a ONG Conectas observa ainda em relatório que, apesar da compreensão e solidariedade demonstrada pelos moradores de Brasília com os haitianos, “as manifestações de cansaço e descontentamento são cada vez mais frequentes. Os moradores do campo (imigrantes) competem por vagas com os moradores locais nos postos de saúde, supermercados, padarias, agências bancárias, farmácias, correios e demais serviços públicos”. A situação se agrava após uma cheia no rio Madeira, que impede a saída dos imigrantes pela estrada e temem a falta de alimentos na cidade (matéria 23).

A crise, porém, só é considerada “escancarada” quando a grande São Paulo começa a sentir seus efeitos, e a ação de governos locais é classificada como “empurra-empurra” de responsabilidades e busca por soluções. Antes disso, o abrigo de Brasília já havia sido fechado e transferido para a capital acreana, Rio Branco, que também não dava conta da demanda. Como São Paulo e estados do Sul eram considerados o destino final de haitianos, onde podem encontrar amigos e parentes e conseguirem emprego, a solução que o governo do Acre encontrou foi transportar imigrantes através da Aeronáutica.

O bate-boca entre governantes de São Paulo e do Acre sobre o destino de imigrantes – em sua maioria haitianos – recém-chegados ao Brasil e enviados à capital paulista é o último desdobramento de um empurra-empurra entre autoridades que se arrasta há pelo menos dois anos e evidencia a crise migratória enfrentada pelo país. (matéria 24)

Quando a nova rota vinda do Chile é identificada em 2018, colocando Corumbá (MS) como caminho, muitos haitianos precisaram se instalar temporariamente na região por falta de recurso e documentos. Na reportagem que se dedica ao assunto, ressalta-se inclusive um alerta para a possibilidade da chegada de mais imigrantes em um futuro próximo. Diz ainda que, se as autoridades não ficarem atentas, pode sobrecarregar os serviços públicos e causar conflitos (matéria 32).

Segundo um padre da região - paróquias são as principais fontes de abrigo e auxílio para a população imigrante - a situação só não chegou a ser uma “calamidade pública” porque foi amenizada, não por ações do governo, mas por ajuda de moradores locais. "Quando tinha 400 haitianos aqui, os moradores emprestaram casas, garagem e outros locais para que a gente pudesse abrigar grande parte deles. Não era o abrigo ideal, mas conseguimos dar, ao menos, um teto para eles", relata. Ele completa ainda que hotéis chegaram a fazer descontos para

haitianos e aqueles que não encontravam abrigo, esperavam por vaga na pastoral ou iam até a rodoviária. Grupos religiosos se reuniram para recolher doações e fazer refeições. Tamanha era a falta de auxílio público relatada, que o Ministério Público Federal (MPF) da região “recebeu denúncias de que os haitianos tiveram dificuldades para ter acesso a atendimentos médicos básicos.”

A crise também foi sentida do outro lado da fronteira, como no caso do grupo de haitianos, de maioria homens, barrados há mais de dois meses no Peru. Eles relatam falta de abrigo e de alimentação, com o agravante de não ter restado economias nem mesmo para retornar ao Haiti (matéria 8). O mesmo tipo de situação, classificada como “desesperadora”, também é relatada quando forma-se uma nova leva de imigrantes no local (matéria 12).

Guerbem, que buscava chegar em São Paulo, tem dormido no coreto da praça central de Iñapari com dezenas de compatriotas, em sua grande maioria homens. O grupo também conta cerca de 20 mulheres e crianças, que foram alojadas por moradores locais em suas casas ou em armazéns. Os restantes dormem espalhados pela cidade, sob qualquer cobertura que os proteja das frequentes chuvas, que inundaram Iñapari há duas semanas.

Segundo Guerbem, a comida que alimenta o grupo é doada por associações caridosas de Assis Brasil. Ele se queixa da dificuldade para tomar banho, já que moradores têm cobrado para ceder seus chuveiros. (matéria 8)

Nesses recortes a imagem que se faz dos haitianos muda de "imigrante ilegal" e "pessoas em busca de direitos humanos" para algo bem diferente. Ao observar a estrutura dos abrigos percebemos que os haitianos são submetidos a uma condição sub-humana, quase animalésca, e são vistos assim pela população local, ao ter que utilizar as ruas como banheiro público, já o abrigo onde são alocados aos montes não supre a demanda. Mas há ainda outros sentidos no imaginário dos habitantes locais: de que os haitianos seriam "vagabundos" que ocupam as praças públicas e não têm o que fazer. Eles não trabalham, logo, não colaboram para a sociedade, apenas incomodam. Ao mesmo tempo eles são considerados perigosos apesar de não ter havido casos de violência. O desprezo, o medo e o horror são provocados pelo preconceito.

Na visão do Estado, a imigração ganha um caráter de urgência ao ser encarado como um grande problema, uma "tragédia humana" que aciona o "estado de emergência social", aquele que indica que algo grave está ocorrendo e fugindo ao controle. A chegada dos haitianos seria o estopim para que o sistema administrativo se sobrecarregasse. A chegada constante desses imigrantes estava se tornando sinônimo de caos generalizado, que inchava os

serviços públicos, deixando em alerta o setor de saúde e de segurança, aumentando a insatisfação dos moradores locais.

Mas enquanto o “problema” se concentra apenas nas cidades pequenas de fronteira, ele é mais uma questão municipal e estadual. Ele só é visto com maior gravidade quando começa a mudar a rotina da metrópole paulista, a cidade mais populosa do Brasil, o lugar onde o dinheiro circula e, por isso, é um grande atrativo a imigrantes nacionais e internacionais. A localização interfere na agenda política e também da imprensa.

Diante deste cenário, as instituições religiosas, pessoas e associações de caridade são vistas como oportunidades. Eles reforçam os sentidos de esperança e salvação, agindo na tentativa de amenizar a gravidade da questão humanitária.

5.1.6 Imagem do Brasil no exterior

As reportagens da BBC News Brasil também destacam com frequência o motivo para que imigrantes e refugiados, em especial os haitianos, tenham escolhido o território brasileiro como destino. São diversos os fatores, mas o primeiro deles que aparece é a próspera situação econômica que o país vive em 2012. Além do fato de que países como Europa e Estados Unidos, destinos prioritários de estrangeiros, alimentam políticas de restrição à entrada de imigrantes e ainda passam por crise econômica, provocando emigrações. O presidente do Conselho Nacional de Imigração (Cnig) levanta ainda outros fatores na segunda reportagem da coleta.

"Além da projeção pelo bom desempenho econômico num momento de crise mundial, o país conseguiu destaque por ter obtido o direito de sediar grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Isso faz com que o Brasil acabe entrando na rota mundial dos migrantes, pessoas que buscam um trabalho e viver melhor. [...] Entendemos que o país vem crescendo e gerando empregos, oportunidades." (matéria 3)

Em diversas matérias, os próprios haitianos reforçam o fator econômico como motivo da escolha e comparam o Brasil ao próprio país, o Haiti: “As notícias que recebemos de quem já está aqui são as melhores, a economia está bem - há emprego, diferente do meu país" (matéria 13)

Outro sentido reforçado, inclusive pela então presidente Dilma Rousseff, é a “hospitalidade natural” dos brasileiros, que estão de “braços abertos” para receber os haitianos. "Como é da natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil", disse ela na quarta matéria. Um padre da

Missão Paz em São Paulo enfatiza esse mesmo discurso como um atrativo: "A política brasileira também influenciou, até aquelas mensagens que foram dadas anos atrás que diziam enquanto a Europa se fecha o Brasil abre as portas para os migrantes, houve discursos muito claros nesse sentido" (matéria 25).

Essa visão, inclusive é contestada por um pesquisador que trata de racismo na imprensa e foi entrevistado pela BBC News Brasil. "A noção de que o Brasil é um país hospitaleiro, onde todos os estrangeiros e imigrantes são bem-vindos, não passa de um mito", diz (matéria 28).

Mas a questão que revela maior proximidade entre o Haiti e o Brasil é a missão de paz da ONU, comandada por militares brasileiros, além de outras políticas de relações internacionais.

Segundo o imigrante haitiano Tira Herold, a boa vontade do governo brasileiro em ajudar todos os que conseguiram chegar ao país criou no Haiti uma sensação generalizada de que imigrar para o Brasil é bom – devido às supostas afinidades entre os governos das duas nações. [...] "Os presidentes (Michel) Martelly e Dilma (Rousseff) têm um bom diálogo e são muito bons para nós", disse o imigrante Franky Jerome. (matéria 28)

Com a crise econômica, o desemprego e a desvalorização do real que atingem o Brasil em 2016, alguns estrangeiros começaram a se retirando do país em busca de outro melhor. No entanto, não houve diminuição no número de emissões de vistos no Haiti, segundo relata a 30ª reportagem. Para os que ainda almejam morar no Brasil, as incertezas da política e da economia haitianas que motivam a retirada do documento por precaução, como "Plano B".

Um dos motivos é o momento de incertezas vivido pelo país, que acompanha a conclusão de um turbulento processo eleitoral que se arrasta por mais de um ano e está apreensivo diante da possível retirada das tropas da ONU em abril do ano que vem" [...] "O objetivo desse grupo pode ser ter em mãos a documentação necessária para deixar o Haiti imediatamente, se isso for necessário. Ou ainda, vir para o Brasil assim que a situação econômica melhorar por aqui." [...] "Outra explicação possível é que parte da demanda por vistos brasileiros seja de parentes de haitianos que já se estabeleceram no Brasil e vêm reencontrar seus familiares - e possivelmente se estabelecer por aqui. Estima-se que até 90 mil haitianos vivam no país atualmente. (matéria 30)

O mais interessantes nesses trechos é não só observar os sentidos criados sobre o Brasil enquanto um país hospitaleiro, em constante crescimento econômico, com papel importante internacionalmente ao sediar eventos mundiais, que gera oportunidades de trabalho e uma vida melhor, e um "amigo" para os países subdesenvolvidos, como é o caso do Haiti que foi "ajudado" pelas tropas brasileiras. Mas esses trechos também nos faz observar quais as consequências da criação desses sentidos, ou seja, como os haitianos acreditam nessa imagem

criada sobre o Brasil e se arriscam para chegar a esse país e viver essa vida prometida na “propaganda” discursiva. Observamos também como esses sentidos começam a se desfazer diante de crises políticas e econômicas.

5.1.7 Preconceito

Os primeiros indicativos de preconceito contra haitianos só aparecem em abril de 2013, seja por preconceito, xenofobia ou intolerância religiosa. Paralelamente, questões de gênero e racismo dificultando o acesso de mulheres e negros ao trabalho também apareceram, como relatado no primeiro tópico (matérias 27 e 29). Não se pode esquecer também do caso de xenofobia vivido pelo ex-empregado de um restaurante de comida chinesa, relatado também no início, referente à matéria 35.

"Falo inglês, francês, creole, espanhol, português. Mas primeiro tem o preconceito. Eu sou negro. Então, se tem uma vaga, mesmo que eu tenha mais qualificação que os outros, eu não consigo" (Depoimento do jornalista Berhman Garçon, na matéria 29)

A partir da 14ª reportagem, passamos a observar uma impaciência atrelada ao desconforto e desconfiança da população local, que recebe os imigrantes haitianos em suas cidades, como Brasiléia (AC). Eles já não acolhiam os estrangeiros como nas primeiras levadas, e, apesar disso, também não havia sido notificado qualquer conflito até então. Por preconceito, os moradores passaram a alegar ter medo de conviver com os estrangeiros que são abrigados em ambientes insalubres e precisam usar as ruas como banheiro. “Os moradores agora evitam deixar mulheres e filhas andar sozinhas pela cidade, apesar de não haver registro de violência por parte dos imigrantes”, diz a reportagem.

Enquanto nessa reportagem havia apenas o “medo”, na 18ª matéria, o preconceito já se torna mais escancarado por meio de depoimentos à BBC News Brasil. Logo no início da reportagem, moradores apostam nos haitianos como sendo os responsáveis por violar túmulos no cemitério e roubar dois crânios.

"Só pode ter sido coisa de haitiano", diz o aposentado Osvaldo, referindo-se aos cerca de 1.300 imigrantes da ilha caribenha que vivem na cidade à espera de vistos para ingressar no país.

"Eles já estão tão à vontade aqui que começaram até a fazer magia negra, vodu, aquelas coisas que eles fazem lá no país deles".

Embora a polícia avalie que o caso -- tipificado no Código Penal como vilipêndio de cadáver -- foi provavelmente obra de alunos de medicina de Cobija, cidade no lado

boliviano da fronteira, a história se somou às queixas de moradores locais contra o crescente número de imigrantes em Brasileia. (matéria 18)

O discurso xenofóbico fica mais claro em frases que associam a origem à questão de saúde pública. "Ninguém sabe a procedência desse povo [...] Sabemos que o país deles tem epidemia de cólera, hepatite, aids. Eles não têm controle de nada, não fazem prevenção sexual", diz outro personagem.

Os imigrantes também são acusados de sobrecarregar os serviços públicos da cidade e, por isso, estarem “dominando” o espaço que seria da população local: "Você vai na lan house, no banco, no Correio, na papelaria e só dá eles. O problema é que estão vindo muitos, e eles estão dominando a cidade", relata outra personagem. Uma manicure reclama que as haitianas desvalorizam seus trabalhos ao pedir descontos e um mototáxi conta que se nega atender haitianos, pois pechincham as corridas. Ao contrário destes, há também aqueles que tiram proveito da presença dos imigrantes e lucram no setor de alimentos, como bares. No entanto, nem mesmo o lucro é motivo para se desfazer do preconceito.

Perto do alojamento em Brasileia, o comerciante Francisco Jerônimo também tem tirado proveito do maior fluxo de imigrantes.

No domingo, enquanto vendia doces e refrigerante a um grupo de haitianos, uma moradora se aproximou do balcão e lhe perguntou, com cara de nojo, como estava fazendo para lidar "com toda essa gente".

"Essa gente dobrou as minhas vendas", respondeu. Mas acrescentou, pondo-se em acordo com a residente: "Só tenho medo das doenças que eles trazem junto". (matéria 18)

Já em Rondônia, a intolerância religiosa tomou outras proporções. Segundo a reportagem da BBC News Brasil, até julho de 2013 a Assembléia de Deus já havia convertido pelo menos cem haitianos. O costume é de que as igrejas evangélicas enviem convites impressos aos imigrantes ou pedem que haitianos frequentadores levem conhecidos ao culto. Isso porque, segundo informações da CIA, “embora 80% dos haitianos sejam católicos e 16%, evangélicos, metade da população do país pratica o vodu”, e é justamente a raiz africana que os evangélicos brasileiros desejam afastar.

Paralelamente, afirma Silva, há um trabalho para fazê-los abandonar as tradições do vodu, culto levado ao Haiti por africanos escravizados. "Eles chegam com uma cultura africana, de candomblé, mas na igreja são doutrinados a abandonar essas práticas." [...] Silva diz que a igreja tem lidado com as diferenças culturais com "muita prudência, devagarinho, senão de repente eles podem até espalhar." (matéria 22)

Já a uma Igreja Adventista, dá aos haitianos recém-chegados cestas básicas, paga seus aluguéis e os encaminha para entrevistas de emprego com empresários fiéis da igreja. Com 30

fiéis haitianos, eles também pretendem inaugurar uma unidade só para essa população. A Igreja Católica, por sua vez, não costuma atrair estrangeiros e diz que “não faz proselitismo com as turmas”, atuando apenas em ensinar português a grupos de imigrantes.

Na visão de um especialista entrevistado pela reportagem, esse trabalho feito pelas igrejas evangélicas não é feito gratuita e desinteressadamente. “Há um interesse de conversão em marcha. É uma disputa, um verdadeiro mercado de almas, que pode ser ampliado para um mercado de dízimos.”

Como resposta ao racismo e à xenofobia, uma personagem haitiana e deficiente visual que apareceu como foco em pelo menos duas reportagens, reflete: “Minha cor é muito bonita, mas infelizmente há pessoas que acham que negros e brancos são diferentes. Essas pessoas são doentes, elas é que são as vítimas”, diz a advogada então recém-formada no Brasil, na intenção de inverter o vitimismo.

Em 2015, a BBC News Brasil se colocou sujeita a uma avaliação, seja pelo leitor ou por ela mesma enquanto empresa, ao divulgar e discutir a pesquisa de um especialista que analisa o racismo na imprensa (matéria 28). Durante a reportagem, diversas observações são feitas quanto ao tratamento de haitianos.

Mais recentemente, o país passou a receber um número considerável de bolivianos e haitianos. Mas também chegam portugueses e espanhóis. A imprensa, no entanto, costuma destacar muito os problemas que os haitianos trazem, e rapidamente começa a ser construída uma visão de que eles são um problema. Enquanto isso, os imigrantes europeus recentes são valorizados por sua cultura e contribuição ao Brasil.

Contribuições culturais ou produtivas dos haitianos e bolivianos, que têm uma riqueza cultural enorme, dificilmente viram notícia. O racismo atual se dá pelo não dito, pelo que a imprensa omite. Quando aparecem na mídia estão atrelados a problemas, crises, marginalizações, ou ligados à ideia de uma invasão.” (matéria 28)

O pesquisador observa ainda a “construção da ideia de que há nacionalidades mais propensas à submissão, e não ao empreendedorismo” e o tratamento dos governos federais, estaduais e municipais com foco em discutir a crise e não uma solução ou debate sobre o tema.

“De acordo com algumas das reportagens analisadas, há a ideia de que eles vão ser explorados, abusados. Pede-se direitos humanos, e divulga-se uma ideia de que eles vão virar novos escravos. Você vê jornais de São Paulo relacionando diretamente os haitianos à escravidão. Numa matéria de 2014, diz-se que os brasileiros estavam escolhendo os imigrantes haitianos pela canela.” (matéria 28)

Nesses trechos, a BBC se propõe a denúncias sentidos de preconceito e apresentar contradições de sentidos. O veículo discute os preconceitos infundados que criam os sentidos de risco à segurança, risco à saúde, a desvalorização do negro através do rascismo, desvalorização da crença e cultura haitiana, a demonização da religião que não é cristã.

Quando se trata de religião, há uma clara tentativa de incentivar os haitianos a abandonarem suas culturas para se encaixarem na sociedade brasileira. Recuperam-se os sentidos de catequização e colonização, como era feito pelos críticos séculos atrás ao lidar com povos nativos no Brasil ou de descendência africana. Enquanto traz esses sentidos à tona, o portal também afirma a existência do preconceito e rebate com discursos de especialistas, que avaliam esse conflito religiosos.

As condições insalubres com que vivem os haitianos também provocam preconceito, justificado pelo medo da violência. Há também uma clara repulsa pela ocupação do espaço e de serviços públicos pelos haitianos. Os brasileiros sentem que seu espaço foi "dominado" pelo outro, se sentem ameaçados por esse inimigo que veio de fora. A xenofobia também está muito atrelada ao sentido de que os haitianos trariam contigo doenças sobre as quais seu país de origem não teria controle.

A fala do estudioso sobre a imagem que é feita dos haitianos e outros imigrantes na imprensa também ressaltam essa desvalorização pelo racismo e xenofobia, passando a ideia de que o problema é comprovado e não apenas casos isolados. Porém, o discurso do portal se concentra mais em mostrar, observar de fora o preconceito e como ele acontece, em uma posição de "objetividade", do que combatê-lo de fato. Os trechos que valorizam os haitianos e sua cultura ou mesmo a população negra são raros.

5.2 Análise do Portal G1

Enquanto isso, no Portal G1, todos os seus 12 tópicos coincidem com aqueles encontrados na BBC News Brasil, porém, nem todos se destacam. Dentre as matérias lidas, foram mais encontrados: abrigo (10), crise (12), entrada ilegal de imigrantes (10), imagem do Brasil no exterior (10), perfil dos haitianos (10), preconceito (12) e trabalho (24). Pela predominância de aparições, estes serão os temas analisado.

Com menor frequência, apareceram os temas: adaptação ao Brasil (2), crime (4), nova rota de imigração (1), saída de imigrantes (1), saúde (5).

5.2.1 Perfil dos haitianos

Desde a primeira reportagem publicada pelo Portal G1, começa-se a construir um perfil sobre como são esses estrangeiros que chegam pela fronteira do Acre, em Assis Brasil com destino a Brasília. De acordo com um padre da região, 80% dos imigrantes são homens, que falam três a quatro línguas, sendo a maioria francês, crioulo e um pouco de espanhol. Também é informado que nem todos são trabalhadores braçais, “há pedreiros, carpinteiros, mas temos advogados, professores e contadores” (matéria 1). Em Cuiabá (MT, em 2014, dificilmente os haitianos vêm com a família e sua faixa etária varia de 21 a 40 anos, com algumas pessoas acima de 50. Ou seja, jovens e adultos em idade economicamente ativa.

A tendência, segundo padre da região, é que esses estrangeiros acabem se unindo novamente, por grau de parentesco ou por região de onde vieram. "Eles são muito grupais", afirmou na matéria 45. Outra reportagem ressalta a religião cristã entre haitianos que viviam no Acre (matéria 56).

Para além do perfil objetivo, baseado em dados demográficos, a reportagem mostra que em sua maioria, os imigrantes haitianos são pessoas que querem ajudar a família que deixou para trás e buscam por emprego. Em seu país, eles lidavam com problemas como cólera e Aids, além da falta de emprego como consequência do terremoto. Alguns relatam que perderam familiares tanto pelo desastre natural quanto pelas doenças. Para chegar ao Brasil, destino que escolheram em detrimento de outros, essa população viajou por semanas e até meses, atravessando fronteiras de avião, navio, ônibus, e a pé (matéria 1). Alguns utilizaram “serviços de agência”, enquanto outros não utilizaram qualquer serviço de viagem para chegar ao Brasil (matéria 8).

“Deixei mãe, meus irmãos e minha família. Temos grandes problemas lá, como o cólera e a Aids, e o Brasil é muito bom. Aqui todo mundo ajuda. Para chegar, foi difícil, no caminho, todo mundo me pedia dólares, mas estou bem agora”, relata um personagem (matéria 1).

Através de diversos personagens, o Portal G1 repete alguns padrões construídos sobre o perfil dos haitianos, enquanto outros aparecem como novidade. Na maioria das vezes, o quadro reflete desespero e esperança, e os haitianos são retratados em estado de precariedade, sem dinheiro algum e necessitando auxílio, seja do governo ou da comunidade. Muitos abrem mão da própria profissão para exercer qualquer serviço que supra sua necessidade. “Eu sou fotógrafo, mas aceito qualquer tipo de serviço. Estou pronto para o que aparecer, mesmo que

seja trabalho braçal” (matéria 7). Na 40ª reportagem, o portal narra a história de professores que deixaram o haiti e precisaram abrir mão do diploma para trabalhar em uma empresa de *fast food* em São Paulo.

O objetivo dessas pessoas, segunda a cobertura, é “sobreviver”, seja através de sub-empregos que pagam pouco ou através de caridade: “Haitiano vende picolé para sobreviver em Tabatinga”, diz título da 8ª reportagem. “Sem auxílio do governo ou de grandes organizações não governamentais, os imigrantes sobrevivem graças à caridade dos moradores”, abre a 9ª matéria, que relata como a população local “recebe da melhor forma possível os haitianos que chegam à cidade”.

Nesta mesma reportagem, a equipe ouviu moradores locais que pudessem dar sua opinião sobre os haitianos que estavam na cidade. As qualidades são relacionadas tanto a comportamento quanto à personalidade e a qualificação: “trabalham direitinho”; “tem alguns que são estudados”, “eram bem sérios”, “são muito legais. Não são ignorantes, fazem brincadeiras com todo mundo e não gostam de confusão”. Mas há também aqueles que partem de um preconceito e concluem com uma quebra de expectativa: “Mesmo sem dinheiro, Rychards garante que eles sempre negociam com calma e educação”, “Eles fazem qualquer serviço em troca de dinheiro e até de roupas”. A reportagem também coloca os haitianos como possível “ameaça” no mercado de trabalho.

Carregador do porto de Tabatinga, Robson Parzanhano até poderia considerar os haitianos uma ameaça, já que eles também se oferecem para a função para ter algum dinheiro. Mas, ao contrário, ele incentiva os haitianos a trabalhar e ainda dá bronca quando eles cobram muito barato. (matéria 9)

Para descrever comportamentos, a reportagem apela para o drama. “Ao contrário da maioria dos locais em Tabatinga (AM), onde homens adultos chegam a chorar de fome e entram em desespero quando o assunto é dinheiro ou abrigo, o porto é um lugar alegre” (matéria 9). Esse é o abre de uma reportagem que relata os sonhos profissionais de alguns haitianos, destacando a função de jogador de futebol como a principal delas, como acontece no seguinte título: “Haitianos sonham virar jogadores de futebol em SP”.

Este sonho popular no imaginário brasileiro toma ainda o título de outra reportagem, quando é compartilhado por uma mãe haitiana que dará a luz no Brasil. “Futebol paga bem no Brasil e haitiano gosta de jogador brasileiro. Meu filho vai crescer e entrar na escolinha de futebol e ser jogador profissional”. A reportagem não dá a mesma ênfase quando outra mãe diz que deseja que o filho estude para ser engenheiro (matéria 18). Ou seja, o fato de querer

ser jogador de futebol no Brasil, um esporte de tamanha fama e competitividade no país, ganha mais noticiabilidade do que outra profissão e cria um sentido de aproximação cultural: o sonho popular brasileiro também atinge os haitianos, fazendo-os parecerem parte de um todo através do esporte, uma legião de pessoas com o mesmo sonho.

Na mesma reportagem, ressalta-se a população de crianças de pais haitianos (35) e aquelas que nasceriam em território brasileiro (16). Em determinado momento, a reportagem questiona se o fato de terem filho no Brasil seria para tentar garantir a permanência no país, e mulheres negam. Há no discurso uma acusação, que presume o aproveitamento da geração de um filho para se instalar no país onde está ilegalmente, e uma defesa que nega.

Mailene, assim como as outras haitianas ouvidas pelo G1, garante que não quer ter filho brasileiro para garantir segurança e permanência no Brasil. “Haitiano gosta de ter muitos filhos. Se você não tem filho, você é triste todo dia. Filho é alegria. Quando você chega em casa a criança vem correndo gritando papai, mamãe. Se falta criança em casa, é uma casa triste”, diz Mailene. (matéria 18)

A 21ª matéria relata a preocupação dos órgãos públicos com a chegada de um grande número de haitianos pela fronteira. A reportagem opta por escutar o secretário de Segurança Pública, que traça um perfil moral da população. Chama a atenção no discurso a necessidade de garantir que a população haitiana não é uma ameaça, mas pessoas pacíficas apesar do transtorno gerado pela sua chegada. O não dito mostra na fala a existência de um preconceito.

“Apesar da situação, ele garante que os imigrantes são pacíficos e o único problema foram alguns casos de embriaguez. Para evitar o problema, a Polícia Militar passou a fiscalizar os alojamentos à procura de bebidas. “[...] Felizmente os haitianos são um povo pacífico e não causam muitos problemas”, explica.” (matéria 21)

No início da cobertura sobre a imigração haitiana, a reportagem do G1 chegou a tratá-los como refugiados, até que o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) que “Somente são refugiados os imigrantes perseguidos por causa da etnia ou por problemas políticos. No caso, os haitianos estariam fugindo somente da miséria e das condições de vida ruins do Haiti”. A informação é ressaltada em diversas matérias posteriores, assim como o trajeto feito pelos estrangeiros até chegar ao Brasil e o número, atualizado pela Polícia Federal, de haitianos que estavam no país.

5.2.2 Abrigo

O abrigo é retratado nas reportagens do Portal G1 de diversas formas: seja paróquias que acolhem, governos locais que improvisam estruturas para receber os imigrantes, ou os próprios haitianos que se alojam em casas alugadas por grandes grupos ou hotéis e pousadas

que dão desconto enquanto podem pagar. Em alguns abrigos, eles dividem o espaço com imigrantes de outras nacionalidades, como nigerianos, com diversidade religiosa, linguística e cultural (matéria 56). Mas o que mais se destaca é que, na maioria das vezes, os abrigos são ambientes de precariedade, superlotação e dependência de ajuda com mantimentos e recursos. Apesar disso, o sentido que se cria na fala dos próprios haitianos, é de que o sofrimento no Brasil ainda pode ser menos pior do que aquele vivido no Haiti. Mas nem todos os discursos são assim.

Quando entram na cidade, são acolhidos pela população e pela Igreja Católica e encaminhados para casas cedidas por moradores para abrigá-los. Alguns conseguem reunir pequenos grupos para pagar o aluguel de quartos. Nem mesmo quem está nas casas cedidas sabe ao certo o número de moradores, que aumenta em proporção muito maior à saída deles.

“Já contei mais de cem outro dia, mas ontem tinha 93. Sim, é muita gente numa casa. Mas lá [no Haiti] não dá para ficar. O terremoto se foi e agora são doenças que estão matando a nossa gente. Aqui não está bom, mas temos um teto para viver. Lá, quase todos estão nas barracas e todo mundo sabe que vai ser difícil arrumar outra casa [...] O único problema aqui é quando chove, porque cai muita água lá dentro. Nossa cozinha fica do lado de fora e fazemos alguma coisa quando alguém nos traz comida. O padre [Gonzalo Franco] também nos dá muitas coisas, mas é tanta gente que não é suficiente” (matéria 3)

Além da superlotação, o Portal G1 reúne relatos de haitianos que afirmam passar fome e estarem decepcionados com a vida que encontraram no Brasil. Entre as entrevistas com personagens, há falas como: “Saímos de uma desgraça e encontramos outra aqui”, “Aqui é pior que o Haiti, mas acho que ainda não estou no Brasil. Tabatinga não é Brasil, Manaus é”. Ainda assim há na fala a esperança de que existe “um Brasil melhor” do que aquele que conheceram até então.

Em um dos imóveis que abriga cerca de cem haitianos, Eliane Floreius é uma das cinco mulheres que tenta manter o local limpo. O cheiro azedo e a quantidade de lixo espalhada dentro e fora da casa revelam que o trabalho não é fácil.

[...] Todo o espaço útil da casa é usado como dormitório pelos haitianos, que dormem lado a lado em colchonetes ou sobre lençóis no chão. As poucas roupas ficam penduradas em pregos e varais improvisados que passam de um canto ao outro do imóvel. Na casa há um banheiro e, para usá-lo, é necessário esperar em uma fila.

A cozinha é usada como quarto e os haitianos preparam as refeições em fogueiras, com panelas doadas por moradores. O alimento também é fruto de doação, mas geralmente não é suficiente para todos. Quem chega por último, não come. Se tiver dinheiro, consegue comprar alguma coisa e prepará-la na fogueira, mas sabe que terá de dividir. (matéria 4)

Em alguns relatos, seja de representantes de paróquias ou os próprios haitianos, há reclamação de falta de ajuda do governo: “Até a roupa que estamos vestindo aqui nós conseguimos trazer do Haiti. Não recebemos ajuda nenhuma do governo. Algumas pessoas e

o padre [Gonzalo Franco], às vezes, nos dão um pouco de arroz e açúcar, que dividimos”, relata haitiano na matéria 7. Quando são assistidos pelo governo, o abrigo é onde acontecem as principais providências quanto à saúde, documentação e até recrutamento de funcionários para empresas. Essas funções são atribuídas ao longo de diversas matérias, construindo o sentido de um Estado assistencialista ao mesmo tempo que se cria o sentido de um Estado pouco atuante, que não faz o suficiente para contornar a situação e criar condições de cidadania.

Além de alimento e abrigo, o governo do estado, em parceria com a prefeitura, oferece assistência médica aos recém-chegados. Eles fazem exame para detectar Aids, cólera e outras doenças, além de tomar vacinas contra hepatite, tétano e febre amarela. (matéria 7)

Em 2014, o Portal G1 reporta o desativamento do abrigo de Brasiléia (AC) e transferido para Rio Branco, a capital, pelo governo estadual. "O abrigo de Brasiléia ficará desativado definitivamente. Nós entendemos que a população de Brasiléia e de Eptaciolândia já deram a sua parcela de solidariedade aos imigrantes. Agora é a vez dos moradores de Rio Branco contribuírem", diz o secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre da época. Brasiléia já havia recebido cerca de 20 mil imigrantes nos últimos 3 a 4 anos. A decisão coincidiu com o início de um abaixo-assinado de moradores das duas cidades que cobravam soluções para o alto número de imigrantes alocados. A ideia também era transportar as pessoas para seus destinos desejados, em outros estados (matéria 43).

Quando chegam a São Paulo e se instalam na sede da paróquia, o abrigo lotado se torna sinônimo de proteção, especialmente dos grupos considerados mais frágeis da sociedade. “Nela ficam as mulheres, crianças e pessoas que falam apenas os próprios dialetos. Segundo o padre Luís Espineli, é uma forma de proteger esse grupo, alvo de exploração, já que têm poucas condições de se proteger e se comunicar.” Mesmo assim, ainda há precariedade, combatida pela assistência promovida pelas instituições religiosas: “Sem banho e com refeições esporádicas, os haitianos passam o dia no pátio da paróquia. Nesta terça, a igreja oferecerá uma sopa a todos, mas não há como abastecer diariamente o grupo”. (matéria 47) Para aqueles que não têm dinheiro, porém, serem atendidos pelo abrigo é uma necessidade: “Quando o padre não dá comida eu fico com fome. Cheguei a ficar três dias sem comer”, diz um haitiano (matéria 50).

Uma das marcas dos abrigos é o voluntariado, seja dos próprios assistidos, ou de pessoas que se sensibilizam com a causa. Interessante é que, em uma das reportagens,

imigrantes de outras nacionalidades, como chilenos e bolivianos, se doam para preparar refeições para os haitianos em São Paulo (matéria 50). A identificação cria os sentidos de solidariedade e igualdade entre os imigrantes de diferentes nações.

Recém-chegada do Haiti, uma mulher identificada como Ilana Sadius, de 27 anos, trabalha na cozinha improvisada na paróquia de Brasiléia, no Acre. Ela ajuda a preparar a comida para cerca de 160 haitianos que começaram a chegar à cidade em dezembro, em busca de refúgio, enquanto aguarda a entrega dos novos documentos para procurar emprego e ajudar a família. (matéria 1)

5.2.3 Entrada ilegal de imigrantes

É a partir da quinta matéria do Portal G1 que os haitianos deixam de ser considerados refugiados e passam a ser tratados como imigrantes ilegais. A mudança ocorreu ao noticiar que a Polícia Federal recebeu restrições na concessão de pedidos de refúgio a haitianos, já que eles não se enquadram na categoria, sendo considerados migrantes econômicos. Embora a proposta seja de aumentar a fiscalização, o delegado afirma ao G1 que não seria fechada a fronteira (matéria 5). Porém, quem não tivesse feito o protocolo do pedido de refúgio até então, deveria retornar o Haiti, de acordo com notícia posterior (matéria 8).

Segundo o delegado, muitos não têm sequer passaporte e usam o artifício do refúgio para entrar sem visto. A entrada de haitianos no Brasil só é permitida com o visto emitido no Haiti. “Pode ser que muitos ainda estejam no caminho, porque a viagem é longa e vai demorar até a informação de que os protocolos não serão mais feitos seja repassada a eles.”

Sem documentação, os haitianos conseguem entrar em Tabatinga, mas ficam ilegais e não conseguem deixar a cidade. Antes, com o protocolo da Polícia Federal, eles podiam seguir para Manaus, tirar documentos e arranjar emprego até o procedimento ser julgado pelo governo, em Brasília. (matéria 5)

Em 2013, o Ministério da Defesa brasileiro convidou o G1 para produzir reportagens no território haitiano. Das três matérias que produziu na capital Porto Príncipe, duas se referiam à imigração ilegal, não apenas com informações oficiais, mas também fazendo flagrantes. No abre da primeira delas, a repórter descreve o cenário encontrado próximo à embaixada brasileira, dando detalhes de como acontece a abordagem de haitianos pelos criminosos, que têm diversas funções. Apesar da “facilitação” da emissão de vistos pela embaixada - com custo de U\$ 200 e apresentação de documentos - os haitianos reclamam “das dificuldades em obter o documento e de marcar a entrevista. Com isso, buscam meios ilícitos para conseguir o visto”. A reportagem preparou inclusive um gráfico que detalha o perfil de haitianos ilegais por sexo, faixa etária, escolaridade e profissão, com predominância de: homens (86%), idade de 26 a 40 anos (69%), 1º grau incompleto (57%) e profissão de pedreiro (51%). No contexto de denúncia, os dados aproximam ainda mais a questão da imigração ilegal ao crime.

Em Pétiön Ville, bairro nobre da capital haitiana que abriga a embaixada brasileira em Porto Príncipe, o sonho de fugir da falta de trabalho no país mais pobre das Américas e migrar legal ou ilegalmente para o Brasil virou um nicho de negócio, onde despachantes, falsificadores, aliciadores, coiotes, atravessadores e negociadores tentam ganhar dinheiro. O G1 flagrou na frente do prédio da embaixada a venda de visto e de outros documentos falsificados, além de supostas facilidades que prometem acelerar a viagem dos haitianos ao Brasil. (matéria 28)

Na segunda reportagem no Haiti, é feita uma comparação entre aqueles que optam pela entrada ilegal, mais árdua e cara, e aqueles que desembarcam “pela porta da frente” do aeroporto, colocada como uma forma mais digna de migrar. Há no discurso um julgamento moral ao abordar “a escolha” da forma de entrar no Brasil, uma comparação clara entre o que é bem-visto e o que é reprovado. Os sentidos se tornam completos com a oposição entre as dificuldades e sofrimentos da entrada ilegal e as “facilidades” e “encanto” da entrada legal, que foram possíveis a um haitiano diplomado de classe média que aguardou meses pela liberação do visto. É criado ainda o sentido de que a ilegalidade é uma opção, não uma necessidade.

Laricy escolheu o meio ilegal para seguir de Fonds-des-Nègres, uma pequena cidade no interior do país, onde seus pais e uma filha de 8 anos moram, para chegar à capital paulista. No caminho, sofreu a ataques de policiais peruanos, viu amigos sofrerem sequestros-relâmpagos e terem de pagar propina para não serem mortos, ouviu casos de estupros, tortura, mas chegou ao destino final: São Paulo, onde hoje trabalha como azulejista em uma obra na Zona Leste.

Já Dervius optou pelo caminho legal: professor universitário e nascido em família de classe média, esperou durante 8 meses a emissão do visto pelo consulado brasileiro em Porto Príncipe e, ao invés de enfrentar dificuldades, desembarcou em São Paulo pela porta da frente, o Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos. Atualmente, ele trabalha no restaurante de um supermercado e diz encarar o Brasil como uma experiência semelhante a um intercâmbio. (matéria 29)

O Portal G1 chegou a noticiar o encontro entre a presidente do Brasil Dilma Rousseff, e o presidente do Haiti Michel Martelly, que discutiram a necessidade de combater a atuação de coiotes, que “se aproveitam da vulnerabilidade de trabalhadores e suas famílias, submetendo no trajeto do Haiti ao Brasil a situações degradantes e desumanas, além de explorá-los cobrando taxas escorchantes”, segundo fala da presidente brasileira (matéria 14). Porém, só mais tarde que foram noticiadas possíveis medidas de combate. A imigração enquanto situação que propicia o crime alcança o nível de importância e responsabilidade internacional.

Para combater a ação de coiotes, ministros de Relações Exteriores do Brasil e do Haiti chegaram a se encontrar em julho de 2014 para discutir uma campanha de conscientização sobre a emissão de visto (matéria 55). Quase um ano depois, foi a vez do conselheiro da Embaixada do Haiti no Brasil visitar o abrigo no Acre, em decorrência da morte de uma

imigrante por pneumonia. Na ocasião, ele e o secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre também discutiram a necessidade de combater a imigração ilegal (matéria 71).

"[...] No Haiti, o governo trabalha para melhorar a economia e criar empregos, atraindo investimentos e inibindo a imigração", explicou. "[...] a atuação dos coites é muito grave, tanto o governo do Haiti como do Brasil e, principalmente, das regiões de fronteira, devem reforçar ações de fiscalização" (fala do conselheiro da Embaixada do Haiti)

[...] "[...] o Haiti manifestou o desejo deles de colaborar e parar com a imigração ilegal, pois é isso que vem acontecendo. Deixo claro, que o Brasil não faz objeções àqueles imigrantes que entrarem no país de forma regular." (fala do secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre) (matéria 71)

Para o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, a situação só teria melhora com o aumento da emissão de visto. "Isso ocorre atualmente porque é o caminho mais rápido para eles saíam de seus países de origem e ingressem no Brasil sem documentos". A mesma fonte também informou que, por meio de investigação, foi constatado que a rede de coites agenciava e traficava não apenas haitianos, mas também outras 14 nacionalidades (matéria 78).

Na sequência, o Portal G1 anunciou que o ministro da Justiça brasileiro estava em negociação com autoridades do Peru, Bolívia e Equador para a adoção de ações coordenadas no combate à imigração ilegal de haitianos ao Brasil e países vizinhos (matéria 81). Nesta reportagem e em sua suíte, a questão se relaciona diretamente com medidas de controle de fluxo e ênfase nos direitos humanos pelo próprio ministro.

"Devemos enfrentar as organizações criminosas que trazem para o Brasil, explorando economicamente a necessidade de haitianos, um conjunto de pessoas que chegam debilitadas, sem saúde, com fome. O que é obviamente inaceitável do ponto de vista dos direitos humanos", afirmou o ministro. [...] "Nós não podemos estabelecer medidas que impeçam as pessoas de terem livre acesso aonde querem viver. É uma posição tradicional do Brasil e os outros países também concordam com isso", afirmou. (matéria 84)

5.2.4 Crise

A primeira vez em que o Portal G1 coloca a situação como crise e leva a debate é na verdade uma previsão do problema, feita por um padre em Tabatinga que observa a cidade como um limbo aos haitianos sem visto e sem poder pedir refúgio: eles não podiam sair da cidade, ao mesmo tempo que não queriam voltar ao Haiti como as autoridades sugeriam. "Esse pessoal não vai sair do Brasil. Se a Polícia Federal não legalizar a entrada deles, teremos daqui a um ano cerca de mil pessoas vivendo sem documentos no país. Não é realista fretar tantos aviões para deportar essa gente, que vai ficar no subemprego aqui no Brasil", diz ele (matéria 6).

Se em 2011 era uma previsão, dois anos depois a situação já era realidade. O G1 noticiou que 1,1 mil imigrantes, sendo a maioria haitianos, haviam entrado no Acre e que a média de chegada era de 50 por dia. É quando a questão começa a realmente tomar forma enquanto “crise”, enquanto “caos”.

O grande número de imigrações preocupa o governo estadual. Segundo o secretário de Segurança Pública, Ildor Reni Graebner, embora o governo do estado tenha o cuidado de garantir assistência ao povo haitiano, essa capacidade de apoio pode estar próxima do limite. "Brasiléia não está conseguindo comportar tantos imigrantes", disse. (matéria 21)

Na matéria seguinte já era decretado, pelo governador do Acre, estado de emergência social para duas cidades próximas à fronteira, Brasiléia e Etipaciolândia, “em consequência da chegada descontrolada” desses imigrantes. Sobrecarregado, o governo estadual, inclusive, acusou o governo federal de não estar tratando a questão como deveria.

"O decreto é de um grito de alerta de que a situação chegou ao limite. Transbordou o suportável e nós precisamos de ajuda, e do papel institucional e constitucional do Governo Federal numa questão dessa gravidade. O governo do Acre já assumiu R\$ 3 milhões em gastos. A União nos ajudou com R\$ 600 mil, mas nós precisamos de uma medida definitiva", diz o governador.

Tião Viana afirma que o Ministério das Relações Exteriores está sendo 'insensível' com o problema. "Eu diria até que ele está sendo omissivo. Ao meu ver, ele deveria dialogar com Peru e Equador, onde começa a rota, e exigir o visto dos imigrantes. Se esse visto fosse exigido resolveria 90% do problema", diz. (matéria 22)

Na sequência, a preocupação exposta pela reportagem é com a questão de saúde. Um mutirão havia sido realizado para detectar doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) entre os haitianos que estavam na cidade. Apesar dos resultados terem sido considerados dentro da normalidade, não fica claro o porquê de terem escolhido como foco esse tipo de doença e não outra. A única justificativa dada pela coordenadora de Vigilância Epidemiológica de Brasiléia é que o “município não teria estrutura para lidar com um surto epidemiológico” (matéria 23).

Outro setor que entrou em estado de alerta com o alto número de imigrantes, foi o mercado de trabalho. O G1 noticiou logo depois que, conforme o título da reportagem, “Moradores de Brasiléia temem falta de emprego devido imigração”. A reportagem também ressalta relatos de preocupação com doenças contagiosas e reclamações sobre gastos públicos com os haitianos. No entanto, apenas duas fontes foram ouvidas, uma em Brasiléia, outra em Etipaciolândia, município vizinho. Há os sentidos refletem um mix de medo, preconceito, ameaça e competitividade, além do ressentimento de que o dinheiro público estaria sendo gasto com o imigrante ao invés da população local.

“O governo ajuda muito eles, tem que ajudar nós que somos pobres. Já gastaram R\$ 3 milhões, porque não ajudam a gente do Acre? Pra gente conseguir um emprego aqui é o maior sacrifício”, reclama um morador de Brasiléia. Já um morador de Epitaciolândia prevê a piora no mercado de trabalho, porque “o emprego está tendo mais para eles”. Contraditoriamente, o próprio personagem lucra vendendo picolés aos estrangeiros (matéria 24).

Em 2014, quando já chegava a 2,5 mil o número de imigrantes no abrigo de Brasiléia, o estado do Acre providencia uma medida para diminuir o número de haitianos em seu território. Segundo reportagem do G1, na época, os imigrantes estavam impedidos de deixar o estado pelas rodovias, já que a BR-364 havia sido interditada após a cheia do Rio Madeira. Em aviões fretados, os haitianos seriam levados para Rondônia e São Paulo, onde estariam, então, mais próximos do destino desejado. "Nossa meta é transferir em torno de 120 haitianos por dia para diminuir esse drama deles e da população local. O município de Brasiléia é muito pequeno e não está preparado para receber essa demanda tão grande de pessoas", explicou o governador do Acre, Tião Viana.

A notícia foi bem recebida sobretudo pelos estrangeiros, que deixam transparecer em seus discursos uma possível insatisfação quanto à pequena cidade fronteiriça onde estavam e a esperança de alcançar o verdadeiro objetivo, que é viver em outro lugar que não aquele. “Foi uma alegria completa. Nosso povo ficou muito contente porque já estávamos esperando há muito tempo”, disse um haitiano à reportagem. "Agora o governo do Brasil deu uma chance para chegarmos em outras cidades”, disse outro (matéria 39).

Enquanto isso, acontecia em Brasiléia um abaixo-assinado de moradores que estavam insatisfeitos com a presença dos imigrantes e reclamavam dos serviços públicos sobrecarregados. Segundo o G1, em 48 horas, já havia mais de 1,3 mil assinaturas e o próximo passo seria estender à população de Epitaciolândia. Para o coordenador do abrigo, a ação era considerada “desnecessária e desumana”, descredibilizou o autor do documento, acusou a população de alimentar sentimento de ódio e de deturpar os fatos “para desfocar dos verdadeiros problemas que a cidade tem”. A iniciativa foi promovida por um estudante de administração, que nega que a situação se trate de racismo ou xenofobia, afirmando ser um problema de ordem social.

[...] A questão é que nos deparamos com bancos, Correios, sempre lotados. Sem contar que temos um parque no Centro que a população não consegue mais caminhar. Para se ter uma ideia, teve um assalto há dois dias e a polícia não tem como localizar o culpado, porque eles não se conhecem entre eles. Por ser uma entrada rotativa, eles não sabem os nomes de cada um", destaca o estudante.

“[...] Queremos soluções, não queremos que expulsem os imigrantes de uma vez, mas Brasília vem pagando um ônus que é do Brasil inteiro. Esta responsabilidade tem que ser dividida por todos, mas há quatro anos Brasília paga essa conta”, ressalta. (matéria 41).

Quando os haitianos chegam a São Paulo, a “crise” toma uma nova proporção e emerge o conflito entre governos estaduais, que passa ao outro a responsabilidade pelos imigrantes. Como consequência da chegada dos imigrantes em São Paulo, houve críticas por parte do governo local. O G1, porém, deu mais destaque à contestação feita pelo governador do Acre do que à reclamação em si. Em nota, a secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo teria dito que o governo do Acre foi “irresponsável e inconsequente” por ter enviado imigrantes à capital paulista. Em contrapartida, via redes sociais, o governador do Acre a acusou de racismo, elitismo e higienismo, criando sentidos sobre o governo paulista e se significando como defensor dos haitianos e da causa negra. O G1 não apenas mostrou um print da publicação, como também destrinchou em texto.

Em seus perfis, tanto no Twitter quanto no Facebook, Viana classificou a conduta do governo de São Paulo como sendo 'elite paulista' e disse que estariam querendo obrigar o povo acreano a 'prender imigrantes' no estado. Questionou ainda, se as críticas não seriam motivadas por preconceito racial e uma política de 'higienização'.

[...] O governador do Acre terminou o desabafo dizendo que iria recomendar aos críticos que façam uma releitura de Martin Luther King, pastor e ativista político norte-americano, morto em 1968, que foi um dos líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. (matéria 48)

Em pelo menos três reportagens é mostrado como a paróquia paulista que se propôs a receber os imigrantes logo estava lotado e tinha poucos recursos para atender à demanda (matérias 47 e 50). Na terceira delas, o padre já declarava estado de emergência, reforçando o sentido de crise, agora na capital paulista. “De um lado, estamos fazendo a acolhida. Do outro, estamos dialogando com a Secretaria de Direitos Humanos e as várias instituições para tentar sensibilizá-las a fazer o seu papel, que é abrir um espaço de emergência para esse haitianos [...] Desde outubro do ano passado estamos em situação de emergência”, disse o padre ao G1. Por outro lado, a prefeitura de São Paulo reclamou a necessidade de ser avisada da chegada dos imigrantes à cidade para que possa se preparar para recebê-los. Como resposta, o Ministério da Justiça suspendeu a transferência de imigrantes para o estado (matéria 72).

Na última notícia sobre o tópico, os haitianos estavam sendo enviados para estados do Centro-Oeste, sendo a maioria com destino à região Sul do país: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A intenção de alguns imigrantes é de que pudessem chegar até São Paulo de outras formas (matéria 74).

5.2.5 Trabalho

Dentre todos os tópicos abordados na cobertura do Portal G1 sobre a imigração haitiana ao Brasil, o mais extenso deles é o trabalho. Isso não acontece por acaso, já que nas entrevistas com haitianos, é frequente a expressão de sua necessidade de encontrar um emprego. A demanda, porém, também é associada a desespero e, sem poder atuar em suas profissões, inclusive por impossibilidade de revalidar o diploma no Brasil, muitos afirmam que aceitam qualquer trabalho para que possam ajudar a família no Haiti, se sustentar no Brasil e trazer seus parentes para morar perto (matéria 7).

Esse desespero, porém, tem um preço. Na oitava reportagem, o trabalho é tratado como forma de sobrevivência e é relatada a ocupação de haitianos em vagas de subemprego, com salários desvalorizados que não os permitem viver com qualidade. Na fala do personagem observa ainda uma quebra de expectativa com o que esperava encontrar no Brasil.

O salário de R\$ 15 por dia está longe de ser o almejado, mas já deixa satisfeito o haitiano Cheubin Onald, de 25 anos. Ele chegou a Tabatinga (AM) em novembro de 2010 e, há um mês, conseguiu o trabalho como vendedor de picolés. Antes, ele chegou a trabalhar alguns dias como carregador para feirantes da cidade.

[...] “Estou decepcionado. Achei que encontraria um bom emprego rápido, mas não foi fácil assim. Pelo menos tenho como comprar comida. Antes, recebíamos muita ajuda, mas agora é difícil comer, porque as pessoas param de doar com o tempo” [...] (matéria 8)

Em Tabatinga (AM), o G1 mostrou como a população local contribuía oferecendo trabalhos temporários aos haitianos. Houve relato de morador que empregou dois em serviços de capina e conserto e precisaria de um pedreiro. Outra, por sua vez, não oferece serviço por medo de ofender. “Tem alguns que são estudados, fico constrangida em oferecer um serviço que não seja para o nível deles”, explica, mas chegou a pagar alguns como carregadores. Ao anunciar outro personagem, porém, a reportagem ressaltou a possibilidade dos haitianos serem uma ameaça para os profissionais locais. O carregador, porém, justifica a situação pelo baixo salário pedido pelos imigrantes, criando o sentido de que os haitianos desvalorizam sua mão de obra para ocupar um lugar no mercado, o que prejudicaria os trabalhadores locais.

[...] O único problema é que cobram R\$ 2 ou R\$ 3 para carregar, mas nosso preço é R\$ 5. Se eles cobram muito barato, o pessoal começa a abusar e paga cada vez menos para todo mundo. Eles tinham até que cobrar mais caro, porque falam francês”. (matéria 9)

Ainda assim, há exceções daqueles que não querem desistir de atuar na própria área de atuação, mesmo que isso possa demorar a acontecer. Nesses trechos observa-se os sentidos de que existe mão de obra qualificada que, no entanto, não é aproveitada. Em diversas matérias,

a questão de saber a língua portuguesa é colocada como um empecilho para conseguir emprego e destaca-se a dificuldade de aprendê-la, sobretudo os haitianos, que falam crioulo e francês como línguas nativas, e um pouco de espanhol como língua estrangeira.

Professor de matemática no Haiti, Reynald Baptist espera aprender bem o idioma português para continuar com a mesma carreira no Brasil. Ele chegou em novembro passado. “Sonho conseguir dar aulas no Brasil, mas acho que o governo só vai me dar emprego depois que eu falar bem português. Até lá, quero arrumar um emprego em loja ou qualquer lugar para ter o que mandar para minha família” (matéria 4)

Na 45ª reportagem foi ressaltado que, mesmo havendo haitianos com curso superior, o processo de regularização poderia demorar até três anos, o que impede que tenham autorização para trabalhar no Brasil. Ou seja, a desvalorização da mão de obra acaba ocorrendo também pela burocracia. “Desse modo, têm que atuar em outros serviços em que não se exige curso superior, como na construção civil, por exemplo”, mas este não foi o único setor que contratou estrangeiros. (matéria 45)

Na 40ª matéria, a repórter relata com sensibilidade a necessidade de professores haitianos abandonarem seus trabalhos no país de origem para atuar no setor de *fast food* no estado de São Paulo. Também é relatado o esforço para conciliar dois empregos e, através de um dos personagens, mostra o empenho em aprender o português para ser promovido. Em diversas matérias aprender a língua portuguesa é um meio de conseguir mais oportunidades de emprego. Já o esforço e o trabalho dobrado é colocado menos como um fardo e mais como uma superação.

Eles trocaram as salas de aula do Haiti pelo balcão de uma das redes de *fast food* mais famosas do mundo, em Campinas (SP). Das lições de matemática, ficou para Frantz, Stanley e Jean apenas a prática: calcular o troco do hambúrguer, somar o salário dos dois empregos, subtrair do dia a jornada de até 15 horas, dividir a casa de quatro quartos entre cinco e multiplicar as esperanças após a fuga de um país devastado para a terceira maior cidade do estado mais rico do Brasil. E eles não são os únicos. Com a educação em crise, agentes de ensino ajudam a engrossar as estatísticas de imigrantes haitianos no interior de São Paulo.

[...] À exceção das mulheres, todos os moradores da espécie de república dos haitianos em Campinas têm dois empregos para conseguir pagar as contas e ainda enviar ajuda à família. O dia para eles começa antes de clarear, repondo estoque em um supermercado, e só termina depois que escurece, vendendo hambúrguer na lanchonete. A rotina, admitem, não é fácil, mas eles sorriem mais do que reclamam e, na medida do possível, ainda se empenham para conseguir trazer os amigos e parentes que deixaram na terra natal. (matéria 40)

Em 2012, na editoria de Economia, o G1 noticiou a contratação de cerca de 40 haitianos por uma empresa de construção civil de Cuiabá. Na época, o gerente entrevistado disse que se sensibilizou com a causa através de reportagens e que esse recrutamento era vantajoso “porque alia a oportunidade de ajudar os refugiados a uma solução para parte do problema de

escassez de mão-de-obra que atinge o setor da construção civil”. Ele afirma ainda que seriam dados os mesmos direitos que recebem os trabalhadores brasileiros da categoria, criando um sentido de igualdade de direitos trabalhistas. Além de salário e carteira assinada, teriam moradia e alimentação (matéria 11). Essa é apenas uma de outras iniciativas relatadas pela reportagem. Com a grande procura, a secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre pediu que fosse fiscalizada as relações trabalhistas entre empresas e haitianos contratados para atuar em outros estados.

Em retranca, outro empresário conta que alguns dos funcionários haitianos contratados já haviam deixado a empresa por falta de adaptação, mas mesmo assim pretende contratar outros, já que o custo é mais barato do que para contratar brasileiros. No discurso o sentido presente não é de desvalorização da mão de obra haitiana, mas de compensação que poderia beneficiar ambas as partes.

Ele afirma que o custo por trabalhador ficou mais barato para a empresa e, de julho do ano passado para janeiro deste ano, caiu de R\$ 1500 para R\$ 850 por funcionário haitiano. Ele estima que, de lá para cá, a empresa tenha investido um total de R\$ 45 mil. "Montamos casas "onde os funcionários se organizam em repúblicas), compramos mobília, roupa de cama, cobertor". (matéria 11)

Enquanto setores de construção civil reclamam da falta de mão de obra, um casal paulista que contratou um haitiana como auxiliar de enfermagem, justificou a escolha por uma estrangeira com a seguinte frase: “Como os brasileiros não estão querendo trabalhar, eu decidi vir aqui” (matéria 49). Em outra matéria, o secretário Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre (PR) chegou a enfatizar que as vagas de emprego na cidade “estão abertas para toda a população e nenhuma delas é de exclusividade dos imigrantes, como muitos falam. O problema é que não houve interessados" (matéria 88). Nesses trechos há não só a criação do sentido de que o haitiano seria mais trabalhador que o brasileiro, como também que aceita empregos que seriam rejeitados pela população local, suprimindo a falta de uma mão de obra necessária.

Na 17ª reportagem, o portal observou um grande deslocamento de imigrantes (1.900) para regiões do Brasil com maior oferta de emprego, como o Sul, enquanto outros (1.800) enfrentavam dificuldades de se manter empregados no Amazonas. Chama a atenção o fato de que, nesta matéria, os haitianos ainda são colocados como “refugiados”.

Padre Valdeci Molinari afirmou que mais da metade do grupo de refugiados que permaneceu na capital amazonense conseguiu emprego formal. Porém, a alta frequência de rotatividade no quadro de funcionários das empresas manauenses, tem afetado a permanência dos trabalhadores haitianos nos postos de trabalho. [...] “Não

sei que mal existe nas empresas de Manaus que o trabalhador não consegue se firmar no trabalho", destacou o religioso." (matéria 17)

Em 2017, uma nova reportagem reforça a necessidade de haitianos trabalharem no mercado informal para se sustentar em Manaus (AM). Na paróquia da região, chegaram inclusive a criar um empreendimento para empregar algumas dezenas de imigrantes.

"Até aumentou o número de haitianos trabalhando informalmente. Em vista disso, fizemos um trabalho na Paróquia e criamos uma fábrica de picolés. Hoje, temos 90 haitianos que vivem com renda da venda desses picolés. Tem uma quantidade grande vendendo água e banana frita na rua. Então, há um grupo muito grande dentro do trabalho informal com venda de frutas e verduras em feiras. Creio que hoje são 350 haitianos que vivem em função do trabalho informal", revelou padre Valdeci Molinari. (matéria 123)

A situação é mais difícil quando se trata de mulheres. Em duas reportagens é ressaltado o preconceito de gênero no mercado de trabalho. Em Porto Velho (RO), uma haitiana entrevistada relata, inclusive, que ela e a prima vendem doces nas ruas e ônibus, enquanto o primo vende picolé e os três dividem as despesas com aluguel e luz. "Foi o único trabalho que consegui. Como pouco aqui para mandar algum dinheiro para meus filhos no Haiti. A situação não é fácil e saudade deles é muito grande", contou (matéria 17).

"As mulheres estão tendo muita dificuldade de conseguir emprego. Do grupo requisitado pelas empresas de fora não teve solicitação para contratação de haitianas. Também em Manaus não há procura pela mão de obra das mulheres, a que tinha antes era para a área do trabalho doméstico, mas em virtude das dificuldades com o idioma e os costumes, não houve absorção no mercado. Por isso, cerca de 180 haitianas desempregadas atualmente", ressaltou padre Valdeci Molinari. (matéria 17)

Já em Cuiabá (MT), o grande atrativo para os mais de 2 mil haitianos na cidade, foram as construções para a Copa do Mundo, que empregou a maior parte desta população, segundo o G1. O governo do estado teria inclusive profissionalizado mais de 100 haitianos em cursos de pedreiro e aplicação de revestimento cerâmico, do programa "Copa em Ação". Porém, os imigrantes estavam preocupados com a conclusão das obras e a possibilidade de desemprego.

Em algumas reportagens, o G1 informa contratações até mesmo na área de formação, e quais são as áreas de interesse dos haitianos entrevistados. Segundo as matérias, "os imigrantes passam o dia esperando uma oferta de emprego" (matéria 50), há matérias que mostram empresários buscando por funcionários (matéria 75), outra descreve a organização das pessoas quando são ofertadas vagas:

Cada proposta de emprego que os padres apresentam ao grupo mobiliza dezenas de imigrantes. Eles escutam a descrição atentamente e entregam o passaporte para demonstrar o interesse. Ricardo Assainth, 18 anos, tenta organizar os colegas, traduzir as informações e reunir os documentos dos interessados nas vagas. (matéria 49)

Além do governo proporcionar a documentação necessária aos imigrantes, inclusive carteira de trabalho, em 2015, o Ministério Público do Trabalho (MPT) informou que os imigrantes deveriam ser cadastrados no Sistema Nacional de Emprego (Sine) para evitar que aceitem empregos em situação análoga a de escravidão. Segundo o ministro, 75 inquéritos civis em tramitavam na época, investigando as condições de trabalho de imigrantes haitianos em diversos estados. Segundo eles, os critérios para que as empresas - que iam ao Acre em busca de mão-de-obra - contratassem era “idade, porte físico, espessura da canela e condições da genitália”, características que historicamente eram valorizadas no comércio de escravizados e apontam para o racismo e a crença de que seria legítima uma dominação racial e de classes. O problema, segundo o ministro, seria uma consequência de falta de sistema e controle.

Cutrim diz que não há explicação para esse tipo de exigência. "Do ponto de vista científico não há embasamento nenhum. Parece que era a mera vontade de discriminar e selecionar. O que se percebia é que os abrigos mais pareciam senzala do século XIX. Eram os mesmos métodos de contratação", afirma (matéria 78).

Outra questão que pode ser interpretada como traços dessa memória escravocrata são as acomodações: separar um quarto na casa para que o profissional more, é possível presumir que o trabalhador estará à disposição da família, sem horários devidos de descanso. “A mulher dele, Natalina Ferreira, disse que está disposta a ajudar na adaptação da nova empregada. [...] O casal vai separar um quarto com banheiro para alojá-la.” (matéria 49). Ao mesmo tempo, como citado anteriormente, algumas empresas constroem casas para reduzir os custos com o salário do trabalhador, sendo patrões e anfitriões ao mesmo tempo, que detêm o poder de assalariar, alimentar e ofertar moradia, causando dependência.

Nas editorias de economia, política e até local, o G1 chegou a divulgar levantamentos do número de haitianos empregados em comparação com outros imigrantes, sobretudo venezuelanos. Segundo relatado, em 2018, apenas do aumento de emissão de carteira de trabalho para venezuelano, eram as pessoas naturais do Haiti que lideravam o ranking de “movimentação de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal”. A nacionalidade ocupava 61% das vagas preenchidas por imigrantes, mas não ficou claro que atividade desempenhavam (matéria 131). A tendência, porém, era de que as posições se invertessem, com o aumento da entrada de venezuelanos no país, em com o recente fluxo migratório (matéria 141). Já em Rondônia, os haitianos ocupavam, em 2019, “29 vagas de gari-coletor na empresa responsável pela coleta de resíduos de Porto Velho. Já de venezuelanos há três vagas da mesma função ocupadas” (matéria 140).

5.2.6 Imagem do Brasil no exterior

Através da leitura das reportagens do portal G1, é possível perceber que os motivos para que os haitianos tenham optado pelo Brasil como seu principal destino são diversos. A imagem ressaltada é de que, na época do início da imigração, o Brasil era “uma potência, com economia estável e facilidade para conseguir emprego, além de ter um povo muito acolhedor”, observou um padre de Tabatinga (matéria 6). Economia e hospitalidade, são os principais fatores expostos pelo portal, ideias que continuaram sendo construídas através dos textos publicados.

Em visita ao Haiti, em 2012, a própria presidente da época, Dilma Rousseff, ressaltou que o Brasil continuaria cooperando “para criar para os haitianos condições de vida melhores no próprio Haiti. Deixei claro, no entanto, que como é da natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil” (matéria 14). Até mesmo em reportagem mais recente, de 2019, discursos parecidos são replicados, ressaltando os sentidos de país hospitaleiro, miscigenado e inclusivo.

"Fico feliz em ver que o Brasil continua sendo um país receptivo entre os imigrantes. Reflete o caráter da nossa nação, do nosso país. Um país formado por imigrantes que vieram da África, da Europa, além da população nativa, indígena", disse o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. (matéria 141)

Mas não é só de discursos que se construiu esta imagem para o povo haitiano, mas também através da presença de tropas brasileiras durante a Missão de Paz da ONU, comandada por um general brasileiro. O próprio militar compartilha desta opinião, ao observar que existe no imaginário haitiano o sentido de que o Brasil seria um país acolhedor.

A explicação mais comum para esse desejo é que a ação das tropas do Exército brasileiro, que desde 2004 está no país em missão de paz da ONU, mostrou que o povo brasileiro é "bon bagay", que significa "gente boa" em créole, o dialeto local. Eles dizem ver o Brasil como um país que os acolherá bem e com perspectivas de conseguir emprego fácil, sem o risco de serem deportados.

[...] "A presença do Brasil aqui mostrou ao haitiano assim: 'poxa, se eles me tratam bem aqui, em princípio eu vou ser bem recebido lá'", acredita o general. "A presença da tropa brasileira aqui deve ter sido, sem dúvida, um incentivo para que um dos lugares que eles buscassem refúgio e apoio fosse o Brasil". [Fala do general Edson Leal Pujol] (matéria 27)

Na intenção de ilustrar a relação entre militares brasileiros e a população haitiana, a reportagem descreve algumas situações observadas.

“Nas ruas de Porto Príncipe, a capital haitiana, é fácil encontrar adultos e crianças que falem algumas palavras em português. Nas regiões periféricas da cidade,

militares fazem ações sociais e brincadeiras lúdicas, distribuem água potável e comida, ensinam crianças a escovar os dentes, pintar, desenhar.” (matéria 27)

Há também, entre depoimentos de haitianos entrevistados, uma expectativa de igualdade e irmandade, considerando a origem comum dos dois povos descendentes de africanos: “Temos costumes parecidos, somos da mesma cor. O Brasil é nosso irmão mais velho que deu certo”, disse uma haitiana (matéria 27). A mesma personagem também alega dificuldade de acessar território estadunidense sem risco de deportação.

A reportagem reuniu pelo menos outros quatro depoimentos de haitianos que enfatizavam o desejo de morar no Brasil. Nos relatos, contrapunha a fome, a miséria e a falta de emprego no Haiti com a prosperidade econômica e hospitalidade brasileiras. Também ressaltaram o futebol brasileiro como motivo de paixão e um personagem até afirmou que quererem ir para o Brasil era algo óbvio. “É como perguntar para quem está com fome se quer comida. É meio óbvio. Adoramos o Brasil, eles nos ajudaram muito”, disse.

Segundo uma das três reportagens feitas pelo G1 no Haiti, a convite do Ministério da Defesa brasileiro, a preferência pelo país independe de classes sociais.

Tanto nas longas filas que se formam em frente à embaixada do Brasil, em um bairro nobre de Porto Príncipe, até as comunidades pobres e violentas da capital haitiana, como Cité Soleil, o desejo dos moradores é unanimidade: todos querem ir para o Brasil. (matéria 27)

Ao longo da cobertura, porém, é possível perceber algumas quebras de expectativa. Além das decepções que alguns haitianos relatam, como: “Aqui é pior que o Haiti, mas acho que ainda não estou no Brasil. Tabatinga não é Brasil, Manaus é”, e “Saímos de uma desgraça e encontramos outra aqui” (matéria 4), outras fontes também ressaltam que o Brasil foi superestimado. Em São Paulo, um padre responsável pelo acolhimento de haitianos disse, em matérias produzidas em dois anos diferentes, que acredita haver uma projeção exagerada do Brasil no Haiti. “Eles [haitianos] vêm sempre na esperança de crescer na vida. A informação que eles recebem é de que temos muitos empregos”. “Muitos acham que vão vir para ganhar US\$ 2.000. E as empresas que os contratam oferecem entre R\$ 900 e R\$ 1.100”, observa (matérias 47 e 78). Em 2015, ele ressaltou ainda que os haitianos não sabiam da crise econômica pela qual o país passava, situação diferente daquela vivida no início do fluxo migratório.

Essa percepção da crise só foi noticiada em meados de 2016, quando o G1 publicou uma reportagem informando que “Muitos haitianos que vieram para o Brasil usando o Acre

como rota de entrada no país estão fazendo o caminho inverso.” Segundo a matéria, alguns planejavam voltar ao Haiti, visitar parente e seguir para os países do México, Estados Unidos e Canadá.

A crise que o Brasil vive é o principal motivo para os haitianos deixarem o país. O taxista Josué Lima diz que muitos dos imigrantes que transporta diariamente, que desembarcaram no aeroporto de Rio Branco, contam que vão para casa ou vão tentar a sorte em outros países.

"Eles vão todos os dias e a conversa é sempre a mesma: que o Brasil está ruim, que precisam mandar dólar para a família e o câmbio do real é muito fraco. Então, eles procuram países que paguem melhor e principalmente em dólar", afirma Mourão. (matéria 117)

5.2.7 Preconceito

Em algumas reportagens, o preconceito aparece no portal G1 como quebra de expectativa e está no próprio discurso do repórter. Em uma tentativa de mostrar o acolhimento dos imigrantes haitianos pelos moradores de Tabatinga (AM), foi dado o seguinte título “Moradores ajudam e até elogiam haitianos no Amazonas”, como se elogiar fosse algo inesperado (matéria 9).

O questionamento sobre se algo é preconceito ou não também apareceu quando foi feito um abaixo-assinado contra a presença de imigrantes nas cidades de Brasília e Eritaciolândia. Além de negar o racismo, o estudante autor da iniciativa que, segundo a fotografia apresentada na reportagem, é um homem branco, justificou: "Meu pai é de origem africana, de forma alguma é preconceito" (matéria 41). Ele não negou, porém, a xenofobia.

Outra acusação de preconceito na mídia aconteceu após uma nota da secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, dizendo que a transferência de haitianos do Acre a São Paulo havia sido uma medida "irresponsável e inconsequente" do governo acreano. O governador do Acre, por sua vez, respondeu via redes sociais, acusando as elites paulistas de serem preconceituosas e quererem higienizar a cidade. Seu texto foi colocado na íntegra por meio de foto e destacado um trecho no texto, ao contrário da nota da secretária.

"As elites preconceituosas querem o quê? Que prendamos essas pessoas? Que não as deixemos encontrar pais, mães e esposas que já estão no Brasil? O 'andar de cima' das elites, parece mesmo querer, em pleno século XXI, assegurar seus territórios livres de imigrantes do Haiti?", questiona. (matéria 48)

O racismo também aparece associado ao trabalho, quando o Ministério Público do Trabalho expõe casos de discriminação na escolha de funcionários, que remetem a comportamentos comuns na época da escravidão de africanos e descendentes no Brasil.

O procurador-chefe do MPT diz que durante a investigação foi detectado casos de empresas que iam ao Acre para contratar imigrantes e os selecionavam pela idade, porte físico, espessura da canela e condições da genitália. [...]

Cutrim diz que não há explicação para esse tipo de exigência. "Do ponto de vista científico não há embasamento nenhum. Parece que era a mera vontade de discriminar e selecionar. O que se percebia é que os abrigos mais pareciam senzala do século XIX. Eram os mesmos métodos de contratação", afirma. (matéria 78)

Em outra reportagem, o G1 tratou do racismo como assunto principal, ao relatar a ação de um cliente contra um frentista em um posto de gasolina em Canoas (RS). A equipe do G1 teve acesso ao vídeo e reproduziu a fala do agressor ao haitiano, em tom de ironia e arrogância.

"Você é um cara de sorte, irmão. Aqui tem um dos milhares de haitianos trazidos pelo governo comunista da Dilma Rousseff enquanto milhares, só no mês passado, de brasileiros, perderam o emprego no Brasil. Parabéns, irmão, você é muito competente. Aqui no Brasil, são todos incompetentes", diz o homem na filmagem. (matéria 82)

Quando entrevistado pelo G1, o autor do crime, porém, disse que sua atitude não foi xenofóbica ou racista. Além de acusar um complô comunista, ele acusou os imigrantes de serem bandidos invadindo o Brasil, se colocando em uma posição de defesa do território e nação brasileiros, "sua casa".

"Não tenho problema com estrangeiros que venham para cá para trabalhar", afirmou. "Temos dois, três anos de acolhida do governo esquerdista do Foro de São Paulo a cidadãos haitianos, venezuelanos e cubanos dentro do Brasil. O objetivo dos caras é tomar a América Latina toda para criar a 'Pátria Grande'. Isso é documentado dentro do Foro de São Paulo", justificou. (matéria 82)

"Não é nem um receio, é um cuidado. Se a sua casa está recebendo pessoas e, entre elas, você sabe que existe grande possibilidade de que existem bandidos, como você vai tratar isso? Vai perguntar. Foi o que fizemos. Isto é jornalismo investigativo, ou melhor, jornalismo de emboscada", disse.

Essa matéria gerou ainda três suítes, que trouxeram a acusação e sentença do crime de xenofobia. Na primeira delas, o policial que fez o boletim de ocorrência, afirmou que, ao ver o vídeo, observou "um delito de preconceito de origem nacional. É um crime, independente de posição política ou ideológica, existe um delito. E é um delito grave". A fonte reflete ainda sobre a exposição dos vídeos nas redes sociais, o que levaria a um debate de ideias, como é comum da democracia, mas é agravado por ter "saído do campo ideológico" - com agressão direcionada a uma vítima (matéria 85).

O portal também procurou pelo haitiano que foi vítima no vídeo e, apesar de não estar à vontade para comentar o caso, afirmou que sofreu xenofobia. O restante da reportagem focou em lembrar o caso e contar a história do haitiano, descrevendo o personagem. (matéria 86). Três anos depois, o G1 fez uma nova matéria, informando a condenação tanto do homem que aparecia no vídeo agredindo verbalmente, quanto o outro que filmou.

"Dispensável qualquer justificativa para o teor do vídeo produzido e divulgado [...] Longe de apenas chamar a atenção para problemas sociais como desemprego e imigração, seja ela legal ou ilegal, os réus expuseram as pessoas (antes de imigrantes) à situação altamente vexatória, constrangedora, discriminatória, em razão de sua nacionalidade", disse a magistrada em trecho de sua sentença. (matéria 130)

Em 2016, o G1 entrevistou um haitiano que foi reconhecido com uma bolsa de estudos para estudar teatro em São Paulo. Através da arte, sua intenção era combater o racismo e mostrar seu corpo como um meio para conscientizar sobre o direito de igualdade. "Acho que é mais forte deixar a minha pele exposta. Eu sou negro, somos todos humanos. Quero muito que as pessoas olhem como somos todos iguais", conta. Em seu depoimento, o personagem conta que, com o racismo que sofreu no Brasil, já teve vontade de retornar ao Haiti. A reportagem expõe como o preconceito no Brasil vai muito além da xenofobia, mas questiona a contradição de um país negro ter o racismo institucionalizado.

Casimir conta a dificuldade que tem, como negro e estrangeiro, de pedir informações na rua. "As pessoas me veem e já saem correndo. Eu não entendo. O Brasil é um país negro. Como isso acontece? No Haiti, nunca passei por isso. É vergonhoso para mim. No Haiti não existe diferença de cor." Para ele, seria (somente) xenofobia se ao menos o deixassem falar. "Mas não consigo nem perguntar. É racismo. É triste, e dói, dói profundamente." (matéria 118)

Com o fluxo também de venezuelanos, em 2018, o G1 apurou no Amazonas como ocorre a diferença de tratamento entre as duas nacionalidades. Segundo a reportagem, houve uma maior tolerância e acolhimento de haitianos, por influência de diversos fatores que minimizaram ou combateram o preconceito na região. A comparação deixa claras as condições em que os imigrantes seriam ou não bem-vindos. À essa altura, anos após a chegada dos haitianos ao Brasil, sua aceitação pela população brasileira é considerada "mais fácil", o que contradiz os discursos anteriores.

As barreiras com idioma e culturais fizeram com que os indígenas passassem a pedir esmolas para sobreviver em Manaus. A mendicância dos indígenas venezuelanos foi alvo de críticas por parte da população manauara, situação foi oposta à encontrada pelos haitianos.

"Os haitianos tiveram mais facilidade de aceitação, tanto pela característica e pela época que chegaram. A chegada deles foi no período que o país buscava mão-de-obra. Eram empresas do Sul do Brasil que vinham correndo atrás para

contratar os haitianos. A migração é sempre assim, quando há uma necessidade de mão-de-obra são bem recebidos, mas quando começa a faltar começa a questão da discriminação. Esse é o contexto da realidade migratória. (matéria 123)

A última matéria que aborda o preconceito é publicada em 2018, mostrando a iniciativa de estrangeiros que expuseram, através de cartazes, o preconceito que sofrem por brasileiros. Diversas frases foram mostradas através de fotografias, e o próprio texto replicou alguns protestos, entre elas, de haitianos.

“O problema que eu tenho, às vezes, é que alguns brasileiros tratam nós haitianos muito mal. Eles não nos entendem, mas tem aqueles que nos respeitam muito”, diz um dos cartazes.

“Trabalho na construção civil todo dia tem uma pessoa que fica bravo comigo e falou para mim que não gosta de preto”, diz trecho. (matéria 132)

6. Considerações finais

Durante a análise, percebemos que muitos dos sentidos produzidos e reproduzidos nos discursos acerca da imigração haitiana ao Brasil nos dos dois portais coincidem. Do ponto de vista discursivo, portanto, podemos dizer que as coberturas tendem à paráfrase, à aproximação no que tange à produção de sentidos. Mas há algumas diferenças que devem ser levadas em conta, tendo como resultado deslocamentos importantes, e que nos soaram polissêmicos.

A BBC News Brasil tem uma característica de produzir matérias mais extensas de análise e reflexão, que dão voz a estudiosos, autoridades, mas também à própria população e aos imigrantes. O número reduzido de matérias ao longo dos nove anos analisados já demonstra uma produção jornalística mais seletiva e com mais tempo de apuração. As matérias dão espaço tanto à contextualização, quanto à denúncia e os discursos são menos alarmistas do que reflexivos.

As reportagens cobrem tanto o sofrimento haitiano e a marginalização desses imigrantes, quanto os panoramas e decisões do Estado, e a receptividade da sociedade brasileira. A pluralidade de fontes, a forma como se deu a cobertura das situações de "crise", "conflito" e "direitos humanos" apontam para uma produção jornalística mais próxima do conceito de Jornalismo para Paz. Porém, são raras as pautas positivas, que abordam soluções criativas, valorização cultural ou de superação das dificuldades apontadas, por exemplo.

Apesar de pecar no quesito “criatividade”, é marcante a atuação da BBC na resolução de problemas gerados pelas decisões de controle de fluxo de imigrantes: como quando o

portal conta a história de dezenas de haitianos presos nas fronteiras e a reportagem leva à ação das autoridades em prol dessas pessoas.

Sua narrativa também é bastante marcante na defesa dos direitos humanos, gerando empatia. E geralmente os sentidos negativos são reproduzidos em tom de denúncia, como as questões de preconceito. É uma apuração um pouco mais crítica, mais analítica, sobre o comportamento da sociedade e a atuação do Estado ante os haitianos. E nem sempre essas denúncias partem do factual, mas sim da observação do cotidiano que geram as reportagens "frias".

Nos discursos da BBC News Brasil, os sentidos sobre os haitianos apontam que estes são pessoas que migram para escapar da vida que levavam na terra natal, e vêem o trabalho como meio de sobrevivência, de ajudar a família e ter qualidade de vida. Mas suas oportunidades são limitadas pelo preconceito, pelas barreiras da língua e pela ilegalidade que os rotulam. Os sentidos passam a ideia de que a vida é mais difícil para imigrantes pobres, ilegais e negros no Brasil. Em alguns momentos são vistos como humanos ou pessoas vulneráveis à exploração, em outros como ameaça, alguém que gera repulsa, um risco para a saúde e a segurança, um competidor no mercado de trabalho.

Já o Haiti é visto como um país de pobreza, desigualdade social, conflito, instabilidade política e criminalidade. Além disso, é visto como um país inferior ao Brasil, o que é refletido na imagem da população que sofre com xenofobia. São esses os sentidos negativos reproduzidos em tom de denúncia.

O alto fluxo de imigrantes haitianos, por serem ilegais e não haver estrutura adequada, preparo e apoio para recebê-los, leva ao sentido de crise. A superlotação, a insalubridade, o inchaço dos serviços públicos, a ocupação do espaço público pelo outro, que não contribui economicamente ou não se encaixa nos padrões exigidos.

O Estado é visto como uma instituição de controle dos corpos, aquele que vigia, que determina o legal e o ilegal, que pune, protege e é também burocrático, tornando mais difíceis os processos que garantem a cidadania aos haitianos. Ao mesmo tempo, o Estado também tem papel assistencialista, quando são reivindicados os direitos humanos. Sua atuação é chamada de "ajuda humanitária". Esses sentidos também estão presentes na cobertura do G1.

Já a "legalidade" significa "segurança e dignidade". A ilegalidade, por sua vez, tem o peso da dificuldade de encontrar trabalho, se deslocar pelo país e ser aceito na sociedade,

além de poder ser relacionado à criminalidade, mesmo quando faltam provas, apenas com base no preconceito.

Observamos ainda os atrativos que levaram os haitianos a escolherem o Brasil como destino. Em ambos os portais é reproduzida e contestada a imagem externa de que o Brasil é um país amigo, hospitaleiro, protetor e em período de prosperidade econômica. A imagem é quebrada com a pouca estrutura com que as cidades e governos brasileiros recebem os imigrantes, além da instabilidade política e econômica que toma o país posteriormente. A decepção com a qualidade de vida que encontram no Brasil é relatada com mais clareza pelo G1, inclusive através do depoimento dos próprios haitianos que se sentem decepcionados e marginalizados.

Já o portal G1 é marcado sobretudo pelas matérias factuais, “quentes”, o que implica em apurações mais rápidas e, por vezes, incompletas, abordando apenas um dos lados da questão. O alto número de matérias também implica em repetições de informações, na intenção de reforçar, relembrar ou mesmo de preencher espaço de notas curtas, escritas apenas para noticiar algum tipo de atualização.

Além disso, um grande número de fontes ouvidas são autoridades, como policiais e políticos. Quando os haitianos são ouvidos, costumam ser falas curtas e superficiais, que destacam sobretudo sua marginalização, exceto em reportagens estilo perfil. Já das vezes em que foi ouvida a população local que recebeu esses haitianos, predominavam as reclamações.

Em algumas reportagens, o próprio discurso jornalístico soou preconceituoso ou agressivo, e não era raro o uso de tom alarmante. Em alguns momentos a apuração jornalística até se aproximou do Jornalismo para Paz. Mas também pode ter contribuído para a formação de um pânico moral, por conta do alto número de vezes e da forma como foram apresentados os sentidos negativos acerca dos imigrantes haitianos.

A atualização constante dos números de imigrantes que cruzavam a fronteira, dados esses avaliados por fontes oficiais, alarmando sobre a chegada descontrolada e a possível sobrecarga dos serviços públicos são fatores que podem causar esse medo do outro. O sentimento de ameaça, de que o outro está rompendo com a ordem, ainda que não seja por meio da violência.

Em alguns momentos pode parecer que a origem desse pânico vem das próprias autoridades, outras vezes que reflete as preocupações dos próprios habitantes. Mas o fato é

que o assunto tomou espaço na mídia recorrentemente e o negativo foi o que sobressaiu, sobretudo nas narrativas veiculadas no norte do país, próximo à fronteira, onde tudo começou.

Isso não significa que a questão da imigração não deveria ser noticiada, mas os ângulo das reportagens poderiam ter sido mais diversos. Predominaram os cenários de crise, conflito, de combate à entrada ilegal de imigrantes e a marginalização dos haitianos. Em alguns momentos houve narrativas de humanização, com personagens mais aprofundados e uma imagem mais positiva do imigrante, porém dificilmente não estava atrelada aos sentidos de falta de oportunidade ou desvalorização do trabalho, pobreza ou preconceito. A consequência da produção e reprodução desses sentidos é a estereotipia de todo um povo, onde poucas pessoas seriam vistas como exceção.

No portal G1, a descrição do perfil dos haitianos é muito mais extensa, destacando dados demográficos, motivos diversos sobre a vinda ao Brasil, o que sofreram no Haiti e as formas como atravessaram a fronteira. O sofrimento em território brasileiro também é muito presente, com entonação de drama e vitimização mais explícita do que nos relatos da BBC News Brasil. Os sentidos de desespero e sobrevivência, assim como a quebra de expectativa que parte de um preconceito são constantes.

Em sua maioria, os abrigos são vistos como ambientes de assistência, mas também de precariedade e superlotação. Há a denúncia do Estado pouco atuante, o que leva às instituições de caridade a cumprirem com as funções assistenciais de forma voluntária.

Abordando a imigração ilegal atrelada à criminalidade, o portal chega a divulgar dados demográficos daqueles que imigram por vias ilegais, o que pode ser visto como uma espécie de estatística criminal. Há ainda um julgamento moral evidente quando se compara a entrada ilegal e legal como se fosse uma escolha não circunstancial.

Quando se trata de crise, os sentidos reproduzidos pelo portal G1 ressaltam sobretudo a ameaça à saúde, a concorrência no mercado de trabalho e o gasto excessivo de dinheiro público com os imigrantes. A crise é intensificada não só pelas falas de autoridades, mas pelo sentido de conflito criado através do discurso de insatisfação popular. Em suas falas, os habitantes justificam suas reclamações na falta de ordem social, negando a existência de qualquer preconceito. O conflito entre governos, que empurram de um para outro a responsabilidade pelos imigrantes, intensificando o sentido de transtorno administrativo e político, também é mais evidente no portal G1.

Quando o tema é trabalho, a cobertura do portal G1 é bastante extensa e diversa, tendo sido mais humanizada em algumas reportagens. Ela trata tanto da dificuldade dos diplomados em conseguirem emprego na sua área, quanto da necessidade de haitianos ocuparem postos de subemprego e empregos pouco remunerados. Algumas reportagens abordam "soluções" para a inserção de haitianos no mercado de trabalho, o que lembra a criatividade proposta pelo Jornalismo para Paz visando a solução dos problemas/conflitos. Porém, também emergem os sentidos de trabalho análogo a escravo ou que retomam memórias da escravidão, além da desvalorização da mão de obra haitiana. A denúncia de preconceito de gênero no mercado de trabalho também está presente.

Apesar de citar o preconceito de gênero, na cobertura do G1 são muito mais comuns as questões de racismo e xenofobia. Ao contrário da BBC News Brasil, não foram encontradas referências a preconceitos religiosos.

Pelo grande número de reportagens que abordam a imigração ilegal enquanto crise e enquanto oportunidade para o crime de terceiros (coiotes e falsários), os sentidos negativos da imigração são os que mais predominam em ambos os portais. Porém, considerando que apenas uma parte das reportagens do portal G1 foram analisadas, enquanto as reportagens da BBC News Brasil foram lidas em sua totalidade, é possível supor que esses sentidos se repitam mais vezes na cobertura do G1, o que pode intensificar essa imagem negativa da imigração.

Tomando como base os conceitos de Roberto Esposito, podemos fazer ainda mais algumas considerações sobre os sentidos que envolvem a tríade: imigrantes haitianos, população brasileira e Estado. Em condições ideais, os habitantes locais, enquanto recepcionistas, precisariam abrir mão de sua exclusividade para dividir o espaço, os recursos, as oportunidades de emprego e os serviços públicos com o outro, criando um senso de comunidade que permitisse a inserção desses imigrantes na comunidade.

As narrativas ressaltam, porém, a resistência, o medo provocado pelo preconceito, mas não apenas isso. Em geral há um sentido de imunidade, a necessidade de controlar o fluxo de entrada de imigrantes para minimizar a ameaça que esse grande contingente de pessoas vindo de outra nacionalidade poderia representar. A necessidade que a comunidade tem de se imunizar contra aquele que vem de fora para preservar o que é "seu", gera um conflito entre "nós" brasileiros e os "outros", haitianos.

O Estado intervém tanto para preservar a sociedade nacional dessa possível ameaça, quanto para preservar a vida do imigrante na fronteira ou dentro do país, em um claro controle sobre os corpos. Ele determina aquele que tem o direito de entrar e a forma como deve entrar, e ainda determina aquele que deve ser expulso caso represente uma ameaça. A entrada legalizada permite a fiscalização, o maior controle, enquanto a entrada ilegal significa que não houve controle, ou controle suficiente, e isso precisaria ser contornado. Se há criminosos que facilitam essa entrada ilegal, os esquemas devem ser investigados e os transgressores punidos.

O Estado também busca formas de combater a insegurança a que os haitianos são expostos na imigração ilegal, como um meio de proteção à vida. Ao chegarem ao Brasil, a providência de documentos nacionais é o que garante a inserção dos haitianos na comunidade brasileira, do ponto de vista do Estado, além de ser uma forma de se ter controle sobre esses corpos.

Ao mesmo tempo, o Estado também busca formas de prevenir os problemas que a chegada em massa de haitianos poderia provocar para a ordem social. A dispersão dos haitianos para outros estados e municípios como forma de desafogar o serviço público das pequenas cidades de fronteira é uma dessas medidas. A ameaça é contornada pelo controle, assim como é pelo controle que se faz a manutenção da ordem.

No fim das contas, a imagem que fica da população brasileira é ambígua, ao quebrar algumas expectativas enquanto reafirmam outras. O que determina sua imagem está tanto no seu próprio discurso, reproduzido pela imprensa, quanto nas ações relatadas por ela. Há aqueles que ajudaram o outro e há aqueles que o afastaram. Ao significar os imigrantes haitianos, a população brasileira se significa ao mesmo tempo como acolhedora e intolerante.

Diante desta análise, espero que a pesquisa permita o maior entendimento a respeito do impacto da produção de discursos pelo jornalismo sobre as relações sociais e políticas. O jornalismo tem um papel importante na propagação de informações, conscientização e educação da população, mas a consequência é muito maior do que isso.

O jornalismo é responsável por produzir e reproduzir imagens sobre a realidade e contribuem - não de forma exclusiva - para a formação do imaginário público. E isso acontece com base em uma seleção de informações durante a apuração, na escolha das fontes, na escolha do que será publicado e como será publicado.

É preciso refletir sobre como os fatos são discutidos pela imprensa, de forma que não se crie o medo do outro, alimentando os conflitos. Mas sim de forma a promover o diálogo e a convivência pacífica, respeitando as diversidades e recebendo o outro como um igual, não como alguém diferente, alguém perigoso.

Isso significa apurar e escrever com consciência, algo que exige tempo, e vai de encontro à pressa que os hábitos do público, as novas tecnologias e a concorrência impõem à profissão. É preciso repensar como nós, jornalistas, desejamos contribuir para a sociedade.

NOTAS

¹ Graduanda no curso de jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

² Orientador, Doutor em Linguística pela UNICAMP, Professor de Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

³ Dados disponíveis no site do Centro Regional de Informações das Nações Unidas (UNRIC) em <https://www.unric.org/pt/actualidade/32376-numero-de-migrantes-continua-a-aumentar>, acessado em 15 de maio de 2019.

⁴ Dados disponíveis no site do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em <https://www.acnur.org/datos-basicos.html>, acessado em 17 de maio de 2019.

⁵ BIONDI, Luigi - Imigração - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/IMIGRA%C3%87%C3%83O.pdf>, acessado em 17 de maio de 2019

⁶ IBGE, Censo Demográfico 2010, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/24007?detalhes=true>, acessado em 29 de maio de 2019

⁷ IBGE, Censo Demográfico 2018, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>, acessado em 29 de maio de 2019

⁸ “O fluxo de imigração ao Brasil desde a chegada dos portugueses” - Jornal Nexo, disponível em <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/06/11/O-fluxo-de-imigra%C3%A7%C3%A3o-ao-Brasil-desde-a-chegada-dos-portugueses>, acessado em 29 de maio de 2019.

⁹ “Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos; somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE” - G1, disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-cerca-de-308-mil-imigrantes-venezuelanos-soment-e-em-2018-chegaram-10-mil-diz-ibge.ghtml>, acessada em 29 de maio de 2019

¹⁰ “50% da população brasileira considera negativa a vinda de trabalhadores estrangeiros para o país” - IBOPE 2016 disponível em <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/50-da-populacao-brasileira-considera-negativa-a-vinda-d-e-trabalhadores-estrangeiros-para-o-pais/>, acessada em 29 de maio de 2019

¹¹ “Pauta de prioridades de Bolsonaro gera interesse em poucos brasileiros” - Datafolha, disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1986014-pauta-de-prioridades-de-bolsonaro-gera-interesse-em-poucos-brasileiros.shtml>, acessado em 29 de maio de 2019

¹² “68% dos brasileiros que tomaram conhecimento da crise venezuelana defendem chegada de refugiados” - Datafolha, disponível em

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987729-68-dos-brasileiros-que-tomaram-conheciment-o-da-crise-venezuelana-defendem-chegada-de-refugiados.shtml>, acessado em 29 de maio de 2019

¹³ “Dados sobre refúgio no Brasil” - ACNUR, disponível em <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>, acessado em 01 de junho de 2019

¹⁴ “Brasileiro despreza identidade latina, mas quer liderança regional, aponta pesquisa” - BBC Brasil, disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg, acessado em 02 de junho de 2019

¹⁵ “Nova Lei de Imigração: o que muda?” - Politize!, disponível em <https://www.politize.com.br/nova-lei-de-migracao/>, acessado em 01 de junho de 2019

¹⁶ “Qual o retrato da migração estrangeira hoje no Brasil, segundo este especialista” - Jornal NEXO, disponível em <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/08/26/Qual-o-retrato-da-migra%C3%A7%C3%A3o-estrangeira- hoje-no-Brasil-segundo-este-especialista>, acessado em 01 de junho de 2019

¹⁷ “TRE-RR esclarece que estrangeiros não podem votar” - TRE-PR, disponível em <http://www.tre-rr.jus.br/imprensa/noticias-tre-rr/2018/Setembro/tre-rr-esclarece-que-estrangeiros-nao-podem-votar>, acessado em 01 de junho de 2019

¹⁸ Dados sobre o Haiti segundo o IBGE, disponível em <https://paises.ibge.gov.br/dados/haiti>, acessado em 7 de junho de 2019

¹⁹ Histórias do Brasil no Haiti - Exército Brasileiro, disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLnkYkTv4HbMZu8-S1Zkn6775WObkSTBnj>, acessado em 8 de junho de 2019

²⁰ “Ex-presidente haitiano Aristide escapa ileso de atentado a tiros” - G1, disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/ex-presidente-haitiano-aristide-escapa-ileso-de-atentado-a-tiros.ghtml>, acessado em 8 de junho de 2019

²¹ “Após 7 anos, Haiti ainda tenta se recuperar de terremoto” - Agência Brasil, disponível em <http://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2017-01/apos-7-anos-haiti-ainda-tenta-se-recuperar-de-terremoto>, acessado em 8 de junho de 2019

²² “Após 13 anos, Brasil deixa o Haiti entre paz frágil e miséria” - TV Folha, disponível em <https://youtu.be/Dwqs-E3rub0>, acessado em 8 de junho de 2019

²³ “Relatório de Desenvolvimento Humano 2016” - UNDP, disponível em <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>, acessado em 9 de junho de 2019

²⁴ “Relatório Anual 2018, Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil” - OBMigra, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_ANUAL_2018.pdf, acessado em 9 de junho de 2019

²⁵ BBC Brasil - BBC Brasil nasceu em 1938 com notícia sobre Hitler (2011) - https://www.bbc.com/portuguese/institucional/090120_expediente_tc2.shtml-texto

²⁶ BBC Brasil - Jornalismo da BBC unifica marcas e muda nome de Serviço Brasileiro (2018) - <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44388848>

²⁷ História Grupo Globo, disponível em <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>, acessado em 10 de outubro de 2020

²⁸ G1 - Grupo Globo bate recorde de acessos no digital e passa de 100 milhões de usuários únicos, disponível em <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2018/11/26/grupo-globo-bate-recorde-de-acessos-no-digital-e-passa-de-100-milhoes-de-usuarios-unicos.ghtml>, acessado em 10 de outubro de 2020

²⁹ Grupo Globo - Princípios Editoriais, disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/principios-editoriais/> acessado em 10 de outubro de 2020

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt - A cultura no mundo líquido moderno - Zahar (2011)

BIONDI, Luigi - Imigração - CPDOC Fundação Getúlio Vargas (FGV), disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/IMIGRA%C3%87%C3%83O.pdf>

BÓGUS, Lúcia Maria M. e FABIANO, Maria Lúcia Alves - O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios - Ponto e Vírgula - PUC SP (2015)

CABRAL, Raquel e SALHANI, Jorge - Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (E-compós) (2017)

CARDOSO, Anelise Zanoni - Jornalismo para paz ou para guerra: o refugiado na cobertura jornalística brasileira - UFRGS (2013)

COGO, Denise - O *Outro* migrante: das estratégias de midiaticização das migrações contemporâneas na mídia impressa brasileira (2002)

COGO, Denise e BADET, Maria - De braços abertos... A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração (2013)

ESPOSITO, Roberto - *Immunitas: Protección y negación de la vida* - Traducción de: Luciano Padilla López. Buenos Aires: Amorrortu (2009)

ESPOSITO, Roberto - *Communitas: The Origin and Destiny of Community* - Translated by Timothy Campbell. Stanford University Press. Stanford, California (2010)

FERIN, Isabel e SANTOS, Clara Almeida - *MEDIA, IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS 2005-2006* - Observatório da Imigração - Lisboa (2008)

GOMES, Sílvia - A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal (2013)

GUERRA, Sidney - Refugiados ambientais no Brasil: uma abordagem a partir do caso do Haiti - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC (2018)

HUNT, Arnold - 'Moral Panic' and Moral Language in the Media - The British Journal of Sociology, Vol. 48, No. 4 (Dec., 1997), pp. 629-648

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. Vozes de Londres: Memórias Brasileiras da BBC - Edusp. São Paulo, Brasil (2008)

OLIVEIRA, Wagner - Haitianos no Brasil: Hipóteses sobre a distribuição espacial dos imigrantes pelo território brasileiro - FGV (2017), disponível em <http://dapp.fgv.br/haitianos-no-brasil-hipoteses-sobre-distribuicao-espacial-dos-imigrantes-pelo-territorio-brasileiro/>, acessado em 9 de junho de 2019

PATARRA, Neide Lopes e FERNANDES, Duval. Revista Internacional em Língua Portuguesa: Migrações. III Série N°24 2011 (pág. 65 a 96). Disponível em https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_livro_migracoes.pdf#page=360, acessado em 29 de maio de 2019

ANEXO

BBC NEWS BRASIL

Nº MATÉRIA	DATA	TÍTULO
1	12/01/2012	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita'
2	12/01/2012	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos
3	26/01/2012	Brasil se torna destino de novos imigrantes
4	01/02/2012	Dilma diz que haitianos são bem-vindos no Brasil, mas condenação de coiotes
5	29/02/2012	Após nova regra, Brasil só concede 30% da cota de vistos a haitianos
6	29/02/2012	Haiti se tornou laboratório para o Brasil, diz embaixador

7	29/02/2012	Barrada na fronteira, haitiana agora quer entrar no Brasil com visto
8	29/03/2012	Barrados há 77 dias, haitianos dormem em praça no Peru à espera de decisão do Brasil
9	30/03/2012	Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira
10	04/04/2012	Haitianos aguardam confirmação sobre permissão de entrada no Brasil
11	10/04/2012	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera
12	21/06/2012	Novas regras não impedem vinda ao Brasil de haitianos sem vistos
13	28/02/2013	Sem emprego, haitianos perambulam por cidades do Acre
14	11/04/2013	Imigrantes convivem com lixo e mau cheiro em abrigo no Acre
15	11/04/2013	Acre promete manter ajuda a imigrantes apesar do estado de emergência
16	14/04/2013	Governador do Acre pede ação para coibir 'coiotes' na fronteira
17	16/04/2013	Explosão migratória gera insatisfação e agita comércio na fronteira do Acre
18	24/04/2013	Funcionário vive sem folgas desde 2011 para ajudar imigrantes no Acre
19	13/05/2013	Estrangeiros resgatados de escravidão no Brasil são 'ponta de iceberg'
20	03/07/2013	Igrejas evangélicas disputam imigrantes haitianos em Rondônia
21	03/07/2013	Haitianos adeptos do vodu buscam no candomblé alternativa a igrejas
22	23/08/2013	ONG leva caso de imigrantes haitianos no Acre à OEA
23	29/03/2014	Cheia agrava situação de imigrantes no Acre
24	25/04/2014	Envio de haitianos a SP escancara crise migratória: entenda
25	28/04/2014	Atitude 'amigável' do governo atrai haitianos para o Brasil
26	14/07/2015	Deportações na República Dominicana podem trazer mais haitianos ao Brasil
27	15/07/2015	Do abrigo lotado à faculdade de direito: a saga de uma haitiana cega no Brasil
28	26/08/2015	Racismo contra imigrantes no Brasil é constante, diz pesquisador
29	01/12/2015	Haitianos graduados têm mais dificuldade para se empregar que outros imigrantes, diz FGV

30	01/12/2016	Apesar de crise no Brasil, procura por vistos é alta no Haiti
31	21/05/2018	De onde vêm as pessoas que pedem refúgio no Brasil - e qual a situação em seus países?
32	24/08/2018	Cidade no Mato Grosso do Sul vira nova porta de entrada para haitianos
33	03/12/2018	Imigrante haitiana cega que sobreviveu a '2 terremotos' é aprovada na OAB, quer se naturalizar brasileira e virar juíza
34	05/07/2019	A rede de falsários que explora imigrantes haitianos no Brasil
35	02/09/2019	A equipe de haitianos que tapa os buracos no asfalto enquanto São Paulo descansa

G1*

* apenas matérias assinadas pelo portal G1

Nº MATÉRIA	DATA	TÍTULO	FILIAL
1	21/01/2011	Haitianos chegam ao Brasil com sonho de conseguir emprego	G1 em São Paulo
2	08/02/2011	Amazonas adota medida para impedir entrada do cólera com haitianos	G1 em São Paulo
3	14/02/2011	Haitianos viajam de avião, ônibus e barco por emprego na Amazônia	G1 em Tabatinga (AM)
4	14/02/2011	Haitianos vivem rotina de fome, falta de espaço e desilusão na Amazônia	G1 em Tabatinga (AM)
5	14/02/2011	Haitianos não podem mais pedir visto como refugiados no Brasil	G1 em Tabatinga (AM)
6	15/02/2011	Tabatinga é como o limbo para os haitianos', diz padre	G1 em Tabatinga (AM)
7	15/02/2011	Filho que vai nascer motiva viagem de fotógrafo haitiano ao Brasil	G1 em Tabatinga (AM)
8	15/02/2011	Haitiano vende picolé para sobreviver em Tabatinga	G1 em Tabatinga (AM)
9	16/02/2011	Moradores ajudam e até elogiam haitianos no Amazonas	G1 em Tabatinga (AM)
10	16/02/2011	Haitianos sonham virar jogadores de futebol em SP	G1 em Tabatinga (AM)
11	12/01/2012	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos	G1 em São Paulo
12	27/01/2012	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas	G1 AM

13	30/01/2012	Imigrantes que fugiram do Haiti ajudam a ampliar hospital no Paraná	G1 PR
14	01/02/2012	Estamos abertos a receber cidadãos haitianos', diz Dilma no Haiti	G1 Brasília
15	01/03/2012	Área da saúde tem aula de idioma crioulo para atender haitianos no AM	G1 AM
16	06/06/2012	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho	G1 RO
17	26/08/2012	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus	G1 AM
18	19/10/2012	Grávida, haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil	G1 RO
19	07/02/2013	Haitianos são maioria entre imigrantes residentes em Rondônia	G1 RO
20	13/03/2013	Água tratada com cloro provoca reação alérgica em haitianos no Acre	G1 AC
21	06/04/2013	Ao menos 1,1 mil imigrantes chegam ao AC nos últimos 15 dias	G1 AC
22	09/04/2013	Acre decreta situação de emergência social por causa de surto de imigração	G1 Acre
23	16/04/2013	DSTs não são frequentes em haitianos, diz coordenador de saúde	G1 AC
24	16/04/2013	Moradores de Brasiléia temem falta de emprego devido imigração	G1 AC
25	13/08/2013	ONG denuncia condições 'desumanas' de haitianos no Acre	G1 AC
26	30/09/2013	Triplica em 2013 número de haitianos ilegais que entram pelo Acre	G1, em São Paulo e do G1 AC
27	18/10/2013	Acostumados a militares brasileiros, haitianos buscam terra de 'gente boa'	G1 em Porto Príncipe - a repórter viajou a convite do Ministério da Defesa
28	18/10/2013	Sonho brasileiro aquece comércio de documentos e vistos falsos no Haiti	G1 em Porto Príncipe - a repórter viajou a convite do Ministério da Defesa
29	19/10/2013	Imigração ilegal ao Brasil movimentada economia haitiana pós terremoto	G1, em Porto Príncipe - a

			repórter viajou a convite do Ministério da Defesa
30	06/01/2014	Briga por colchão termina com refugiados em delegacia no Acre	G1 AC
31	16/01/2014	Tenho muita esperança no Brasil', diz imigrante no Acre	G1 AC
32	31/01/2014	Emissão de carteiras de trabalho para estrangeiros aumenta 53% em 2013	G1 em São Paulo
33	31/01/2014	Haitianos causam tumulto em frente a prédio da Receita Federal em Brasília	G1 AC
34	04/02/2014	Rondônia emitirá 10 mil carteiras de trabalho a haitianos alojados no Acre	G1 RO
35	10/02/2014	Haitiano passa a gerenciar trabalho de colegas na empresa onde foi gari	G1 RO
36	18/02/2014	MPE quer pedir ajuda da ONU sobre surto de imigração haitiana no AC	G1 AC
37	18/03/2014	Em RO, assistência a migrantes e refugiados é discutida em encontro	G1 RO
38	20/03/2014	Vieram trazer mais pobreza', diz vereador sobre imigrantes no RS	G1 RS
39	01/04/2014	Haitianos deixam o Acre em aviões fretados pelo governo	G1 AC
40	01/04/2014	Professores deixam escolas no Haiti para trabalhar até 15h por dia em SP	G1 Campinas e Região, em Porto Príncipe
41	03/04/2014	Morador faz abaixo-assinado e cobra solução para entrada de haitianos	G1 AC
42	03/04/2014	Mais de 300 imigrantes deixaram o AC em aviões fretados esta semana	G1 AC
43	09/04/2014	Governo desativa abrigo em Brasília e transfere imigrantes para capital	G1 AC
44	12/04/2014	Imigrantes começam a ser transferidos para novo abrigo no Acre	G1 RO
45	15/04/2014	Mais de 2 mil haitianos migram para Cuiabá em busca de trabalho	G1 MT
46	20/04/2014	No Acre desde 2010, padre haitiano é voluntário em abrigo de imigrantes	G1 AC
47	22/04/2014	Paróquia em SP vira referência para centenas de haitianos vindos do Acre	G1 São Paulo

48	24/04/2014	Tião Viana acusa governo de SP de preconceito contra imigrantes	G1 AC
49	24/04/2014	Propostas de emprego mobilizam haitianos em pátio de igreja em SP	G1 São Paulo
50	25/04/2014	Voluntários estrangeiros preparam almoços para haitianos em SP	G1 São Paulo
51	01/05/2014	Haitianos migram para o interior após falta de oportunidade na capital de SP	G1 Piracicaba e Região
52	06/05/2014	Prefeitura quer consulado do Haiti em São Paulo	G1 São Paulo
53	06/05/2014	Empresa de SC volta ao Acre pela 3ª vez para recrutar haitianos	G1 AC
54	30/05/2014	AC vai gastar R\$ 20 mil por mês com aluguel de novo abrigo de imigrantes	G1 Acre
55	02/06/2014	Brasil e Haiti decidem intensificar campanha sobre emissão de visto	G1 em Brasília
56	04/06/2014	Por boa convivência, imigrantes no AC separam dias de rituais religiosos	G1 AC
57	07/06/2014	Após um ano em abrigo no AC, jovem haitiano consegue visto francês	G1 AC
58	17/06/2014	No AC, torcida haitiana improvisa 'mix' de bandeiras de Haiti e Brasil	G1 AC
59	18/07/2014	Empresas de Caxias do Sul tentam absorver mão de obra de ganeses	G1 RS - em Caxias do Sul
60	19/09/2014	No Brasil eu me senti humano', diz haitiano que vive em Andradas, MG	G1 Sul de Minas
61	23/09/2014	Com dois empregos em SC, haitiano volta ao Acre para buscar namorada	G1 AC
62	25/09/2014	Superlotação causa problemas estruturais em abrigo de imigrantes	G1 AC
63	14/10/2014	Após suspeita de ebola, haitianos enfrentam preconceito em Cascavel	G1 PR em Cascavel
64	24/10/2014	Fronteira no Acre tem só um vigia para controlar entrada durante noite	G1 AC
65	03/12/2014	Ministério da Saúde faz simulação de caso suspeito de ebola no Acre	G1 AC
66	17/12/2014	SP cadastra mais de 300 imigrantes em programas sociais em 5 dias	G1 São Paulo
67	11/03/2015	Missão que acolhe haitianos recebe multa por gasto de água	G1 São Paulo

68	07/04/2015	Imigrantes haitianos acolhidos em Jacaré buscam emprego no Vale	G1 Vale do Paraíba e Região
69	12/04/2015	Desespero', diz haitiana após ser separada da filha na fronteira do AC	G1 AC
70	17/04/2015	Governador do AC diz que imigrantes são responsabilidade da União	G1 AC
71	11/05/2015	Após morte de imigrante, conselheiro da Embaixada do Haiti visita o Acre	G1 AC
72	20/05/2015	Estamos em emergência', diz padre que acolhe haitianos em SP	G1 São Paulo
73	21/05/2015	Chegada de haitianos a Porto Alegre é adiada após pedido da prefeitura	G1 RS
74	22/05/2015	Acre envia dois ônibus com imigrantes para a região Sul	G1 AC
75	23/05/2015	Tem gente muito capacitada', diz empresária sobre imigrantes em SP	G1 São Paulo
76	24/05/2015	Prefeitura de Porto Alegre pede doações para receber haitianos	G1 RS
77	25/05/2015	Haitianos e senegaleses chegam a Florianópolis vindos do Acre	G1 SC
78	25/05/2015	MPT quer que União assuma haitianos e pague indenização de R\$ 50 mi	G1 AC
79	26/05/2015	Imigrantes haitianos e senegaleses desembarcam em Porto Alegre	G1 RS
80	26/05/2015	Largura de canela é requisito para haitiano ter emprego no país, diz MPT	G1 AC
81	02/06/2015	Brasil negocia ação contra imigração ilegal de haitianos, diz Cardozo	G1 em Brasília
82	03/06/2015	Homem aborda frentista haitiano, cita desemprego no país e ironiza: 'Sorte'	G1 RS
83	03/06/2015	Últimos imigrantes vindos do Acre deixam ginásio em Florianópolis	G1 SC
84	04/06/2015	Governo vai aumentar vistos para haitianos virem ao Brasil, diz ministro	G1 em Brasília
85	08/06/2015	É um delito grave', diz policial que fez BO sobre vídeo de haitiano no RS	G1 RS
86	12/06/2015	O Brasil é bom para mim', diz haitiano hostilizado em vídeo no RS	G1 RS em Canoas
87	20/06/2015	No AC, imigrantes celebram Dia dos Refugiados com música e dança	G1 AC

88	28/06/2015	Ônibus com 28 imigrantes haitianos chega a Porto Alegre	G1 RS
89	02/07/2015	Haitiana improvisa pratos típicos do Haiti para imigrantes em abrigo do AC	G1 AC
90	12/07/2015	Haitianos conseguem emprego em confeitaria de chef francês nos Jardins	G1 São Paulo
91	18/07/2015	Evento arrecada fundos para casa de crianças haitianas, em Manaus	G1 AM
92	08/08/2015	Haitianos são alvo de ataque no Centro de São Paulo	G1 São Paulo
93	10/08/2015	Voltem ao Haiti', diz pichação sobre imigrantes em muro de Nova Odessa	G1 Piracicaba e Região
94	28/08/2015	Alesp apura xenofobia e racismo em frases para haitianos no interior de SP	G1 Piracicaba e Região
95	18/09/2015	Pela 1ª vez, nº de senegaleses é maior que de haitianos em abrigo no AC	G1 AC
96	25/09/2015	AM recebe mais de 400 refugiados em dois anos, diz Polícia Federal	G1 AM
97	02/10/2015	Crise afeta famílias haitianas de imigrantes no Brasil: 'Real está fraco'	G1 Itapetininga e Região
98	07/10/2015	Haitianos se preparam para o Enem em busca de nova profissão em BH	G1 MG
99	16/10/2015	No AM, haitianos e igreja criam fábrica de picolés e planejam ampliar negócio	G1 AM
100	05/11/2015	Acre deve enviar a São Paulo e outros estados mais 600 imigrantes	G1 AC
101	08/11/2015	Número de imigrantes em abrigo cai quase 60% em 6 meses no Acre	G1 AC
102	11/11/2015	Brasil autoriza permanência definitiva a 44 mil refugiados haitianos	G1 DF
103	15/11/2015	Em Cuiabá, quase um terço dos imigrantes não possui emprego	G1 MT
104	20/11/2015	Consciência Negra deve lembrar do haitiano discriminado', diz sociólogo	G1 AM
105	29/12/2015	ONU lança cartilha de ensino de português para refugiados no Brasil	G1 em São Paulo
106	08/01/2016	Nº de haitianos que entram no Brasil pelo Acre cai 96% em 12 meses	G1 AC
107	13/01/2016	Missa lembra seis anos do terremoto que atingiu Haiti, em Manaus	G1 AM

108	02/02/2016	Haitianos têm igrejas, bares e lan house em bairros de Cuiabá	G1 MT
109	04/02/2016	Para eliminar barreiras, haitianos se esforçam para aprender o português	G1 MT
110	10/03/2016	Abrigo é fechado e imigrantes devem ser orientados por secretarias no AC	G1 AC
111	30/03/2016	Jovem diz ter atirado contra haitianos após um deles negar cerveja a ele	G1 MT
112	25/06/2016	Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF	G1 em São Paulo
113	27/07/2016	Há 5 anos no Brasil, haitiano tenta trazer filha: 'Penso nela e perco o sono'	G1 Sorocaba e Jundiá
114	05/09/2016	'Imigrantes Haitianos no Brasil' é tema de exposição do Museu Amazônico	G1 AM
115	14/09/2016	Campinas tem registro de 1,3 mil imigrantes e refugiados no município	G1 Campinas e Região
116	08/10/2016	Haitianos que moram em RO contam n° de parentes mortos por furacão	G1 RO
117	17/10/2016	Fazendo caminho inverso, AC passa a ser rota para haitianos deixarem Brasil	G1 AC
118	23/10/2016	Haitiano ganha bolsa para ser ator em SP e quer combater racismo com arte	G1 São Paulo
119	12/02/2017	Número de concessões de refúgio no Brasil cai quase 30% em um ano	G1
120	03/03/2017	Haitiano tenta chegar a SP após ser deixado por companhia aérea no AM	G1 AM
121	26/08/2017	Imigrante palestina mantém ONG em Mogi que ajuda refugiados de diferentes nacionalidades	G1 Mogi das Cruzes e Suzano
122	10/09/2017	Dicionário de crioulo haitiano e cátedra na Unicamp reforçam ações para refugiados em Campinas	G1 Campinas e região
123	24/10/2017	Há quase 10 anos, Manaus é rota de imigrantes vítimas da fome e catástrofes naturais	G1 AM
124	13/12/2017	Entrada de imigrantes no Brasil caiu 23% em dois anos: 'efeito da crise política e econômica', diz estudo	G1 DF
125	01/02/2018	SC é 2º estado com mais imigrantes no mercado formal, segundo ministério	G1 SC

126	12/03/2018	Após ser rota para 50 mil imigrantes, AC quer que governo federal pague quase R\$ 13 milhões gastos com ajuda humanitária	G1 AC - Rio Branco
127	08/04/2018	Rede pública de ensino do AM tem mais de 700 alunos venezuelanos e haitianos	G1 AM
128	04/07/2018	Com fluxo migratório intenso, imigrantes venezuelanos voltam a acampar nas ruas de Manaus e podem ser alvos da exploração ilegal do trabalho	G1 AM
129	10/08/2018	MT acolheu 3.556 haitianos e venezuelanos nos últimos 8 anos, diz relatório	G1 MT
130	29/08/2018	Homens que abordaram haitianos em posto de combustível em Canoas são condenados por discriminação	G1 RS
131	04/09/2018	Venezuelanos puxam aumento de emissão de carteiras de trabalho para imigrantes no 2º trimestre	G1
132	21/09/2018	Imigrantes estrangeiros externam preconceito sofrido por eles em cartazes na UFMT: 'Muitos brasileiros são racistas'	G1 MT
133	13/10/2018	Crianças estrangeiras superam ruptura da mudança de país e se descobrem com vida no Brasil	G1 Campinas e Região
134	04/12/2018	Em livro, estudante analisa migração de haitianos que usaram o Acre como rota de refúgio	G1 AC - Rio Branco
135	10/01/2019	Bebê de casal haitiano que nasceu em calçada de Porto Alegre é presenteado com ensaio de fotos	G1 RS
136	23/03/2019	Jovem de 19 anos se torna primeira haitiana a ser aprovada na Unir, em RO	G1 RO
137	26/06/2019	Mais de 5 mil haitianos passaram por MT desde 2012; cerca de 4 mil ainda vivem no estado, segundo pastoral	G1MT
138	26/06/2019	Imigrantes fazem ato no Centro de Florianópolis e pedem justiça pela morte de haitiano	G1 SC
139	25/07/2019	Pedidos de refúgio de venezuelanos ao Brasil crescem 245% em um ano	G1 em Brasília
140	03/08/2019	Imigrantes em RO: venezuelanos lutam contra o desemprego em Porto Velho	G1 RO

141	22/08/2019	Venezuelanos são quase 70% dos refugiados com carteiras de trabalho emitidas em 2018	G1 Brasília
142	01/10/2019	Cuiabá tem 327 crianças imigrantes em escolas; maioria é venezuelana e haitiana	G1 MT
143	11/11/2019	Relatório aponta aumento da desigualdade entre imigrantes no mercado de trabalho	G1
144	12/11/2019	RR tem maior taxa de contratação formal de imigrantes no país, aponta Ministério da Justiça	G1 RR Boa Vista
145	16/12/2019	Nova onda de haitianos chega ao Brasil pela Guiana e engrossa êxodo de estrangeiros em Roraima	G1 RR Boa Vista
146	23/12/2019	Com 30 mil pedidos de refúgio pendentes, governo facilita autorização de residência para haitianos	G1